

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JAMERSON DE SOUSA COSTA

“NÃO BASTA EXPLORÁ-LA”:
REPRESENTAÇÕES DE FLORESTAS NA REVISTA O PAPEL
(1939-1965)

Belo Horizonte

2017

JAMERSON DE SOUSA COSTA

**“NÃO BASTA EXPLORÁ-LA”:
REPRESENTAÇÕES DE FLORESTAS NA REVISTA O PAPEL (1939-1965)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, linha de pesquisa Ciência e Cultura na História.

Orientador: Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho

Belo Horizonte

2017

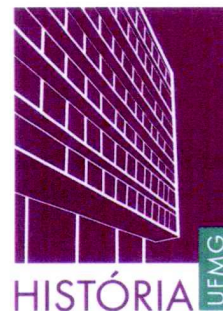
304.2 Costa, Jamerson de Sousa
C837n "Não basta explorá-la" [manuscrito] : representações de
2017 florestas na revista O Papel (1939-1965) / Jamerson de
Sousa Costa. - 2017.
125 f.
Orientador: Ely Bergo de Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Meio ambiente - História – Teses.
3. Natureza – Teses. 4. Florestas - Teses. I. Carvalho, Ely Bergo de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"Não basta explorá-la: Representações de florestas na revista O Papel (1939-1965)"

Jamerson de Sousa Costa

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Ely B ergo de Carvalho - Orientador
UFMG

Prof. Dr. Rafael Scopacasa
UFMG

Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto
UFFS

(por quem assina o Presidente da comissão Prof. Dr. **Ely B ergo de Carvalho**)

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me deu oportunidades na vida e, em uma delas, me proporcionou a possibilidade de questionar a tudo e a todos, inclusive a mim mesmo, o que inicialmente muito me doeu. Mas foi dessa visita, profunda e demorada, a mim mesmo, que descobri exatamente o que queria, para onde deveria ir e, principalmente, aqueles com os quais realmente poderia contar.

Agradeço aos meus pais, com os quais vivi diferentes emoções vida adentro, e que me presentearam, não só com a vida e os cuidados essenciais – como se isso não bastasse –, mas com seus grandes exemplos de vida. Tenho gratidão pelo que sempre fizeram por mim e orgulho por participar da vida de vocês e aprender com os desafios que superaram ao longo de todos esses anos.

Aos meus irmãos, filhos do meu pai ou filhos da minha mãe, que sempre me presenteiam com tanto carinho, tanto que às vezes sinto que esse é o melhor presente que alguém poderia receber de outra pessoa. À minha avó, que sempre me atende com um sorriso na voz, me pergunta como estou e me dá conselhos – mas que, mais do que isso, escuta meus conselhos, o que me faz sentir confiança em fazer o mesmo: falar e, antes de tudo, saber escutar.

Ao meu orientador que, além de me orientar nos caminhos, até então desconhecidos por mim, da história ambiental, também se reflete como um exemplo pessoal e profissional. Eu definitivamente não poderia encontrar, nesta etapa da minha vida, uma melhor pessoa para me orientar no desenvolvimento desta pesquisa e, ao mesmo, no meu próprio desenvolvimento acadêmico. Cabe ressaltar que o grande mérito do trabalho é dele, pela maestria com que conduziu a orientação; enquanto quaisquer falhas são minhas, pelos limites que porventura se evidenciaram e, felizmente, me dão oportunidade de encontrar pontos a fortalecer no meu desenvolvimento acadêmico.

À Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, ao Banco do Brasil e à Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel – ABTCP, agradeço pelo apoio indispensável dado durante esse percurso, iniciado em 2014.

À UFMG, especificamente, lembro da importância do acolhimento dos colegas, servidores e professores: de um simples comentário, que proporciona um sorriso numa manhã cinzenta de estudos na sala dos estudantes da Pós; da sempre amável colaboração dos secretários do Programa de Pós-Graduação em História e do Colegiado de História e, também, dos funcionários das várias bibliotecas por onde passei várias horas diárias nos últimos três anos; do auxílio criterioso para o desenvolvimento do conhecimento em diferentes disciplinas. Em especial, agradeço aos professores que contribuíram com apontamentos riquíssimos feitos durante a Qualificação.

Também agradeço àqueles com os quais tive contato na Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental – SOLCHA, que se tornou uma grande referência de atuação e de pesquisa, além de revelar grandes amigos. E aos mais diferentes tipos e figuras que, de alguma forma, me prestigiam com suas presenças, e que tanto acrescentam à minha rotina de vida e à realização diária dos meus objetivos.

Quanto às florestas e outras formações naturais, gosto daquela sensação de alegria e de equilíbrio que tenho quando me aproximo delas. Talvez por isso eu vá procurá-las. Talvez por gratidão eu queira que sejam respeitadas.

Tentamos proteger a árvore, esquecidos de que ela é que nos protege.

Carlos Drummond de Andrade (1987)

RESUMO

COSTA, Jamerson de Sousa. **“Não basta explorá-la”**: Representações de florestas na revista O Papel (1939-1965). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

Esta pesquisa de mestrado tem o objetivo de reconhecer e analisar as representações de florestas presentes na revista O Papel no período de 1939 a 1965. Os resultados apontam a hegemonia da representação das florestas como fontes de serviços e recursos, que poderiam se tornar “mais produtivas” a partir da intervenção humana. Essa perspectiva leva à ideia de que “não basta explorá-la”, mas que é necessário intervir sobre a floresta, para que se tenha a melhor forma de “protege-la” e que se consiga que ela cumpra sua “função” no mundo, a partir de uma visão de mundo centrada na economia. A partir da historiografia e do referencial teórico-metodológico adotado, observamos que esse tipo de representação está baseado na valorização da técnica e do sistema econômico de mercado, o que implica em formas distintas de representar a natureza, e que afeta as formas de agir sobre ela, revelando parâmetros cruciais ao entendimento e à abordagem sobre os elementos da natureza que adotamos em nosso contexto contemporâneo. A fonte é a revista O Papel, publicação em diálogo com a indústria de produção do papel; e o recorte temporal é de 1939 a 1965, que compreende o ano em que a revista surgiu e o ano em que foi publicada a segunda edição do Código Florestal Brasileiro, um marco para a área florestal do Brasil no período. Nessa época, o país viveu o seu primeiro grande processo de industrialização nacional, combinado com a difusão internacional de uma postura “desenvolvimentista”, na qual países “subdesenvolvidos” eram estimulados a adotar o padrão de industrialização de países “desenvolvidos” para transformarem suas realidades social e econômica. Esse processo esteve combinado também com uma fase de “Grande Aceleração” global, que a literatura acadêmica atribui a mudanças ocorridas após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) que levaram a uma intensificação da produção e do consumo e, conseqüentemente, da pressão humana sobre os elementos da natureza. Esse contexto influenciou a especialização da própria indústria de produção do papel e, com ela, as representações que estariam presentes na revista O Papel do período. A partir do conceito de representações e da metodologia de pesquisa histórica sobre e a partir de periódicos impressos, sistematizamos 50 textos e fizemos leituras e interpretações direcionadas, com vistas a responder perguntas levantadas na pesquisa que evidenciassem as representações de florestas e indústrias. Com isso, esperamos que os resultados sejam úteis para a ampliação da discussão pela história e, dentro dela, pela história ambiental, e que contribuam também com todas as áreas que se dediquem a entender e planejar e agir, frente ao desafio existente em torno da relação do ser humano com o mundo.

Palavras-chave: história ambiental, natureza, floresta, indústria, representações

ABSTRACT

COSTA, Jamerson de Sousa. **“It is not enough exploit it”**: Representations of forests in O Papel (1939-1965). 2017. Thesis (Master degree in History) – Post-Graduate Program in History of the Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

This research aims to recognize and analyze the representations of forests present in the O Papel magazine in the period from 1939 to 1965. The results point to the hegemony of representation of forests as sources of services and of resources that could become “more productive” as effect of the human intervention. This perspective leads to the idea that “it is not enough exploit it”, but that it is necessary to intervene on the forest, as the best way to “protect it”, and to get it to fulfill its “function” in the world, as from a worldview centered in the economy. From the historiography and the theoretical-methodological references adopted, we observe that this type of representation is based on the valorization of the technique and the market economic system, which implies different ways to represent the nature, and that affects the ways of acting on it, revealing crucial parameters for understanding and for approaching the elements of nature that we adopt in our contemporary context. The source is the magazine O Papel, publication in dialogue with the paper industry; and the temporal cut to this research is from 1939 to 1965, which includes the year in which the magazine appeared and the year in which the second edition of the Brazilian Forest Code was published, a milestone for the Brazilian forest area in the period. At that time, the country experienced its first great process of national industrialization, combined with the international diffusion of a “developmentalist” posture, in which “underdeveloped” countries were encouraged to adopt the standard of industrialization of “developed” countries to transform their realities social and economic. This process was also combined with a global “Great Acceleration” phase, which the academic literature attributes to changes that occurred after 2nd World War (1939-1945), that led to an intensification of production and consumption, and consequently, of human pressure on the elements of nature. This context influenced the specialization of the papermaking industry itself and, with it, the representations that would be present in the magazine O Papel of this period. Based on the concept of representations and of the historical research methodology historical about and as from print journals, we systematized 50 texts and made directed readings and interpretations, with the purpose of answering questions raised in the research, that showed the representations of forests and industries. With this, we hope that the results will be useful for expanding the discussion of history and, within it, for environmental history, but also contribute to all the areas that are dedicated to understanding and to planning and to acting, in the face of the challenge of relation of the human with the world.

Keywords: environmental history, nature, forest, industry, representations

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 – Complexo industrial do papel e indústrias fronteiriças | 22 |
| GRÁFICO 2 – Crescimento da indústria de 1920-1940..... | 29 |
| GRÁFICO 3 – Aumento da importação da Finlândia pelo Brasil | 32 |
| GRÁFICO 4 – Produção e consumo de papel no Brasil..... | 35 |
| GRÁFICO 5 – Inversão da população brasileira | 44 |
| GRÁFICO 6 – Empresas de produção de papel no Brasil 1907-1985..... | 45 |
| GRÁFICO 7 – Crescimento do número de empresas de produção de papel no Brasil 1907-1985 | 46 |
| GRÁFICO 8 – Operários empregados na produção de papel no Brasil 1907-1985 | 47 |
| GRÁFICO 9 – Investimento na produção de papel no Brasil | 48 |
| GRÁFICO 10 – Valor da produção de papel no Brasil | 50 |
| GRÁFICO 11 – Teoria das representações e apropriações de Roger Chartier aplicadas nesta pesquisa | 60 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 – Dependência da produção finlandesa no mundo..... | 31 |
| TABELA 2 – Crescimento industrial no Brasil 1955-1961..... | 34 |
| TABELA 3 – Investimento na produção de papel no Brasil | 48 |
| TABELA 4 – Valor da produção de papel no Brasil..... | 49 |
| TABELA 5 – Resumo da perspectiva dos autores na revista O Papel | 71 |
| TABELA 6 – Matérias da FAO na revista O Papel..... | 74 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO 1 – Indústrias, produção de papel, e o mundo pós-1945 | 16 |
| 1.1 Indústria papelreira: produção de pasta, celulose e papel..... | 18 |
| 1.1.1 Fibras curtas e fibras longas: uma divisão entre florestas tropicais e temperadas na indústria..... | 19 |
| 1.1.2 Eucaliptos: a preferência pela floresta homogênea no lugar da floresta tropical | 20 |
| 1.1.3 Processos e características da produção – ou: para onde vai a madeira das florestas | 21 |
| 1.2 Industrialização brasileira | 22 |
| 1.2.1 1ª Guerra Mundial e a Crise de 1929..... | 23 |
| 1.2.2 A Era Vargas | 25 |
| 1.2.3 2ª Guerra Mundial | 28 |
| 1.2.4 O pós-Guerra no Brasil..... | 29 |
| 1.2.5 Incentivos e regulamentos relacionados à indústria de celulose e papel no Brasil | 37 |
| 1.3 Desenvolvimentismo, Grande Aceleração, e a indústria de celulose e papel após 1945..... | 38 |
| 1.3.1 A Grande Aceleração..... | 42 |
| 1.4 Celulose e papel em um Brasil industrializado e acelerado | 45 |
| 1.4.1 Indústria dona da sua “própria floresta” | 50 |
| 1.5 A industrialização nas representações de florestas..... | 52 |
| CAPÍTULO 2 – Representações de natureza, periódicos na pesquisa histórica, e a revista O Papel | 53 |
| 2.1 A perspectiva de Roger Chartier | 57 |
| 2.1.1 Registros de realidade..... | 59 |
| 2.2 Estudo da história a partir dos periódicos impressos..... | 61 |
| 2.3 A revista O Papel | 62 |
| 2.3.1 Capa..... | 63 |
| 2.3.2 Anúncios..... | 64 |
| 2.3.3 Sumário..... | 65 |
| 2.3.4 Expediente | 66 |
| 2.3.5 Materialidade | 68 |
| 2.3.6 Interesses comerciais | 69 |

| | |
|---|-----|
| 2.3.7 Autores e entrevistados que motivaram a abordagem em cada texto | 70 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – Representações de florestas, o posicionamento da indústria na proteção das florestas, e os conflitos de racionalidades | 75 |
| | |
| 3.1 As representações de florestas..... | 76 |
| 3.1.1 Uma segunda classificação baseada na heterogeneidade e na economicidade das florestas | 77 |
| 3.1.2 O patriotismo na representação das florestas como patrimônio nacional | 78 |
| 3.1.3 As funções das florestas: serviços ecológicos e atendimento às necessidades humanas | 79 |
| | |
| 3.2 A indústria do papel representada na revista O Papel | 80 |
| 3.2.1 A relação da indústria com cada tipo de florestas..... | 81 |
| 3.2.2 A causa dos problemas florestais está nos “outros” e não na indústria do papel | 83 |
| 3.2.2.1 O problema está na grande lavoura | 84 |
| 3.2.2.2 O problema está na pequena lavoura | 84 |
| 3.2.2.3 O problema está nas outras indústrias | 86 |
| | |
| 3.3 Conflitos de racionalidades | 87 |
| 3.3.1 Características da exploração “racional” das florestas | 87 |
| 3.3.2 As soluções apresentadas pela indústria do papel..... | 88 |
| 3.3.3 O reflorestamento como autonomia da indústria e independência do consumo | 89 |
| 3.3.3.1 Eucaliptos e pinheiros: os pretensos salvadores da pátria | 90 |
| 3.3.4 Silvicultura e racionalidades técnico-científica e econômica | 90 |
| 3.3.5 Representações sobre leis: aos governos, a obrigação; às indústrias, o favorecimento | 91 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 94 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 100 |
| | |
| ANEXO I – FONTE..... | 104 |
| | |
| ANEXO II – AUTORES E DESCRIÇÃO DAS MATÉRIAS..... | 108 |

INTRODUÇÃO

“É preciso acabar com a ideia de que a floresta se desenvolve por si só” (O PAPEL, 1948, 61). Esse argumento é icônico de uma forma de representar as florestas, a partir de uma visão técnica e econômica de mundo, que vislumbra as formações florestais como fonte de recursos, de renda e de poder.

Essa visão técnica e econômica de mundo é central nas atuais discussões a respeito do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental: só para citar três expressões em alta, que ganharam bastante espaço nas últimas duas ou três décadas.

Uma visão técnico-econômica de mundo é central, porque define uma perspectiva sobre tudo e – sobretudo – acerca dos elementos da natureza. Essa visão de mundo, ao ser difundida, pode ser aceita e absorvida. Por seu turno, ao ser aceita e absorvida, se torna “a realidade”. E, sendo realidade, afeta as ações e as decisões sobre o que pode ser feito, ou deixar de ser feito, sobre os elementos do mundo, incluindo os elementos da natureza.

O que chamamos de visão de mundo se contextualiza, a partir de um caminho teórico-metodológico possível na historiografia contemporânea, com o conceito de representações.

Diante disso, chegamos ao nosso objetivo nesta pesquisa de mestrado, que é: reconhecer e analisar as representações de florestas presentes na revista O Papel no período de 1939 a 1965. Sendo: a revista O Papel, uma publicação em diálogo com a indústria de produção do papel; e a nossa análise, baseada no referencial teórico-metodológico da história ambiental e da pesquisa histórica, *sobre e a partir de* periódicos impressos.

Assim, encontramos a representação de uma floresta que “não se desenvolve por si só”, publicada nas páginas da revista O Papel, combinada com a ideia de que “não basta explorá-la, impondo-se a todos a obrigação moral de transmitir, às gerações futuras, florestas sempre mais produtivas” (O PAPEL, 1948, 61-62).

O artigo, publicado em 1948, tem um resumo das formas de representar as florestas nesse periódico, entre os anos 1939 e 1965. A partir de uma seleção de textos que, em comum, apresentam como objetivo discutir temas ligados às florestas e à sua “proteção”, observamos como elas são representadas como presença importante na história dos públicos, com os quais a revista pretende dialogar.

O período de 1939 a 1965 está compreendido entre o lançamento da revista (1939) e o fechamento do recorte temporal, definido para esta pesquisa de mestrado, que é a publicação da segunda, e até o momento a mais longeva, versão do Código Florestal Brasileiro (1965), marco para a área florestal do Brasil naquele momento, e acontecimento ideal para dar um desfecho ao período de análise.

Sobre a revista O Papel, é uma publicação mensal com a intenção autodeclarada de dialogar com uma cadeia industrial que apresenta um ponto em comum: a produção industrial do papel. Com os anos, a revista foi se especializando e abandonou a intenção de dialogar com áreas inicialmente abrangidas, voltando-se para temas sobre a produção de papel, cada vez mais especializados. Um exemplo disso é que, nas primeiras edições, foram publicados artigos sobre vendas, ou sobre a criação em arte gráfica, temas que se escassearam com o passar das décadas.

Essa especialização se identifica com a própria especialização da produção industrial de papel, no período em análise. A indústria do papel e a cadeia à qual pertence cresceram, no Brasil, em tamanho e em relevância econômica, ao mesmo tempo em que esse país vivia o seu primeiro grande processo de industrialização, algo que marcaria a história nacional.

A historiografia traça o ano de 1930 como o marco da industrialização do Brasil, quando Getúlio Vargas assume o governo do país e inicia seus programas oficiais de desenvolvimento da produção industrial. Os passos iniciais dados em 1930 continuaram fortalecidos nos anos seguintes, potencializados por ideias consideradas posteriormente como *desenvolvimentistas*, difundidas em todo o mundo após a 2ª Guerra Mundial, e influenciadoras de ações de governos, inclusive do governo brasileiro.

O processo de industrialização, o desenvolvimentismo, o crescimento da indústria do papel, e o surgimento da revista O Papel nesse contexto, são temas do **Capítulo 1**.

No **Capítulo 2** discutimos, especificamente, como a análise de uma revista pode auxiliar no trabalho de pesquisa histórica, de “re-conhecer” o passado, a partir de perguntas do presente, e com isso originar novas perspectivas para o futuro.

A publicação analisada tem artigos escritos por autores, que podemos agrupar em cinco categorias: técnicos, burocratas, empresários, políticos e jornalistas profissionais. O quinto grupo, porém, se refere a textos publicados originalmente em outros periódicos, e reverberam as ideias e opiniões das quatro categorias anteriores. Assim, sem a pretensão de eliminar a diversidade de opiniões presentes, mas com a proposta de identificar qual é o direcionamento

mais comum encontrado nas opiniões abrangidas pelos textos, observamos que O Papel assume a voz de autores com uma visão técnica (ou “tecnicista”), econômica (ou “economicista”) e institucional (vinculada ao *status quo* vigente).

Essa visão está detalhada no próprio Capítulo 2, em que apresentamos um quadro do lugar social de cada autor e sua abordagem na revista; e no Anexo II, em que destacamos um resumo de cada texto estudado. A perspectiva encontrada, de um periódico que ecoa a voz de um grupo com uma perspectiva técnica/”tecnicista”, econômica/”economicista” e institucional, casa bem com o público-alvo pretendido pela revista e seu projeto de abrangência.

A partir de matérias de autopromoção, veiculadas no periódico, voltadas a explicar as origens ou os objetivos da própria publicação, e, a partir dos anúncios e da interpretação dos argumentos apresentados nos debates criados, encontramos o público de interesse da revista. Ele está centrado na indústria do papel e nos atores que influenciam as rotinas e rumos dessa indústria, representados pelos funcionários e diretores de empresas da cadeia de produção, fornecedores de insumos industriais, clientes corporativos (ou seja, outras empresas do ramo), governos e órgãos oficiais, etc.

Para analisar as representações de florestas na revista O Papel, portanto, é necessário encontrar esses públicos. É necessário, também, discorrer sobre o próprio referencial teórico-metodológico encontrado na historiografia sobre análise de revistas, o contexto acadêmico que envolve esse tipo de pesquisa e que aborda temas ambientais, e fundamentos dos conceitos que são centrais nesse trabalho: apontamentos também detalhados no Capítulo 2.

No **Capítulo 3**, nos aprofundamos no reconhecimento e em análises das representações de florestas, encontradas na revista O Papel, entre 1939 e 1965. Assim, sistematizamos nossa leitura e interpretação de 50 textos, identificados no período, publicados com uma relação direta ao tema florestal.

A chave de identificação que possibilitou selecionar esses 50 textos e que melhor se adequou a esta pesquisa foi evidenciar artigos que apresentavam o termo “floresta” e correlatos (“florestal”, “florestamento”, “desflorestamento”, “reflorestamento” e etc.) em seus títulos. Em teoria, os títulos são exatamente a parte do texto que tem melhor capacidade de sintetizar o conteúdo do próprio texto, direta ou indiretamente apresentada, mas que sempre ressalta e evidencia o que se pretende tratar no conteúdo.

Em números absolutos, foram analisados 50 textos, publicados entre 1939 e 1965, que incluem 26 anos de publicação e somam 226,5 páginas de leitura, descontados para isso trechos intermediários, por exemplo, intercalados com anúncios e áreas em branco de textos publicados apenas em meia-página ou algo próximo a essa medida. O acervo da revista O Papel se encontra na sede da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP), no bairro Pacaembu, em São Paulo, SP.

Assim, sistematizamos as representações de florestas da revista O Papel, a partir desse material, com a prerrogativa de responder às seguintes três questões centrais, em cada um dos textos: Quais são as representações de florestas encontradas no texto? Quais as representações da indústria do papel, e sua posição política perante as florestas, presentes no texto? Quais os motivos dessas representações, ressaltados pela historiografia e pelo referencial teórico-metodológico pertinente, que possibilitem compreendê-las?

Partindo desse material, desse roteiro dividido em três capítulos, e com essa perspectiva, chegamos a resultados que esperamos serem úteis para a pesquisa em história e para a pesquisa em história ambiental, dialogando com o saber construído até agora, e contribuindo com, ou refutando, as ideias que se encontram presentes nas grandes discussões contemporâneas sobre o tema ambiental.

Pretendemos, assim, que as discussões apresentadas e que os resultados encontrados sejam também úteis a todas as áreas do conhecimento que se dediquem a entender e a agir, de maneira positiva e propositiva, frente ao importante desafio da nossa relação com o mundo. E, mais especificamente, da nossa relação com a natureza.

CAPÍTULO 1

Indústrias, produção de papel, e o mundo pós-1945

Neste Capítulo, apresentamos o contexto no período de 1939 a 1965. Para tanto, fazemos os recuos e avanços que se tornam necessários. Assim, o contexto brasileiro se apresenta como o primeiro grande período de industrialização do país, e remonta a 1930 e ao início do primeiro governo de Getúlio Vargas. Esse processo de industrialização continua após o período estudado, por exemplo, com o “milagre econômico” enfatizado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Do mesmo modo, e em consonância com esse momento de industrialização no Brasil, no mundo se apresenta um contexto de estímulo à integração dos comércios entre os países, integração essa baseada no padrão dos países considerados como “centro do sistema”, detentores de boa parte dos resultados da economia mundial. Esse estímulo foi analisado posteriormente, pela literatura acadêmica, como subjugador das sociedades locais, que muitas vezes foram esfaceladas, em prol daquele mesmo projeto de integração econômica.

Esse processo ficou conhecido como “desenvolvimentismo” no âmbito acadêmico, e se tornou parte do que, em paralelo, se considerou uma aceleração da produção e do consumo, logo depois da 2ª Guerra Mundial, refletido no conceito de “A Grande Aceleração”.

Em termos mais específicos, conheceremos aspectos necessários da própria indústria de produção do papel nesse contexto, desde seu surgimento em escala industrial no Brasil, até os aspectos recentes, que são considerados, aqui, como resultados de uma trajetória traçada sob o impacto decisivo do período que nos importa nessa análise, quer dizer, do período de 1939 a 1965.

Vale dizer que as primeiras empresas de produção industrial de papel do Brasil surgiram no contexto da virada do século 19 para o século 20 (SOARES, 1990, 3; BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1991, 1). Uma parte foi criada a partir do investimento de renomados empresários do período. A Companhia Melhoramentos de São Paulo, por exemplo, criada em 1890, surgiu “por iniciativa do governo e de empresários, para

promover melhorias em infraestruturas em grandes cidades”, segundo descrição publicada no sítio da empresa da internet¹.

Uma outra parte dessas empresas surgiu do trabalho familiar, que foi se tornando profissionalizado com o tempo, até que se consolidaram como grupos empresariais de renome. Exemplo é a criação da Klabin em 1899. O trajeto começou na imigração ao Brasil do lituano Maurício Freeman Klabin (nome adotado no país), aos 29 anos de idade, em 1889. Em uma década, trabalhou e arrendou uma empresa de tipografia de São Paulo, incluiu a importação de material de escritório aos negócios da empresa e fundou com familiares a Klabin (1899), voltada para a importação de papelaria e fabricação de artigos de papel. Mais alguns anos e, em 1902, arrendou uma fábrica de papel de Salto, SP, que havia surgida anos antes².

O surgimento dessa indústria é marcado pela presença de imigrantes europeus. Era comum que os empresários se dedicassem inicialmente à compra e venda de papel importado. Os imigrantes aproveitavam o prévio conhecimento dessa área e dos fornecedores, conforme a situação em seus países de origem. Com os anos, incorporavam novos negócios ao rol de produtos e de serviços oferecidos, inclusive a própria produção industrial de papel (SOARES, 1990, 22).

Nesse período, início do século 20, indústrias de papel estavam concentradas em países ao norte do planeta, de clima temperado e economia industrializada. Um artigo da revista O Papel, “O desenvolvimento das indústrias florestais e seu efeito sobre os bosques do mundo” (O PAPEL, 1959c, s/n), descreve o surgimento da indústria de madeira, da qual a indústria de papel depende diretamente, a partir de um marco inicial, que é a introdução da máquina a vapor nas serrarias em países temperados durante meados do século 19.

Sobre *indústrias*, podemos entendê-las como o conjunto de empreendimentos inseridos em um mesmo mercado, com suas mercadorias sendo substitutas entre si; ou como o conjunto de empreendimentos com uma *base técnica* em comum, ou seja, com seus métodos e processos de produção semelhantes (ERBER, 2002, 10).

Esses métodos e processos de produção semelhantes levam à classificação das indústrias em *setores*. São classificadas em um mesmo setor as indústrias que se complementam (ERBER,

¹ Detalhes em “Quem somos” em <http://www.melhoramentoscmpc.com.br/quem_somos> e em “História, em <<http://www.melhoramentos.com.br/v2/historia/>>, acessados em 30/10/2017.

² Detalhes na “Linha do tempo” do sítio da empresa na internet, em <<https://www.klabin.com.br/pt/a-klabin/memoria-klabin/linha-do-tempo/>>, acessado em 30/10/2017.

2002, 9). Assim, empreendimentos são agrupados segundo um razoável nível de elementos em comum, que lhes permitem formar um “processo coletivo”, em que se complementam e geram benefícios conjuntos. Por isso, as indústrias de um mesmo setor são interdependentes, vivendo as modificações do mercado conjuntamente, ora beneficiando-se de incentivos e tecnologias; ora, restringindo-se mutuamente durante períodos de crises.

No caso brasileiro, a classificação em setores foi bastante difundida no período pós-2ª Guerra Mundial, quando um forte ritmo de industrialização foi impingido ao país, amparado por ideias desenvolvimentistas (DEAN, 1996; ESCOBAR, 2007)³. Foi nesse período que uma classificação em setores foi adotada pelo governo nacional, para elaborar seus programas de fomento à industrialização, aplicados por instituições governamentais, principalmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES): que, não por acaso, desenvolveu uma *política setorial* para buscar cumprir seus objetivos, desde a sua fundação, em 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

Um conceito econômico agregado ao de setor é o conceito de *complexo industrial*. Por ele, entendemos a integração de setores (que, como sabemos, é a integração de indústrias que se complementam). Essa integração acontece em função das relações de compra e venda de mercadorias, produzidas por umas indústrias e compradas pelas outras, sendo *reincorporadas* em um outro processo de produção (HAGUENAUER, 1984 *apud* SOARES, 1990, 13).

Assim, compreende-se que os setores sejam formados por indústrias com atividades afins; e que os complexos sejam formados por setores com atividades afins. No nosso caso, as indústrias florestal, madeireira e papelera formam um complexo industrial. Por isso que, embora tratemos dessa última, quer dizer, da indústria papelera, faremos menção às duas primeiras continuamente.

1.1 Indústria papelera e a produção de pasta, celulose e papel

Aqui, estamos analisando uma indústria com três produtos principais. O carro-chefe é o papel. Para produzir papel, são usados produtos intermediários como matéria-prima, fabricados a partir da madeira. Esses produtos são a celulose e a pasta. Pasta e celulose são baseadas nas

³ Abordaremos o desenvolvimentismo mais adiante no item 1.3 deste capítulo.

mesmas matérias-primas e em processos semelhantes. A grande diferença é que a pasta é menos elaborada e tem um mercado menor do que a celulose (SOARES, 1990, 1).

Os três produtos podem ser produzidos na mesma fábrica, quando se tem uma *produção integrada*; ou em fábricas diferentes, por empresas diferentes, quando se tem uma *produção não-integrada*. Ainda que a produção integrada elimine etapas do processo, reduzindo custos operacionais, é comum que as empresas se especializem apenas em um ou em outro tipo de produto (SOARES, 1990, 3; 44). Daí, podemos dizer que a produção de pasta, celulose e papel pode ser considerada como uma indústria ou como um setor, a depender da forma de produção, integrada ou não-integrada.

Além disso, a reduzida participação da pasta e o grande mercado da celulose levam essa indústria, ou setor, a ser mencionada, tanto na literatura acadêmica, quanto no mercado em que está inserida, como *indústria de celulose e papel* ou *setor de celulose e papel*. Dessa forma, a descreveremos dessas duas últimas maneiras, deste ponto em diante.

1.1.1 Fibras curtas e fibras longas: divisão entre florestas tropicais e florestas temperadas feita pela indústria

Tanto a pasta, quanto a celulose, podem ser de fibra longa ou de fibra curta. As fibras longas dão origem a produtos mais resistentes; as fibras curtas dão origem a produtos menos resistentes, porém, são as mais aderentes aos adicionais químicos, facilitando a aplicação de produtos que elevam seu valor de mercado. Essa aplicação química propicia papéis mais claros e de melhor fixação para a tinta, na impressão e na escrita.

Fibra longa é a elaboração a partir do pinus, ou pinheiro, grupo de espécies de árvores características de países de clima temperado, principalmente norte-americanos (Estados Unidos e Canadá) e europeus (os escandinavos Suécia, Noruega e Finlândia em primeiro lugar). Países dessas regiões dominaram, por muito tempo, a produção de pasta, de celulose e de papel no mundo. Porém, outros países, como o Brasil, ganharam espaço na metade do século 20, dado o desenvolvimento dessas espécies em território tropical, sob condições diferentes das suas áreas de origem. No Brasil, a araucária, ou “pinheiro brasileiro” e “pinheiro do Paraná”, foi a espécie que mais se identificou com a produção de fibras longas (SOARES, 1990, 16).

Cabe destacar que os países de clima temperado são constantemente descritos como donos de uma “vantagem” ecológica para a exploração florestal: é que as florestas temperadas possuem menor biodiversidade e, se devastadas para exploração, conseguem uma recuperação

quase total. Ou seja, conforme enfatiza Carvalho (2004, 14), uma recuperação “em condições semelhantes às de antes da intervenção [humana]” – mesmo que isso, acrescenta Duarte (2005, 49-50), custe décadas para acontecer.

Florestas tropicais, por outro lado, quando devastadas pela exploração humana, sofrem uma geralmente irrecuperável perda de biodiversidade (DEAN, 1996, 23; CARVALHO, 2004, 14; DUARTE, 2005, 50). “Daí a tragédia”, ressenete-se Warren Dean (1996, 23): “A destruição dessas florestas é irreversível”.

Além disso, as madeiras das florestas tropicais, por serem heterogêneas – desiguais entre si – eram vistas como pouco econômicas para as indústrias exploradoras de madeira naquele período. Essa visão é comum na revista *O Papel* na época, 1939 e 1965. A perspectiva comum é que a própria biodiversidade da floresta tropical é um impasse à sua exploração econômica.

Carvalho (2004, 72) lembra que, “nas florestas tropicais, apenas algumas espécies [de árvores] têm as qualidades exigidas pelo mercado consumidor, e elas estão espalhadas, com apenas alguns indivíduos da espécie no meio de uma densa floresta”, ao contrário das matas temperadas, “constituídas muitas vezes de apenas uma espécie predominante”. Daí a defesa das plantações de eucalipto e a rápida derrubada de espécies presentes no Sul do Brasil, a araucária em primeiro lugar, para a exploração econômica das florestas.

Porém, o que poderia ser um alento à vida natural das demais espécies, que sairiam ilesas da exploração humana, se torna um martírio. Por causa da “desvantagem” econômica das florestas tropicais, ao invés de procurar outras áreas para explorar, derruba-se mata de alta biodiversidade para plantar florestas homogêneas que estariam consonantes à maior vantagem econômica procurada (DEAN, 1996).

1.1.2 Eucaliptos: a preferência pela floresta homogênea no lugar da floresta tropical

Se os países temperados dominam a produção de fibra longa, feita a partir o pinus; temos no Brasil, atualmente, um domínio da produção de fibra curta, feita a partir do eucalipto. O país é reconhecido como principal desenvolvedor de processos e tecnologias para uso de fibra curta (SOARES, 1990, 49; SILVA; BUENO; NEVES, 2016, 22).

A indústria brasileira se especializou na produção de pasta e celulose desse tipo a partir dos incentivos para pesquisa e reflorestamento, que iniciaram ainda na década de 1940, com a criação do Instituto Nacional do Pinho (INP), em 1941, no primeiro governo de Getúlio Vargas

(1930-1945). Esse investimento proporcionou ao país crescer neste mercado, de fibra curta a partir do eucalipto, da metade do século 20 em diante (SOARES, 1990, 1; 49).

Considera-se que o Brasil tenha a vantagem do rápido crescimento do eucalipto no clima tropical no qual está inserido, principalmente se comparado ao tempo de crescimento de outras espécies nesse clima; ou dessa espécie em outros climas. Além dela, pesquisas foram feitas no Brasil, desde a década de 1940, para a obtenção de fibra curta a partir do bambu e de resíduos agrícolas, como bagaço da cana e palha de cereais (SOARES, 1990, 16), mas o aproveitamento encontrado foi bem menor, para fabricação de pasta e celulose.

1.1.3 Processos e características da produção – ou: para onde vai a madeira das florestas

Existem dois processos principais de produção de pasta e celulose adotados no Brasil⁴. O processo *químico* gera pasta e celulose melhores, com mais qualidade e mais valor agregado. O processo *mecânico*, por outro lado, é reconhecido como de qualidade inferior (SOARES, 1990, 16).

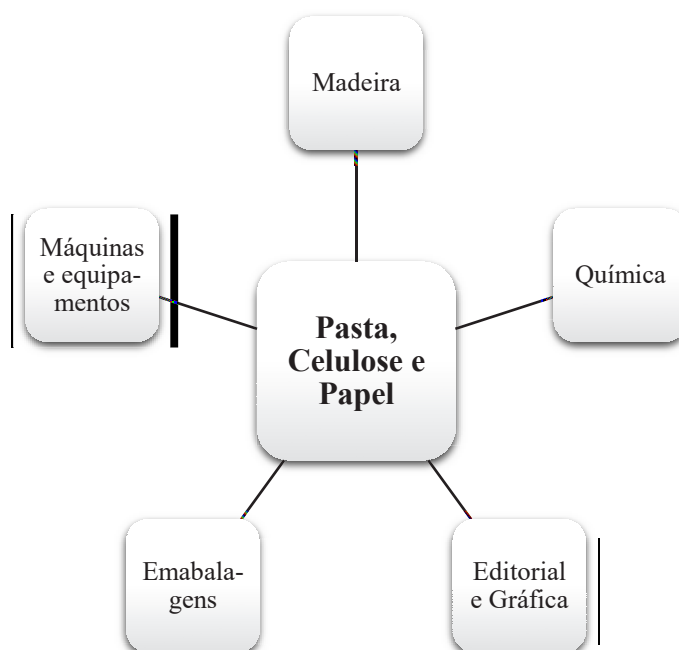
Porém, o químico tem maior impacto sobre a natureza. A etapa do branqueamento, por exemplo, é considerada uma das grandes responsáveis pela poluição originada pelas fábricas de papel, com descarte de produtos químicos e em geral tóxicos no ar, solos e rios. A “brancura” do papel (o termo técnico é “alvura”) importa em maiores custos e investimentos, inclusive na redução de impactos ambientais; porém resulta em papel de maior valor de mercado (SOARES, 1990, 16-17).

O uso do processo químico em larga escala faz autores como Sebastião José Martins Soares (1990, 18), por exemplo, incluírem o setor químico como parte do complexo industrial da produção de pasta, celulose e papel. A ponto de determinadas fábricas de celulose e papel terem laboratórios próprios, especialmente voltados para a geração de cloro e de soda, bastante usados nessa indústria.

Com esse apontamento, elaboramos, para nosso trabalho, a partir da literatura específica aqui citada, um diagrama que representa, ao nosso ver, de uma forma mais específica do que o que foi mencionado antes, o complexo industrial no qual está inserida a produção de papel:

⁴ Mas existem outros. Entre eles: químico, semi-químico, mecanoquímico, quimiotermodinâmico, termomecânico, quimiomecânico e mecânico (SOARES, 1990, 15-16).

GRÁFICO 1: Complexo industrial do papel e indústrias fronteiriças



Fonte: elaborado pelo autor a partir de SOARES, 1990; BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL, 1991; ERBER, 2002.

Destaca-se a produção de seis tipos de produtos pela indústria de papel: (1) papel para embalagem; (2) para escrever e imprimir; (3) para cartões e cartolinas; (4) absorventes (*tissue*, como papel-toalha ou papel higiênico); (5) imprensa; e (6) especiais (SOARES, 1990, 18-19).

1.2 Industrialização brasileira

A industrialização brasileira está marcada pela chegada ao governo de Getúlio Dornelles Vargas, em 1930, como resultado da chamada “Revolução de 1930”, na qual mudaram-se as configurações sócio-políticas do país, em favor de um projeto de industrialização, contrário ao modelo agroexportador da época.

Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva (1998, 113-127 *apud* CARVALHO, 2004, 47-48), essa “Revolução” marcou a alteração na configuração das elites, em que a agricultura passou de lugar central na economia para subsidiária de um projeto de industrialização feita pelo governo, servindo para o abastecimento das crescentes cidades, bem como para o controle da balança comercial – em favor, por conseguinte, do desenvolvimento da própria indústria.

É importante que essa proposta que marca a chamada “Era Vargas”, de desenvolvimento da indústria, seja entendida à luz de ao menos dois eventos anteriores, acontecimentos mundiais que, conforme a historiografia sobre o período (DEAN, 1996; FAUSTO, 2007; MENDONÇA, 2016), influenciaram nesse projeto de industrialização: a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e a crise econômica mundial, que atingiu os países mais ricos e foi gerando consequências a todos os integrantes de um mercado global, que se deu em 1929.

Em síntese, a 1ª Guerra e a Crise de 1929 deram origem a ideias sobre a urgência em se produzir bens industrializados no país, como forma de substituir as importações⁵. E, no mesmo passo, colocaram o dedo na ferida que era o modelo econômico, baseado exportação de um ou de poucos produtos primários predominantes, até então hegemônicos.

Vamos fazer um pequeno retorno no tempo, para entender o contexto dessa época.

1.2.1 1ª Guerra Mundial e a Crise de 1929

Na 1ª Guerra Mundial, o Brasil sofreu o desabastecimento de produtos industrializados, importados de países envolvidos na própria guerra (DEAN, 1996, 260⁶, 280). Segundo Dean (1996, 280), “a depressão e a guerra haviam mostrado às elites da América Latina o quanto suas economias e seu lugar no mundo, em comparação com os países industrializados, era insignificante”.

Esse desabastecimento também levou à “interrupção da concorrência de produtos” que já eram produzidos no país e, assim, “pequenas oficinas de consertos foram se transformando em indústrias de máquinas e equipamentos” (FAUSTO, 2007, 288-289). Nesse contexto, uma reação, tanto de governos, quanto de elites, foi repensar a quantas andava a estrutura econômica brasileira: os governos, com impactos na orientação e definição de políticas e incentivos estatais⁷; as elites, com influência no aporte e direcionamento de investimentos.

⁵ O modelo de então passou a ser criticado por tornar o país extremamente dependente da produção estrangeira, transferindo assim seus recursos arrecadados para outros países, por via das importações, como forma de pagamento aos produtos importados. A saída era estimular a produção nacional, para manter no país tanto suas divisas, quanto sua matéria-prima. Um exemplo desse “outro” modelo é o do Canadá: no artigo “Florestas” (1957) da revista O Papel, somos informados de que 92% dos “produtos florestais primários” (cepos, troncos e madeiras) eram usados internamente, assim como 80%-90% da celulose para produção de papel também ficavam no país. Obviamente, um modelo assim dependeria de uma estrutura de produção adequada.

⁶ Warren Dean (1996, 260) cita que: “O nacionalismo econômico e o fisiocratismo de Torres encontraram forte ressonância nas crises de abastecimento e financiamento que o Brasil experimentou durante a Primeira Guerra Mundial (...)”, ao escrever sobre o engajamento político e conservacionista de Alberto Torres.

⁷ Por exemplo, com o incentivo à criação de duas indústrias de base no período: a Siderúrgica Belgo-Mineira em Minas Gerais (1924) e a Companhia de Cimento Portland em São Paulo (1926). A falta de indústrias de base era

Fazia longo tempo que o Brasil baseava sua economia na exportação de produtos primários, especialmente o café. A exportação passava por “anos críticos”, de baixo crescimento, com excesso de oferta (a chamada “superoferta de café”); redução da demanda; e baixa dos preços pagos (FAUSTO, 2007, 280, 282, 315; 320; 392).

Até a produção de café se tornar uma “verdadeira loteria” (CARVALHO, 2004, 66), com altas e baixas constantes no mercado mundial, o que levou à rápida alternância de políticas de financiamento, ora mais acolhedoras aos produtores de café; ora mais restritivas. Soma-se a isso as condições climáticas, que geraram geadas cíclicas em certas regiões, principalmente no Sul do país (CARVALHO, 2004, 66), afetando em cheio os cafeicultores, já endividados pelos reveses – pelas altas e as baixas – do mercado.

No tocante aos governos do período, seu papel tinha certa ambiguidade na relação com a indústria (FAUSTO, 2007, 274, 289). Exatamente por causa da prevalência que ainda era dada à agro exportação, os governos nacionais ao mesmo tempo que incentivavam a industrialização, adotavam ações desestimulantes, justamente em favor do setor agroexportador. Há, conforme Boris Fausto (2007, 274, 289), um papel desses governos tanto de obstáculo à industrialização; quanto de pró-industrialização.

O principal exemplo é a política cambial, com uma valorização da moeda estrangeira, o que desvalorizava a moeda nacional: permitia ganhos maiores aos exportadores de café, mas encarecia – e, assim, dificultava – a compra de máquinas e equipamentos industriais, por parte dos industriais e dos importadores do período⁸ (FAUSTO, 2007, 274, 289).

Ainda assim, há um princípio de crescimento das indústrias no Brasil, acelerado durante as décadas seguintes. Esse crescimento é observado na comparação do censo de 1920, com o censo anterior. O levantamento de 1920 apontou cerca de 15% da economia nacional voltada à produção fabril; enquanto o percentual era de somente 7% em 1872. Isso, acrescentando que eram consideradas indústrias, no primeiro deles, pequenas oficinas de produção quase artesanal (FAUSTO, 2007, 282).

considerada como um limite à industrialização, fazendo com que o setor correntemente dependesse das importações, pagando mais caro por isso (FAUSTO, 2007, 288).

⁸ Boris Fausto (2007, 274) lembra, no entanto, que existem contestações sobre a política cambial brasileira como fruto de um deliberado favorecimento aos exportadores ou, sob outro ponto de vista, mais como resultado da própria debilidade da economia brasileira no cenário internacional do período. Fato é que as políticas cambiais de desvalorização levaram a quadros de recessão e inflação (FAUSTO, 2007, 315).

Além do desabastecimento da 1ª Guerra, a crise econômica de 1929, representada pela “quebra” da bolsa de valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos, influenciou decisivamente nas políticas econômicas do período, em direção à industrialização.

Os ruralistas da República Velha compartilhavam com o restante da elite a ideia hegemônica de um país com uma “vocação agrícola”. Foi a crise na economia-mundo capitalista de 1929 que mostrou para a elite brasileira, e de várias outras partes do mundo, o quão perigoso era ser dependente de um único produto de exporta o, ainda mais um produto não essencial como o café. (CARVALHO, 2008, p.63).

1.2.2 A Era Vargas

O momento histórico da “Revolu o” de 1930 no Brasil   a sucessão de acontecimentos baseados em articula es de grupos, que visavam depor o presidente eleito Júlio Prestes, e levar Getúlio Vargas   presidência. No cargo, Vargas ficaria no governo do país, sem interrup es, durante 15 anos (FAUSTO, 2007, 325-327).

Esse momento se caracterizou pela ascensão de novas elites, para dividir e até tomar a influência política que antes estava concentrada na tradicional oligarquia do café. Essa elite emergente era formada por militares, profissionais diplomados, políticos jovens em fase de reconhecimento e, nos anos seguintes, industriais (FAUSTO, 2007, 325-327).

Assim, no período entre guerras, a economia baseada num modelo “urbano-industrial” foi afirmada no Brasil, contrariando o modelo rural-exportador então predominante. Quando as tais movimentac es políticas, que puseram Vargas na presidência, alcançaram seu objetivo, o modelo urbano-industrial foi adotado, com uma forte interven o estatal (MENDONÇA, 2016, 319, 330).

Dessa forma,

A “revolu o de 30” inaugurou uma etapa decisiva do processo de constitui o do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês. A quebra das autonomias estaduais – suporte das tradicionais oligarquias regionalizadas – resultou na crescente centraliza o do poder que alocava no Executivo federal os comandos sobre as políticas econômica e social e os aparelhos coercitivo-repressivo. [...] Apesar de iniciado no imediato p s-30, o marco na acelera o desse processo foi a instaura o do Estado Novo em 1937. (MENDONÇA, 2016, 330).

Ainda que as bases tenham começado a se desenhar em momentos anteriores, foi na década de 1930 que se iniciou a implanta o de uma indústria brasileira, fomentada pelo próprio estado nacional. Durante sua permanência na presidência e, especialmente, na ditadura que foi o Estado Novo (1937-1945), esse primeiro governo Vargas reduziu regionalismos, em favor de uma política que centralizava, no governo federal, a capta o de recursos; a concessão de benefícios fiscais; e a cria o de órgãos públicos estatais específicos – levando ao núcleo do

governo responsabilidades que outrora estariam nos estados ou nas regiões (FAUSTO, 2007, 327, 333; MENDONÇA, 2016, 320, 330-331).

Em relação à captação de recursos e concessão de benefícios, as décadas de 1930 e 1940 viram esse governo transferir crédito à indústria (MENDONÇA, 2016, 322), com privilégio de setores que ele considerava como sendo estratégicos. Já quanto aos órgãos e entidades públicas criados, eles formariam um “aparelho administrativo de intervenção, regulação e controle” (MENDONÇA, 2016, 331), com o fim de reestabelecer as relações entre o governo federal e os estados, estes sob uma forte dependência daquele; e reorganizar as entidades representativas, em nível nacional, como os sindicatos e conselhos de classe, agora sob influência direta do estado nacional.

Centralizado o poder⁹, o governo adotou medidas direcionadas para um favorecimento da industrialização:

A ação do Estado seria decisiva na condução desse processo, através da definição de algumas medidas essenciais para um desenvolvimento industrial baseado em recursos escassos. Delas destacaram-se as políticas de proteção tarifária – rebaixando tarifas sobre bens e equipamentos industriais; as novas políticas de crédito, com taxas de juros muitas vezes favoráveis à indústria; a abolição dos impostos interestaduais; a fixação de preços dos bens e serviços essenciais, bem como a distribuição das divisas monopolizadas pelo próprio Estado segundo critérios de prioridade que contemplavam a importação de equipamentos e combustíveis. (MENDONÇA, 2016, 321).

O governo brasileiro também investiu no fomento à indústria de base, de fornecimento de bens de produção (também: bens de capital) – ou seja, para a produção de matérias-primas, máquinas e equipamentos a serem usados pela indústria de bens de consumo. Com isso, foram criadas empresas estatais e de economia mista, com forte investimento público, para a produção de insumos industriais como ferro e aço, químicos e motores. Entre elas, estariam a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941; e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942 (MENDONÇA, 2016, 322).

Além de matérias-primas, máquinas e equipamentos, a indústria estatal recém-criada atuaria na infraestrutura, reclamada por muitos industriais da época – e enfatizada ainda hoje, como parte do “custo Brasil”, que, acredita-se, encarece a produção e o comércio. Setores como

⁹ Essa centralização começou de fato no momento em que Getúlio Vargas chegou à presidência, em 1930, quando dissolveu o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais e concentrou todo o poder no Executivo (FAUSTO, 2007, 333). Porém, foi a partir do Estado Novo de 1937 que “muitas de suas instituições e práticas”, conforme Boris Fausto (2007, 365), “se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime”. Por fim, “a inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente” a partir de 1937 (FAUSTO, 2007, 366).

comunicações, transportes e geração de energia ganharam, portanto, incentivos, exemplificado pela criação da Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco, em 1945 (MENDONÇA, 2016, 322).

Para Sônia Regina de Mendonça (2016, 321), duas grandes diretrizes de política econômica foram traçadas nas décadas de 1930 e 1940. A primeira configurava-se no controle dos próprios fatores de produção pelo estado, com a produção direta, concessão de subsídios e influência na formação de preços e de salários (a legislação trabalhista sancionada por Getúlio Vargas unificava, por exemplo, sob definição do governo, o valor da mão de obra, que não mais seria nivelada *apenas* pelas “leis de mercado”, tornando-se, portanto, controladas diretamente pelo governo central).

A segunda grande diretriz foi a criação de mecanismos para alterar a prevalência, na economia brasileira, da agricultura sobre a indústria. Assim, uma política de confisco cambial desestimulava as exportações, tornando mais vantajosa a produção para o consumo interno¹⁰; enquanto a própria produção para o consumo interno era direcionada para o abastecimento dos centros urbanos. Diga-se de passagem, direcionada para alimentar trabalhadores das indústrias e suas famílias, a preços mais baixos, reduzindo-se assim, portanto, próprios custos industriais (MENDONÇA, 2016, 321-322).

Carvalho (2008, 54) observa que, por exemplo, houve uma política de reocupação do Norte do Paraná, no Sul do Brasil, para atender a esse projeto de industrialização nacional. Assim, “a colonização racional não visava apenas produzir produtos para exportação e sim, era parte de um projeto maior de industrialização”, em que o campo ganha o papel de produzir bens alimentícios “para a crescente população urbana” e para exportação “a fim de contrabalançar a importação de bens de capital” (CARVALHO, 2008, 54).

Talvez por isso que, posteriormente, em 1952, o autor de um artigo da revista O Papel classificaria o agricultor e o criador pastoril como sendo “duas classes de produtores” de grande importância para a economia nacional, por serem eles, “em grande parte”, os “fornecedores de alimentos e de matérias primas [sic]” para a indústria (O PAPEL, 1952b, 33-38).

¹⁰ O confisco cambial consistiu em uma “taxa” instituída pelo governo sobre as exportações de café, a partir do estabelecimento de uma cotação menor do dólar para a venda desse produto para o exterior, ficando com o “excedente” resultante da variação cambial. Ou seja, a nosso ver, nada mais que semelhante a uma taxa. Esse valor confiscado seria destinado a áreas consideradas prioritárias pelo próprio governo, sendo, portanto, uma forma de transferência dos ganhos da agro exportação para a indústria, em foco naquele momento (FAUSTO, 2007, 411).

1.2.3 2ª Guerra Mundial

Assim como na 1ª Guerra, a 2ª Guerra também gerou intenso gargalo no abastecimento de bens industrializados, em especial em países considerados periféricos no sistema econômico mundial. Entre eles, o Brasil, ainda que se tivesse colocado em prática certos planos de industrialização.

Entre os produtos importados que se tornaram escassos estavam os combustíveis fósseis: ou seja, carvão mineral e petróleo. Essa escassez, especificamente, aumentou a demanda pela madeira, enquanto combustível, com um aumento de preços e tarifas. Em conjunto, valorizou as terras florestadas e representou o esgotamento de reservas plantadas, inclusive de eucaliptos, então para satisfazer essa demanda por combustível (DEAN, 1996, 270-271).

Bom exemplo do desabastecimento nesse período é destacado na matéria “Consultor técnico florestal” (O PAPEL, 1950d, 21), publicado num período que ainda estava sob os efeitos da 2ª Guerra Mundial, quando o mundo se reorganizava. O pequeno artigo, de meia página, é um tipo de propaganda que promove os serviços do consultor Adolfo Wahnschaffe, um parceiro da revista, para atendimento às demandas por consultoria florestal de seus leitores.

O texto informa que “o interesse pela produção de matérias-primas brasileira, de origem florestal, para as indústrias de papel e papelão, vinha se acentuando no transcorrer dos últimos anos [...] em consequência da situação política internacional” (O PAPEL, 1950d, 21).

Para ele, a “situação política internacional” é “pouco tranquilizadora”, em face à ameaça de queda do financiamento e ao encarecimento do transporte marítimo, que atendia o comércio exterior daquele período. “Nessas circunstâncias”, continua, sobe “a necessidade de recorrer às matérias primas [sic] nacionais” para substituírem “as similares estrangeiras”, que estariam acabando. “Caso elas desapareçam por completo, importantes fábricas ficarão paralisadas e a insuficiência de papel e papelão acentuar-se-á ainda mais” (O PAPEL, 1950d, 21).

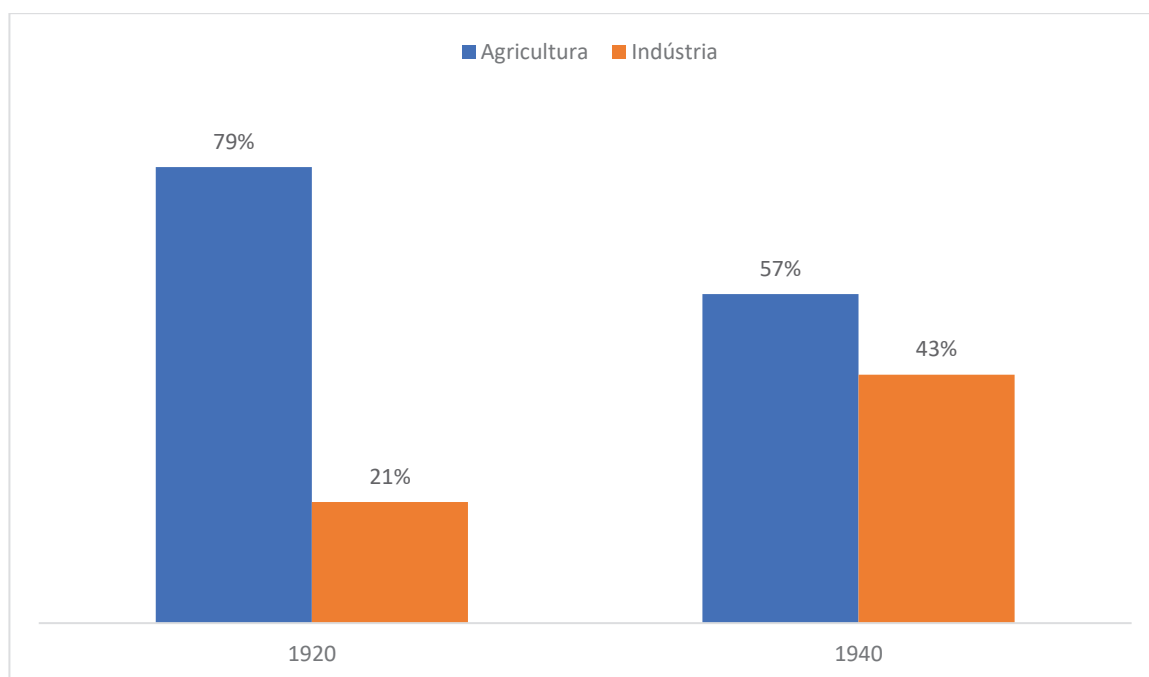
Foi a partir da 2ª Guerra que países menos industrializados pouco a pouco reclamaram, a si, condições de industrialização semelhantes às dos países industrializados, sendo observados com atenção por parte destes (DEAN, 1996, 280). Com a Guerra Fria, a polarização de parte do mundo em duas ideologias político-econômicas distintas, cada uma delas enfatizando suas próprias qualidades, favoreceu o apoio desses países à industrialização dos periféricos, a partir do receio de perder, para o outro lado, a competição pela hegemonia político-econômica do mundo (DEAN, 1996, 280).

1.2.4 O pós-Guerra no Brasil

Enquanto isso, no Brasil, o término da 2ª Guerra Mundial foi seguido do fim da ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, amenizando a intervenção estatal e reposicionando o país a favor da entrada de capital estrangeiro, uma demanda de grande parte dos próprios industriais da época (MENDONÇA, 2016, 324, 333-334).

Quanto à industrialização, levantamentos da época indicam que a produção industrial brasileira aumentou, mas ainda se mantinha menor do que o nível da produção agrícola do país. Exemplo são os censos de 1920 e 1940, que indicam uma alavancada da indústria e um maior equilíbrio com a agricultura, a partir da medição do valor de produção – o montante de capital movimentado – de cada atividade (FAUSTO, 2007, 391-392):

GRÁFICO 2 – Crescimento da indústria de 1920-1940



Fonte: FAUSTO, 2007, 391-392.

Com o fim da Era Vargas, seguiu-se o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), apontado na historiografia como de reabertura do país ao capital estrangeiro. A retomada do projeto de industrialização, tal como traçado nos anos anteriores, seria concretizada no retorno de Vargas ao governo em 1951, dessa vez por meio de processo eleitoral, ao final do governo

de Dutra (FAUSTO, 2007, 405, 409; MENDONÇA, 2016, 325) – projeto continuado por seus sucessores, passando por Juscelino Kubitschek (1956-1961) e pelos governos civil-militares (1964-1985).

Com a retomada do projeto, inicia-se novo período de intervencionismo e centralização do estado nacional brasileiro. “A industrialização acelerada, enquanto condição do progresso social, era a meta e o estado armou-se de novas instituições e instrumentos capazes de viabilizá-la”, explica Sônia Regina de Mendonça (2016, 325).

Entre as ações do segundo governo de Getúlio Vargas que reforçaram o projeto iniciado em seu primeiro governo, estavam a busca pela integração entre agricultura e indústria de base; reafirmação das empresas públicas como pilares da economia; e fundação, em 1952, de um banco de investimento público brasileiro – o BNDE (BNDES) – para operações de longo prazo, que privilegiassem investimentos em infraestrutura, industrialização e exportação de produtos industriais brasileiros (FAUSTO, 2007, 409).

Embora tenha iniciado os investimentos em indústria de base e infraestrutura em seu primeiro governo, com a criação, como vimos, de estatais e empresas de economia mista, entre elas a CSN e a CVRD, essas áreas continuavam críticas quando iniciou o segundo governo. No caso da indústria papelreira não era diferente.

No texto “Baseada no reflorestamento a indústria da celulose no Brasil” (O PAPEL, 1951a, 17-18), artigo de um professor da Escola Nacional de Agronomia, que assina como A. Barreto, o autor defende a indústria de papel brasileira como “bastante antiga”, com instalações em funcionamento, para fabricação de papel de embrulho, desde o período colonial – mas reclama que, “apesar de contarmos com fábricas com mais de meio século de funcionamento, a matéria prima [sic] continua sendo importada”.

A crítica sobre a dependência da indústria brasileira da importação de matéria-prima se mantém na crítica à infraestrutura do país, a principal responsável pelo “atraso da independência de nossa indústria de papel”, especialmente com uma dificuldade de transporte. Para o autor, “as grandes indústrias de celulose e papel do mundo” são beneficiadas “invariavelmente” pela “localização das mesmas em zonas providas de transporte fluvial, proximidade de energia barata, e fácil transporte de matéria prima [sic] e do produto” (O PAPEL, 1951a, 17-18).

Em outro texto, “Algo sobre florestas” (O PAPEL, 1951b, 41-45), assinado por Pimentel Gomes¹¹, o autor avalia que “a produção brasileira de celulose e papel ainda não basta ao nosso próprio consumo. Dependemos, em parte, das fábricas finlandesas, suecas e canadenses. E, no entanto, em vez de importarmos, deveríamos ser um dos grandes exportadores”, uma vez que, analisa, as condições brasileiras para produção industrial são “verdadeiramente excepcionais”.

Especificamente quanto à dependência das fábricas finlandesas, dois artigos de O Papel – “Produção da indústria florestal finlandesa e exportações em 1955” (O PAPEL, 1956c, s/n) e “Algumas cifras do desenvolvimento da indústria florestal finlandesa em 1955” (O PAPEL, 1956d, s/n) – com base em dados do periódico finlandês “Finnish Paper and Timber Journal”, apresentam o Brasil entre os principais compradores de celulose (5º lugar) e de papel (3º lugar) em 1955.

Abaixo, dados apresentados e o destaque para o posicionamento do Brasil, enquanto um país dependente da produção finlandesa no período:

TABELA 1 – Dependência da produção finlandesa no mundo

| Posição | Importação de celulose (1955) | Importação de papel de imprensa (1955) |
|-----------|-----------------------------------|--|
| 1º | 388,9 mil t – Reino Unido | 125,3 mil t – Estados Unidos |
| 2º | 126,9 mil t – França | 83,2 mil t – Reino Unido |
| 3º | 117,4 mil t – Estados Unidos | <u>33,1 mil t – Brasil</u> |
| 4º | 80,9 mil t – Alemanha Ocidental | 31,6 mil t – Alemanha Ocidental |
| 5º | <u>77,7 mil t – BRASIL</u> | 30,8 mil t – Dinamarca |
| 6º | 57,4 mil t – Argentina | .. ¹² |
| 7º | 46,4 mil t – Polônia | .. ¹³ |

Fonte: O PAPEL, 1956c, s/n; 1956d, s/n.

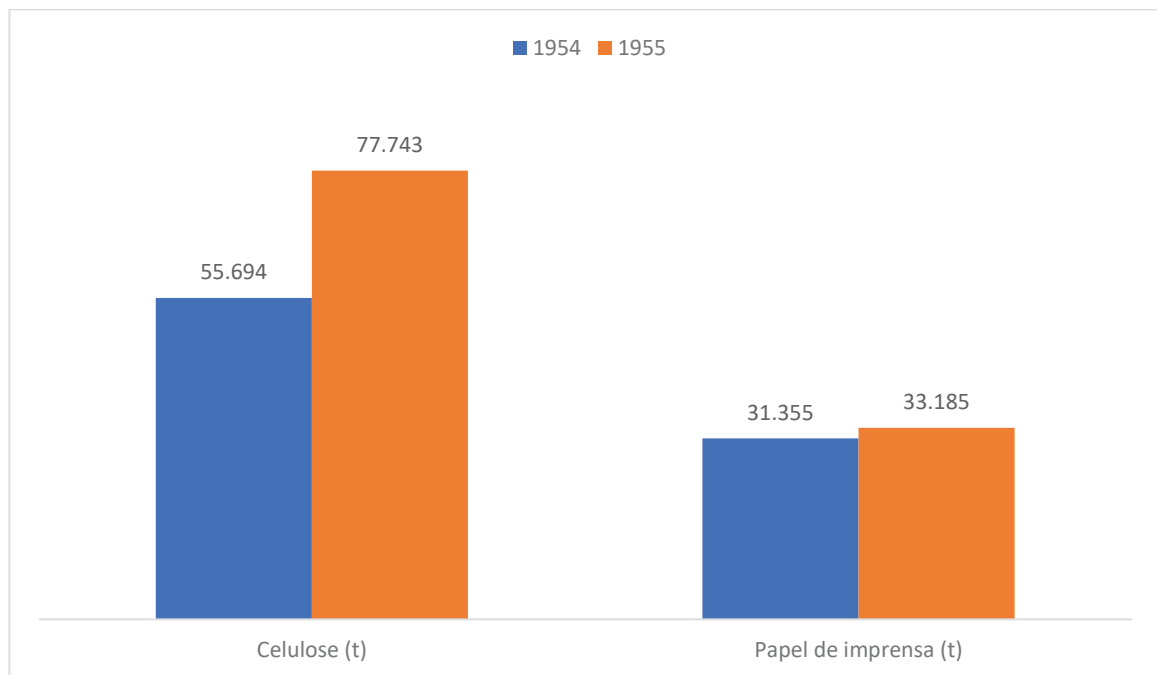
Observa-se, ainda, que o Brasil aumentou a quantidade importada da Finlândia, em uma relação de 1955 com o ano anterior:

¹¹ A revista não detalha a formação ou a atuação desse articulista no contexto em que publicava para nenhum dos textos do autor selecionados para esta pesquisa.

¹² Não apresentado no artigo.

¹³ Não apresentado no artigo.

GRÁFICO 3 – Aumento da importação da Finlândia pelo Brasil



Fonte: O PAPEL, 1956c, s/n; 1956d, s/n.

Em “Fazendas florestais” (O PAPEL, 1952b, 33-38), o técnico Adolfo Wahnschaffe enumera necessidades da indústria papeleira e os preços pagos para supri-las: para produzir 250 mil t de papel e papelão em 1950, foi necessário importar 131,7 mil t de celulose, ao custo de 309,1 milhões de cruzeiros, “que saíram do Brasil” (O PAPEL, 1952b, 33-38). Ou seja, conclui que o custo representa um valor transferido do Brasil, para outros países, “desnecessariamente”.

O consultor é outro que critica a infraestrutura do país nesse período, classificando como “crônica e irritante” a “insuficiência do transporte ferroviário”, um problema contra o aumento da produção no Brasil; e sugere a criação de plantações “tão perto quanto possível” das fábricas existentes, para abastecê-las de matéria-prima, com a menor necessidade possível de transporte (O PAPEL, 1952b, 33-38).

No artigo “Em que consiste o problema florestal” (O PAPEL, 1954a, s/n), o engenheiro Ruben de Mello¹⁴, diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo¹⁵ e autor de outros artigos da revista, critica a ação governamental no período, afirmando que a falta de alternativas para a geração de energia para diversos setores – “combustível, transporte, siderurgia, celulose” – e o concomitante corte de madeira para servir de combustível, naquele momento, estariam sendo solucionados pela iniciativa privada.

Por mais que a historiografia ressalte as décadas de 1940 e 1950 como de um grande investimento estatal na industrialização e infraestrutura do país, essas opiniões encontradas na revista representam como os governos do período enfrentavam duras críticas de sujeitos ligados às indústrias.

Mello, por exemplo, diz que a iniciativa privada estaria investindo, sem apoio do estado, para solucionar problemas de infraestrutura e industrialização. O estado, aliás, deixa de cumprir sua função fiscalizadora, no cuidado com as florestas nacionais – prejudicando, portanto, esse mesmo setor – conforme o autor:

A silvicultura para combustível e celulose vem sendo feita pela iniciativa privada, à revelia do poder público, que pouco auxílio tem prestado, mas esse tipo de floresta é de curta rotação e o particular pode interessar-se por ele, pois vem propiciando compensador rendimento. Há, entretanto, um aspecto do problema em que estamos sem a menor proteção e cujo futuro se nos apresenta com as mais sombrias previsões. Trata-se do setor *madeira* [...]. A iniciativa governamental se mostrou displicente e permitiu que dilapidássemos grande parte de nosso patrimônio florestal sem uma exploração racional. (O PAPEL, 1954a, s/n, grifo do autor).

Há, portanto, a perspectiva de que o investimento privado se daria apenas em programas que gerassem rendimentos para seus investidores, sendo o Estado o encarregado de todo o resto. E que a dúvida sobre a aferição de rendimentos, ou a demora para angariar os lucros com este investimento, fazia com que o plantio de florestas, naquele momento, se tornasse desprestigiado pela iniciativa privada – cabendo ao governo o investimento nessa área, o que não era feito, de acordo com o Mello.

Noutro artigo, “O problema florestal” (O PAPEL, 1954b, s/n), ao analisar o anteprojeto do segundo Código Florestal Brasileiro, que seria publicado quase 10 anos depois, o mesmo autor critica a ideia da criação de uma taxa sobre os produtos florestais (sugerida no anteprojeto

¹⁴ O sobrenome deste autor aparece com duas grafias diferentes na revista O Papel: Ruben de Mello e Ruben de Melo. Mantivemos a forma como apareceu pela primeira vez.

¹⁵ Para Fausto Brito (2007, 325-326), a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (1928) representou o fortalecimento de uma elite industrial emergente, em face à elite agroexportadora do período. Porém, não indicou uma ruptura com estes, uma vez que se identificavam politicamente.

como uma “taxa de selagem” sobre a produção), a ser paga por produtores particulares; e cobra uma definição mais precisa sobre de onde sairiam as verbas para auxiliar o produtor na criação de florestas, como sugeria o texto desse anteprojeto.

Esse tipo de crítica, feita na época, início da década de 1950, mostra que Vargas esbarrou em grandes conflitos de interesses, que levaram à intensa insatisfação no período, culminando com um fim trágico ao seu governo em 1954 (FAUSTO, 2007, 410, 415-418; MENDONÇA, 2016, 325).

Em 1955, sob comando do vice-presidente Café Filho, foram realizadas as eleições que nomeariam Juscelino Kubitschek como presidente. Em 1956, JK tomou posse de seu governo (1956-1960) e lançou um “Plano de Metas” com a promessa de fazer o Brasil “avançar 50 anos em 5” – reafirmando a industrialização como o principal objetivo a ser alcançado pelo governo.

Esse foi um período de intensa industrialização no país (SILVA, 2016a, 345). Um dos exemplos do crescimento industrial, muitas vezes citado, é o consumo de combustível. Somente a lenha e o carvão vegetal, “para processo a quente e energia mecânica”, por exemplo, “cresceu de cerca de 0,4 m³ para cerca de 2,2 m³ *per capita*”, na década de 1950, em São Paulo (DEAN, 1996, 268), refletindo a expansão da indústria no período, em áreas mais industrializadas.

Além disso, de 1955 a 1961, a indústria brasileira cresceu, em valor de produção, cerca de 80% (descontada a inflação do período). Algumas indústrias tiveram crescimentos que foram considerados impressionantes pelos seus analistas na época. Segundo Boris Fausto (2007, 427), entre elas estavam as seguintes:

TABELA 2 – Crescimento industrial no Brasil 1955-1961

| Indústria | Percentual aproximado de crescimento |
|-----------------------------|---|
| Transporte | 600% |
| Eletricidade e comunicações | 380% |
| Mecânica | 125% |
| Aço | 100% |

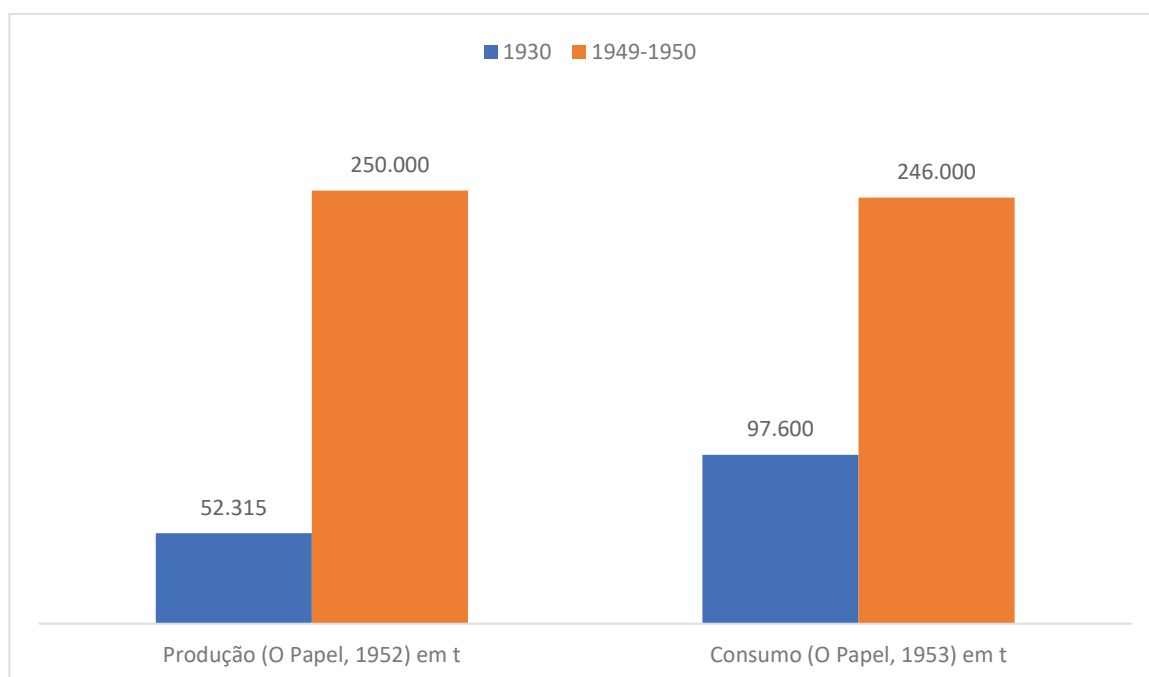
Fonte: FAUSTO, 2007, 427.

A indústria de celulose e papel também experimentou crescimento. A partir de dois artigos de O Papel, traçamos uma relação entre a produção e o consumo de papel. “Fazendas

florestais” (O PAPEL, 1952b, 33-38) apresenta um aumento da produção de papel e papelão, de 1930 para 1950. E “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil” (O PAPEL, 1953, 15-16) informa o aumento do consumo de papel, de 1930 a 1949.

Abaixo, uma compilação:

GRÁFICO 4 – Produção e consumo de papel no Brasil



Fonte: O PAPEL, 1952b, 33-38; O PAPEL, 1953, 15-16.

O economista entrevistado no artigo de 1953, sobre as “Novas diretrizes”, destaca ainda uma relação entre o crescimento da produção nacional de papel e a queda da importação do mesmo produto. Assim, considera um quadro com a importação em queda, ao mesmo tempo em que a produção nacional subia. Para ele, no período 1930-1934, a importação correspondia a 81% da produção nacional; enquanto no período de 1943-1953, esse valor diminuiu para 44%.

Todos esses aspectos estavam relacionados aos governos da época. No governo JK, o Plano de Metas indicava onde seriam feitos os investimentos, com 31 objetivos almejados, e a busca pela integração entre capitais estrangeiro, nacional e público (MENDONÇA, 2016, 325-327).

Nesse último ponto, sendo:

1. O capital estrangeiro alocado na indústria de bens duráveis, com privilégio para a indústria automobilística;
2. O capital nacional alocado na indústria de bens de consumo não-duráveis (ou apenas “bens de consumo”), principalmente os alimentos; e
3. O capital público alocado na indústria de bens de produção (bens de capital), com foco na indústria de base, na geração de energia e no transporte¹⁶.

Merece atenção o uso de capital estrangeiro¹⁷. Se, na crise econômica que deu início à década de 1930, conjuntamente com as crises de superprodução do café, mudança marcante é a diminuição da dependência do capital internacional para financiamento interno, em especial de infraestrutura e industrialização, trazendo ao estado a responsabilidade de dar condições a este fim; pós-1945, volta-se a contar com esses recursos estrangeiros, concedendo-se benefícios para atraí-los – no entanto, com estabelecendo-se limitadores para usá-los, por meio de mecanismos de direcionamento para áreas consideradas prioritárias pelos governos (MENDONÇA, 2016, 326-327).

O governo JK, principal exemplo desse direcionamento, centralizou a área econômica brasileira sob seu controle de uma maneira mais indireta, por meio da criação de um Conselho de Desenvolvimento, com objetivo de destinar investimentos a setores que seriam considerados como estratégicos ao país pelo governo (MENDONÇA, 2016, 328). Embora tenha incentivado a industrialização, esse governo favoreceu o capital estrangeiro e desfavoreceu o pequeno empresário e produtor brasileiros, aumentando a concentração de renda e, em conjunto, a dívida externa brasileira (MENDONÇA, 328-330). Um processo, aliás, que teve continuidade durante os governos democráticos¹⁸ e civil-militares que se seguiram.

¹⁶ Este último, ligado diretamente ao incentivo à indústria automobilística, aposta para geração de negócios, empregos e divisas.

¹⁷ Boris Fausto (2007, 293) divide a entrada de recursos estrangeiros no país em dois tipos principais, os empréstimos e os investimentos. Ele discute, a partir dessa divisão, como os empréstimos feitos a instituições e governos estrangeiros pelo Brasil especialmente no início do século 20 levou o país a um grande endividamento, principalmente com a Inglaterra e os Estados Unidos. Em 1928, cita, o Brasil era o país mais endividado da América Latina, com 44% do total de endividamento, seguido por Argentina (27%) e Chile (11%) (FAUSTO, 2007, 293). Uma avaliação interessante feita por Fausto (2007, 294) é de que o capital estrangeiro, inclusive na industrialização do país, “não dominou a economia, mas se localizou em setores estratégicos”.

¹⁸ Os governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) apresentaram a situação da dívida brasileira do governo Kubitschek como “terrível a situação” (FAUSTO, 2007, 439), segundo Quadros em sua posse, realizando em seu curto governo um pacote ortodoxo para a estabilização (FAUSTO, 2007, 440). A situação, porém, piorou nos anos seguintes, com grande crescimento da inflação: de 26% em 1960 a 33% em 1961 e 54% em 1962 (FAUSTO, 2007, 455).

O direcionamento de investimentos entre 1956 a 1960 de fato fez o aumento da produção ser exponencial, com mudança no perfil da indústria brasileira, privilegiando-se setores recém-ingressos no país, sobre setores mais tradicionais (FAUSTO, 2007, 393; MENDONÇA, 2016, 328-329; SILVA, 2016a, 346). Assim, a produção de bens agrícolas e alimentos; e de indústrias tradicionais, como têxtil, dariam lugar a indústrias mais “modernas”, voltadas diretamente à expansão das cidades, como metalurgia, mecânica, material elétrico, comunicações e transporte (FAUSTO, 2007, 393; SILVA, 2016a, 346).

1.2.5 Incentivos e regulamentos relacionados à indústria de celulose e papel no Brasil

O setor de celulose e papel foi beneficiado pelos processos de industrialização do Brasil. De 1930 até a atualidade, essa indústria foi amparada por políticas e incentivos diversos. Uma primeira tentativa de regulamentação foi a publicação do primeiro Código Florestal em 1934.

Se a iniciativa é representativa por causa da instituição de um ordenamento normativo em nível nacional, uma vez que havia experiências anteriores nos estados; seus resultados foram pífios. Ele é considerado, por exemplo, uma “letra morta”, pelo técnico Adolfo Wahnschaffe, no artigo “Fazendas florestais” (O PAPEL, 1952b, 38).

Como dissemos antes, 1941 trouxe a criação do Instituto Nacional do Pinho, no primeiro governo Vargas. Assim como o Código Florestal, o INP fazia parte das iniciativas de intervenção e centralização do governo. Neste caso, para a exploração de florestas no Brasil a partir de uma perspectiva de eficiência econômica, em que a exploração deveria ser racionalizada, mediante uma a instituição de uma “colonização dirigida” – ou seja, de forma planejada e executada pela iniciativa pública ou privada: deixando de fora outros sujeitos que também possam se interessar, ou mesmo depender dessa exploração florestal, caso dos camponeses, caboclos, indígenas e tantos outros (CARVALHO, 2008, 19-20; 190).

Na década de 1950 há o início do investimento direto estatal via BNDE (BNDES) em 1957, cinco anos após sua criação em 1952. Embora tenha sido criado durante o segundo governo de Getúlio Vargas, a “política setorial” do Banco contemplou a indústria papeleira no governo de Juscelino Kubitschek.

Silva, Bueno e Neves (2016, 20) identificam o incentivo relacionado ao Plano de Metas do governo JK. Ele delineou objetivos, como a produção anual de 200 mil toneladas de celulose e 450 mil toneladas de papel até o final do programa. O fato de serem estabelecidas as metas

de produção, mais a salvaguarda de investimentos pelo Estado, seriam condições fundamentais para ações de promoção dessa indústria.

Nessa seara, além de investimento em máquinas, foi importante o trânsito de dinheiro, via investimento e empréstimo, também o plantio de madeira. O que significa que foram feitos aportes em plantações, principalmente de eucaliptos, já naquele período identificados como de mais rápido e garantido retorno econômico.

Assim, o BNDES, “embora não tenha concedido prioridade especial ao setor, passou a apoiá-lo de forma mais constante a partir de 1957, inclusive com alguns projetos emblemáticos de produção de celulose de *Eucalyptus*” (SILVA; BUENO; NEVES, 2016, 20). Esses projetos incluíram pesquisas sobre crescimento de produtividade dessa espécie e seu retorno em termos de quantidade produzida, medida em face aos metros cúbicos por hectare por ano (m³/há/a) ao longo do tempo (SILVA; BUENO; NEVES, 2016, 21).

Um pouco adiante, os incentivos continuaram após 1965. O principal é de 1966, com a lei 5.106/1966, que permitia a dedução do Imposto de Renda para aqueles que investissem no plantio de florestas. Esse incentivo foi crucial ao plantio, também, de eucaliptos.

Assim, esses incentivos levaram a um crescimento do plantio de florestas “artificiais”, de espécies exóticas à flora original brasileira, especialmente o pinus e eucalipto, que tiveram um aumento muito grande entre 1965 e 1985: passando de 500 mil de hectares no início; para 4,5 milhões de hectares no fim desse período (SILVA; BUENO; NEVES, 2016, 21). Duas indústrias foram especialmente privilegiadas com esses incentivos ao aumento da base florestal brasileira de rápido crescimento e exploração eficiente: a siderurgia, uma grande consumidora de carvão vegetal; e a de celulose e papel, em termos de geração matéria-prima (SILVA; BUENO; NEVES, 2016, 21).

1.3 Desenvolvimentismo, Grande Aceleração, e a indústria de celulose e papel após 1945

No pós-2ª Guerra, há uma ampliação, em países considerados periféricos ao sistema de mercado mundial, a ênfase no desenvolvimento econômico¹⁹, com base no modelo existente de industrialização. Experiências do período anterior levaram esses países, entre eles o Brasil, a

¹⁹ Para evitar perder terreno na Guerra Fria em mercados conhecidos como periféricos, entre eles o Brasil, os países que lideravam as economias mundiais passaram a aprovar e incentivar determinados planos de industrialização, inclusive com políticas de financiamento (DEAN, 1996, 280; DUARTE, 2005, 14-16).

uma postura desenvolvimentista, voltada à consecução de estratégias de desenvolvimento a partir do exemplo e orientações dos países centrais nesse mesmo sistema (DEAN, 1996, 280; DUARTE, 2005, 14-16; ESCOBAR, 2007, 12).

Essa postura está baseada em uma “proposta de que se podia conceber políticas de governo que estimulariam a acumulação de capital e a industrialização e, com isso, um ritmo de crescimento econômico muito mais rápido que qualquer outro” (DEAN, 1996, 280). Essa concepção se tornou generalizada em países do mundo que participavam do mercado global de mercadorias, a partir do final da 2ª Guerra, quando os países centrais passaram a disputar o domínio sobre os países periféricos, com vistas à conquista de novos mercados, por meio da divulgação de que eles receberiam incentivos para promover sua própria industrialização (DEAN, 1996, 280; DUARTE, 2005, 14-16).

Regina Horta Duarte enfatiza que, “somada a essa questão política”, da disputa entre blocos divergentes pela hegemonia do modelo político-econômico mundial, entre capitalistas e socialistas, “havia ainda a conquista de mercados e o acesso a recursos naturais” (DUARTE, 2005, 17).

Arturo Escobar (2007, 19-20) coloca como marco inicial do “desenvolvimentismo” o discurso de posse do primeiro presidente dos Estados Unidos eleito após o encerramento da 2ª Guerra, Harry Truman, que pôs em nível mundial uma divisão do planeta entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, sendo que estes contariam com o apoio daqueles para que pudessem fazer, eles mesmos o seu desenvolvimento (DUARTE, 2005, 14-16; ESCOBAR, 2007, 19-20).

Segundo Escobar (2007, 20), esse era um propósito “bastante ambicioso” e queria “criar as condições necessárias para reproduzir em todo o mundo os traços característicos das sociedades avançadas da época”²⁰, entre eles os altos níveis de industrialização. Truman, para Escobar, coloca o desenvolvimento desses países, considerados “subdesenvolvidos”, com base no capital, na ciência e na tecnologia, principais componentes para tal acontecimento em nível mundial.

Observamos, na perspectiva desenvolvimentista, a forte presença da ideia do *self-made-man* como caminho para se chegar a um confortável e desejado *American way of life*, uma vez

²⁰ Tradução livre de: “El propósito era bastante ambicioso: crear las condiciones necesarias para reproducir en todo el mundo los rasgos característicos de las sociedades avanzadas de la época”.

que “o desenvolvimento foi imbuído dos valores positivos de independência e autorrealização” e, assim, “penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo, e até de ditadura, e de extinção da natureza”, como explica Dean (1996, 281). Escobar (2007, 20) comenta que, “somente assim o sonho americano de paz e abundância poderia estender-se a todos os povos do planeta”²¹.

Para alguns autores, essa “ideologia de estado” desenvolvimentista era a forma de mobilizar setores da sociedade, como empresários e trabalhadores, em prol de projetos de industrialização. Tornado um “projeto nacional”, o desenvolvimentismo passa a ser agregador de interesses, que facilmente entrariam em conflito, caso não fosse essa junção. A agremiação de interesses seria gerada a partir da expectativa de melhoria de vida, pela industrialização, que criaria condições para a geração de negócios e de trabalho, com benefícios para industriais, trabalhadores e burocratas (MENDONÇA, 2016, 327, 335).

Para Horta Duarte (2005, 18), o “receituário desenvolvimentista” era apresentado como uma fórmula aos países mais pobres, que lhes renderiam “riqueza, industrialização, agricultura moderna, progresso e felicidade”. Esse “receituário” se disseminou facilmente, diante a Europa em reconstrução após a 2ª Guerra e a evidência da pobreza existente na África, Ásia e América Latina. Com isso, “o discurso desenvolvimentista tornar-se-ia uma das práticas históricas mais recorrentes e uma das representações mais bem-sucedidas do nosso mundo contemporâneo” (DUARTE, 2005, 18).

Uma crítica aos governos que se amarraram aos ideais desenvolvimentistas no período após a 2ª Guerra Mundial é o argumento do desenvolvimento econômico “a qualquer custo”, o que obviamente incluiria custo ambiental (DEAN, 1996, 281; DUARTE, 2005, 25; ESCOBAR, 2007, 13; 21). A idealização de uma erradicação da pobreza pelo desenvolvimentismo, com o empreendimento individual e coletivo elevando as condições sociais, ao invés de equilibrar os indivíduos em um novo patamar de riqueza, aumentou o acúmulo de riqueza: com poucos ricos e inúmeros pobres (ESCOBAR, 2007, 13; 21).

“Ao invés do reino da abundância prometido por teóricos e políticos dos anos 1950”, enfatiza Escobar (2007, 21), “o discurso e a estratégia de desenvolvimento produziram o

²¹ Tradução livre de: “Solo así el sueño americano de paz y abundancia podría extenderse a todos los pueblos del planeta”.

contrário: miséria e subdesenvolvimento massivos, exploração e opressão”²². Além disso, em que pese a discussão ambiental, projetos de desenvolvimentismo traçam um caminho único – o desenvolvimento econômico com base na agitação produtivista e consumista do mercado – em face ao demérito, quando não à eliminação, de outras formas de agir perante o mundo.

Assim, apropriações da natureza com base prioritariamente na economia são impiedosas com a própria natureza e muitas categorias humanas (as populações chamadas “tradicionais” entre elas). Para Escobar (2007),

As chamadas “aberturas” na América Latina no exibem nenhuma imaginação; são em geral uma adaptação pobre das receitas neoliberais ideadas em outras latitudes; beneficiam capitalistas e setores dominantes do mundo e prejudicam os trabalhadores, o ambiente, os subalternos e as culturas diferentes. (ESCOBAR, 2007, 13)²³.

Carvalho (2008, 55) observa que o projeto de “colonização racional” desenvolvido pelo governo paranaense de meados do século 20, por exemplo, “silencia, portanto, sobre outros projetos de outros agentes, que são representados como passivos ou carentes”. Esse projeto representaria também o “desejo de controle” sobre essa população dispersa no campo – formada por camponeses, caboclos e indígenas, entre outros – controle esse baseado no conhecimento técnico-científico e em prol de um desenvolvimento econômico voltado para o mercado. Assim, “o Outro da colonização racional é todo aquele que foge do ideal de produção eficiente para o mercado: como indígenas e posseiros” (CARVALHO, 2008, 55).

Duarte e Ostos (2005), apoiando-se em Arturo Escobar, sintetizam a questão do desenvolvimentismo da seguinte forma:

O apelo desenvolvimentista também consistia num argumento extremamente sedutor e quase incontestado naqueles anos, mesmo para os setores de esquerda, emergindo como uma fórmula mágica e comum aos discursos de tendências políticas as mais diversas. O desenvolvimentismo – inegavelmente um discurso historicamente produzido nas condições históricas do pós-guerra tornou-se uma representação hegemônica, desqualificando os que dela ousavam divergir e dificultando que quaisquer práticas em outros parâmetros pudessem parecer plausíveis e razoáveis aos contemporâneos (DUARTE; OSTOS, 2005, 81).

²² Tradução livre de: “En vez del reino de abundancia prometido por teóricos y políticos de los años cincuenta, el discurso y la estrategia del desarrollo produjeron lo contrario: miséria y subdesarrollo masivos, explotación y opresión sin nombre”.

²³ Tradução livre de: “Las llamadas “aberturas” en América Latina no exhiben ninguna imaginación; son en general una adaptación pobre a las recetas neoliberales ideadas en otras latitudes; benefician a capitalistas y sectores dominantes del mundo y perjudican a los trabajadores, al ambiente, a los subalternos y a las culturas diferentes. Se impone repensar las condiciones para participar en los espacios transnacionales. Por otro lado, si bien la expansión tecnocientífica es irreversible, no tiene que ser catastrófica para los grupos populares y el ambiente. ¿Cómo es posible alterar sus finalidades y modos de operación? Esto requiere inventar”.

1.3.1 A Grande Aceleração

A fase de desenvolvimentismo do pós-2ª Guerra talvez tenha sido o combustível para acelerações sociais que aumentaram, de uma maneira nunca antes vista, a pressão humana sobre a natureza. A industrialização brasileira no período é o grande exemplo: com ela, cresceram-se as concentrações populacionais nos centros urbanos e as demandas por energia, alimento e bens de consumo.

Conforme John McNeill e Peter Engelke (2014, 1-2), o período pós-2ª Guerra inaugurou um novo momento na história do mundo. A teoria da “Grande Aceleração” vem sendo discutida no meio acadêmico, baseada na teoria do Antropoceno, desenvolvida pelo químico atmosférico Paul Crutzen, ganhador de um prêmio Nobel da Paz em 1995, pelo trabalho sobre o aumento do “buraco” da camada de ozônio.

Conforme a cronologia atual da “história natural” da Terra, a humanidade vive na *época* chamada de Holoceno, a mais recente do *período* do Quaternário, que por sua vez é o mais recente da *era* Cenozoica. O Holoceno é a divisão de tempo mais recente e abrange nada menos que os últimos 11,7 mil anos (MCNEILL; ENGELKE, 2014, 1).

Mas Crutzen sugere²⁴, a partir de estudos sobre a atmosfera terrestre e as modificações causadas na ecologia do planeta, que um novo período, o Antropoceno, marcado pela presença e pela influência humana na Terra, tenha dado um fim ao período anterior, do Holoceno, e que isso tenha acontecido desde o final do século 18, com o uso do combustível fóssil (MCNEILL; ENGELKE, 2014, 1-2). Em grande escala, esse uso vem alterando o nível de carbono do planeta e, como apontado por Crutzen, influenciando decisivamente a redução do tamanho da camada de ozônio.

Crutzen (MCNEILL; ENGELKE, 2014, 1-2) considera a década de 1780 como a virada do uso de combustíveis fósseis na Inglaterra, referindo-se à Revolução Industrial e à própria mudança na economia mundial. Pouco mais de um século depois, na década de 1890, e 50% de toda a energia global, segundo McNeill e Engelke (2014, 2), estava baseada no uso de combustíveis fósseis – em 2015, esse uso havia subido para 80%.

²⁴ O trabalho de Crutzen e Eugene Stoermer, “The Anthropocene” (2000), conforme citado por McNeill e Engelke (2014, 213) fazia referência a textos que sugeriram, antes deles, a existência de eras e períodos baseados na atividade humana. Entre os textos encontrados na história, os autores citaram “antropozoico” e “tecnogene”.

Além da industrialização, o crescimento da população mundial também está relacionado ao Antropoceno: de 800,9 milhões de habitantes na década de 1780, a população mundial subiu para 2 bilhões na década de 1930 e para 7 bilhões na década de 2010 (MCNEILL; ENGELKE, 2014, 2).

A teoria da Grande Aceleração é baseada na teoria da “Grande Transformação”, de Karl Polanyi (2000), sobre a possibilidade de ter havido uma grande mudança na estrutura política, econômica e social do planeta, também a partir da Revolução Industrial, em que passa a vigorar, de uma forma hegemônica, o sistema de mercado como centro das relações sociais. Ou seja, com sociedades baseando sua rotina de vida e de sobrevivência em aspectos econômicos.

Segundo McNeill e Engelke (2014, 213), a teoria da Grande Aceleração foi apresentada pela primeira vez, no meio acadêmico-científico, em 2005. Ela se baseia na ideia de que há uma grande aceleração econômica e social no mundo, após a 2ª Guerra Mundial – ou seja, em 1945, com o desenvolvimento de tecnologias e a reconfiguração de relações econômicas e interações sociais, com grande influência sobre a Terra e sua natureza.

Os autores explicam quão grandiosas foram as mudanças nesse período:

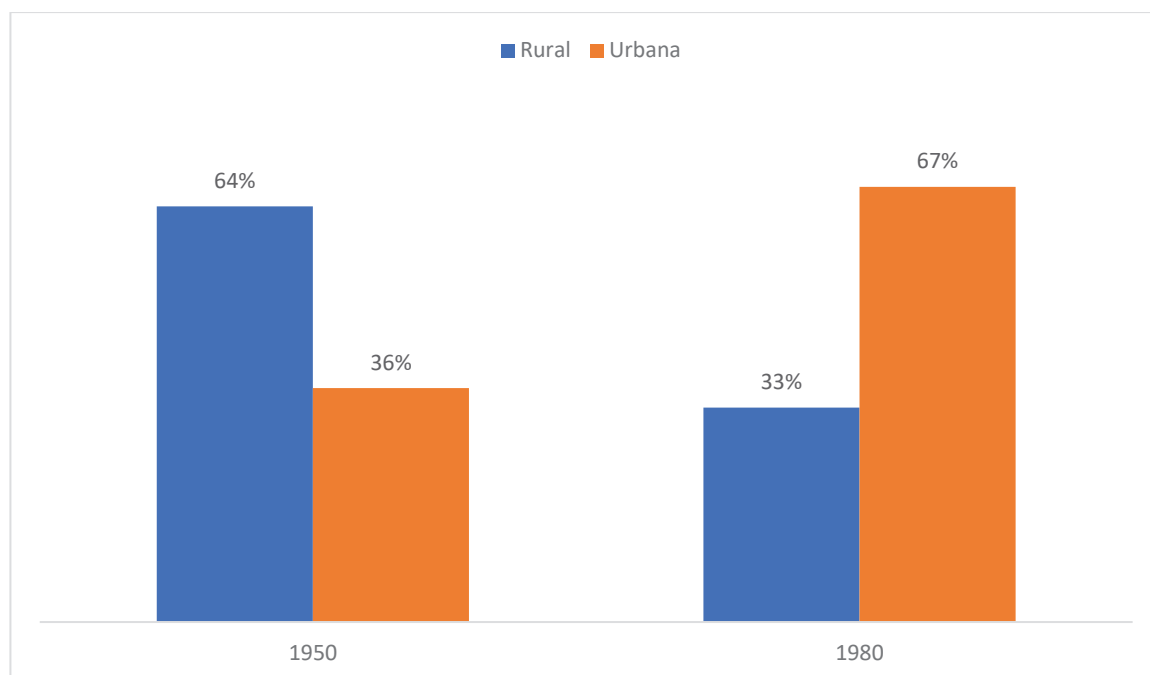
A escalada desde 1945 tem sido tão rápida que às vezes ganha o nome de A Grande Aceleração. Nas últimas três gerações humanas, três quartos do dióxido de carbono de produção humana tomaram a atmosfera. O número de veículos motorizados na Terra aumentou de 40 milhões para 850 milhões. O número de pessoas quase triplicou, e o número de pessoas que vivem em cidades subiu de cerca de 700 milhões para 3,7 bilhões. Em 1950, o mundo produziu cerca de 1 milhão de toneladas de plástico; mas, até 2015, esta quantidade subiu para cerca de 300 milhões de toneladas. No mesmo intervalo de tempo, as quantidades de nitrogênio sintetizado (principalmente para fertilizantes) elevaram de menos de 4 milhões de toneladas, para mais de 85 milhões de toneladas. Algumas tendências da Grande Aceleração estão em velocidade alta, mas outras – pesca em alto mar, construção de grandes barragens, queda do ozônio estratosférico – têm agora começado a diminuir (MCNEILL; ENGELKE, 2014, 4)²⁵.

Observamos, entre as grandes mudanças, o desenvolvimento da tecnologia, o uso de químicos para diversos fins, a produção de combustível fóssil e o aumento e concentração da população, desde a 2ª Guerra. No Brasil, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2016a,

²⁵ Tradução livre de: “The escalation since 1945 has been so fast that it sometimes goes by the name the Great Acceleration. Within the last three human generations, three-quarters of the human-caused loading of the atmosphere with carbon dioxide took place. The number of motors vehicles on Earth increased from 40 million to 850 million. The number of people nearly tripled, and the number of city dwellers rose from about 700 million to 3.7 billion. In 1950, the world produced about 1 million tons of plastics but by 2015 that rose to nearly 300 million tons. In the same time span, the quantities of nitrogen synthesized (mainly for fertilizers) climbed from under 4 million tons more than 85 million tons. Some trends of the Great Acceleration are still in high gear, but others – marine fish capture, large dam construction, stratospheric ozone loss – have now begun to slow down”.

345), “a maior e mais importante de todas as alterações” sociais do período foi a inversão, entre a população do campo e a população da cidade, apoiando-se nos seguintes dados:

GRÁFICO 5 – Inversão da população brasileira



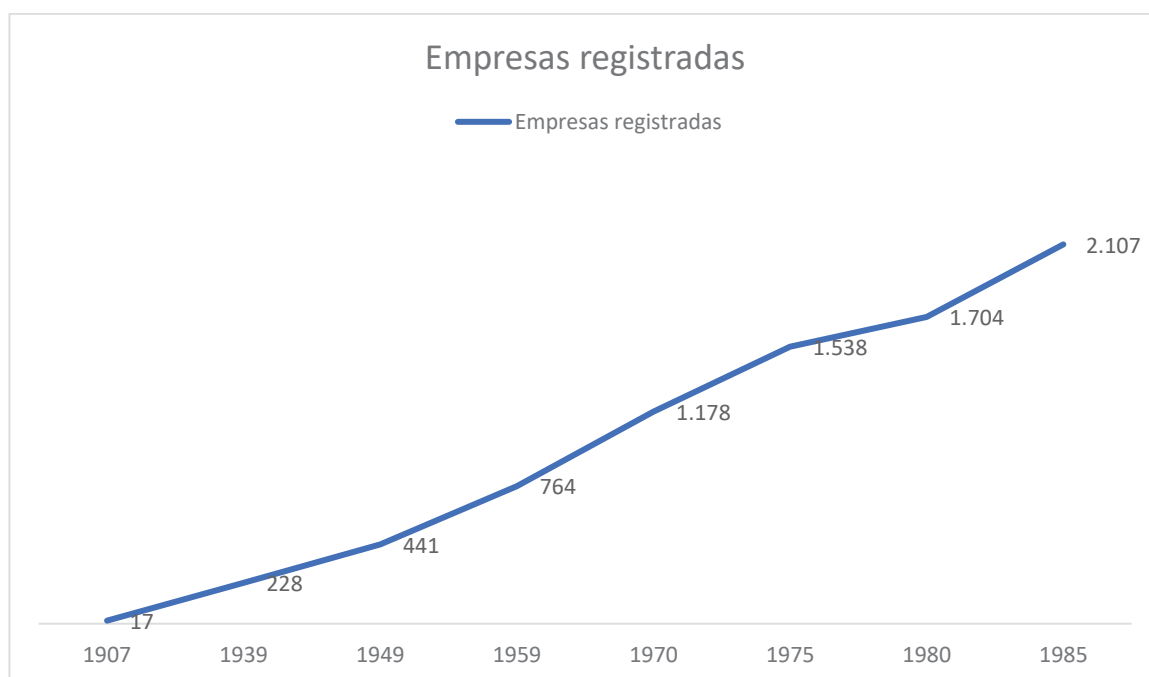
Fonte: SILVA, 2016a, 345.

Pouco antes, em 1920, quase 70% dos trabalhadores se dedicavam ao trabalho rural, enquanto cerca de 15% se dedicavam à indústria e outros 15%, aproximadamente, ao comércio (FAUSTO, 2007, 282). Com a inversão destacada por Silva (2016a), o eixo da economia saiu, naquele momento do campo para as cidades; e o trabalho, da produção agrícola para a geração de bens e serviços, justamente para atender à crescente população das cidades. Outro indicador do crescimento da população, e da população urbana, é o aumento do número de eleitores, que passou no Brasil de 7,4 milhões em 1945 a 58,6 milhões em 1982 (SILVA, 2016a, 349).

1.4 Celulose e papel em um Brasil industrializado e acelerado

No século 20, há um grande crescimento dessas indústrias no Brasil, acompanhada pelo processo da industrialização do país. A partir de 58 grupos de planilhas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁶, traçamos o seguinte perfil:

GRÁFICO 6 – Empresas de produção de papel no Brasil 1907-1985



Fonte: compilado pelo autor a partir de planilhas do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado: em 27 de abril de 2017.

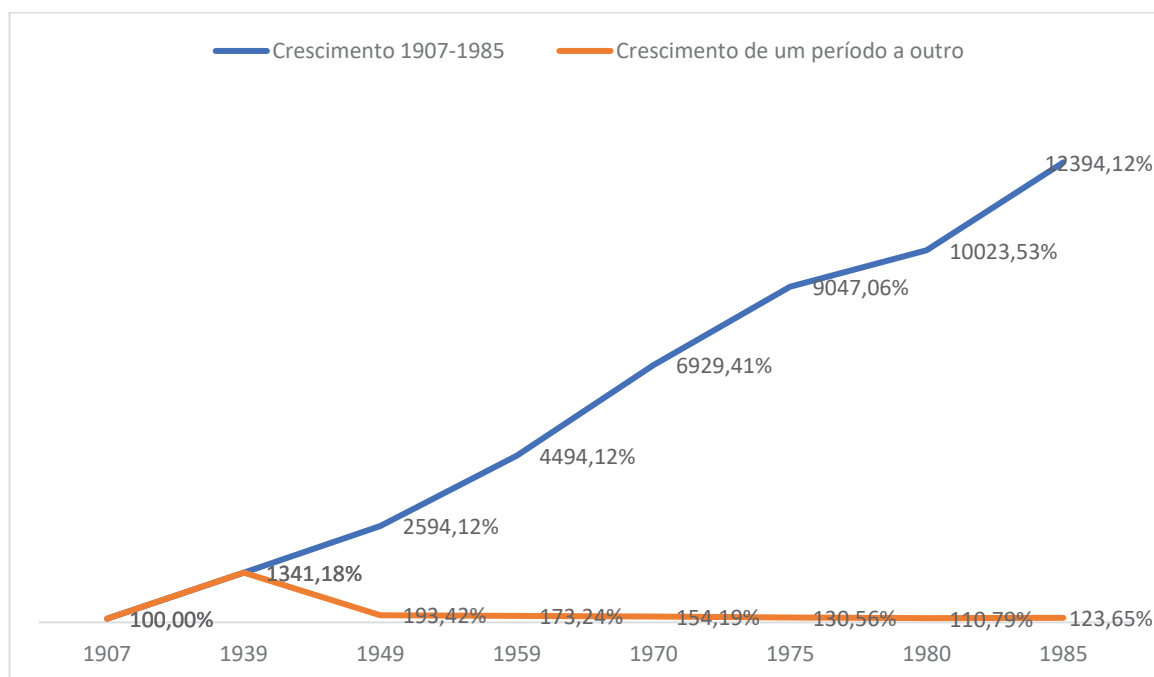
Neste primeiro gráfico, observamos como o número de empresas registradas cresce de menos de 20 na década de 1900; para mais de 2 mil na década de 1980. Nosso período analisado apresenta um crescimento de aproximadamente 200 empresas na década de 1940; para mais de 700 empresas na década de 1960. Assim, podemos notar que há um crescimento de cerca de 335% do início da década de 1940; para o início da década de 1960.

Notamos também que há um crescimento médio de 147% entre as décadas de 1940 e 1980, sendo o maior nível crescimento do número de empresas (de 193%) na década de 1940 a

²⁶ Os arquivos foram divulgados pelo IBGE na internet no endereço <www.ibge.gov.br>. Acessado em 27 de abril de 2017.

1950; frente a um crescimento menos acelerado, por exemplo, na década de 1970 a 1980 (de 110%). Assim, continua crescendo o número de empresas registradas, em níveis relevantes, porém com uma curva cada vez menos elevada:

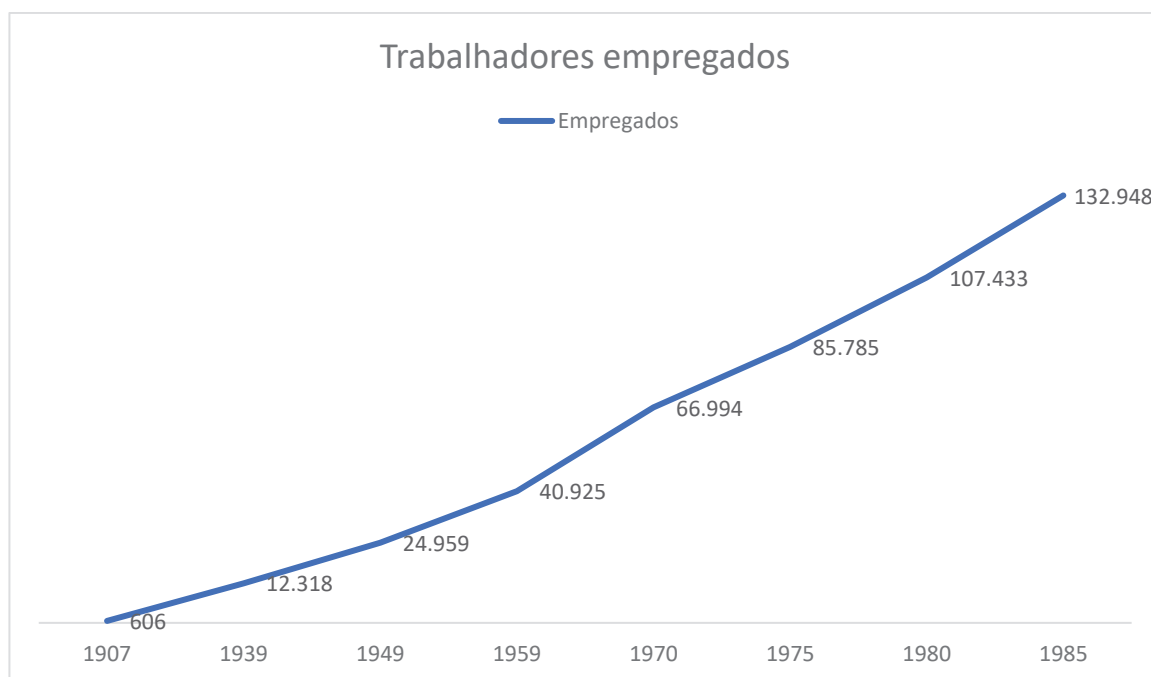
GRÁFICO 7 – Crescimento do número de empresas de produção de papel no Brasil 1907-1985



Fonte: compilado pelo autor a partir de planilhas do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado: em 27 de abril de 2017.

A seguir, analisamos o número de trabalhadores empregados nas empresas. Esse fator evidencia o aumento da capacidade das fábricas de papel, pelo aumento da produção e de seus parques industriais.

GRÁFICO 8 – Operários empregados na produção de papel no Brasil 1907-1985



Fonte: compilado pelo autor a partir de planilhas do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado: em 27 de abril de 2017.

Dado que o uso da tecnologia proporciona o aumento da capacidade sem que seja necessária uma equivalente contratação de mão de obra, não analisaremos percentuais de crescimento do número de trabalhadores empregados, de um período em relação ao outro, à maneira como fizemos no gráfico anterior.

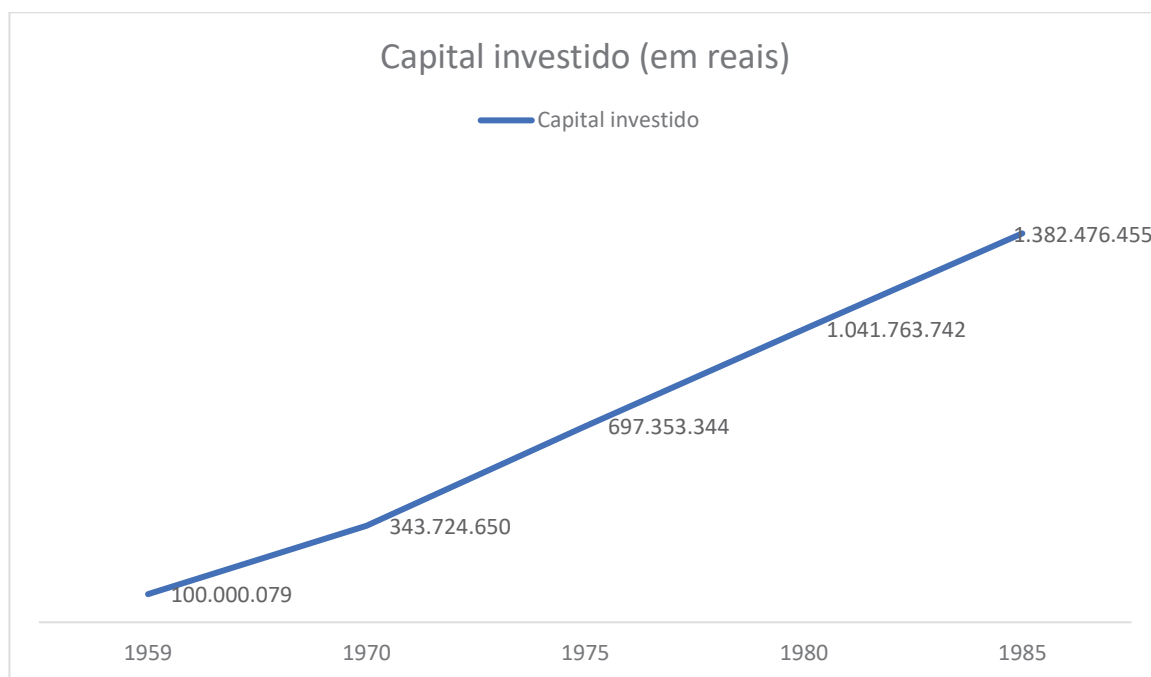
Em seguida, observamos um aumento nos investimentos feitos na produção de papel no Brasil, com base nos dados do IBGE. Antes de visualizar graficamente esse crescimento, vamos destacar os dados do Instituto, que foram convertidos e corrigidos a partir de uma ferramenta disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BCB):

TABELA 3 – Investimento na produção de papel no Brasil

| Ano | Capital investido (EM REAIS) ²⁷ | Valor e unidade monetária da época |
|------|--|------------------------------------|
| 1907 | | 5.083 contos de réis |
| 1959 | 100.000.079 reais | 1.501.895.000 cruzeiros velhos |
| 1970 | 343.724.650 reais | 249.491.000 cruzeiros novos |
| 1975 | 697.353.344 reais | 1.408.400.000 cruzeiros novos |
| 1980 | 1.041.763.742 reais | 17.091.039.000 cruzeiros novos |
| 1985 | 1.382.476.455 reais | 1.899.000.000.000 cruzeiros novos |

Fonte: compilado pelo autor a partir de planilhas do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado: em 27 de abril de 2017.

GRÁFICO 9 – Investimento na produção de papel no Brasil



Fonte: compilado pelo autor a partir de planilhas do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado: em 27 de abril de 2017.

²⁷ Valores convertidos em julho de 2017, com base em junho de 2017, por meio da “Calculadora do Cidadão” do Banco Central do Brasil (BCB). Índice de correção adotado: IPC-SP (FIPE) por ser o mais antigo disponível. Índice IPC-SP (FIPE) mantido para todas as correções. Considerou-se o último mês do ano analisado. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acessado em: 10/07/2017.

O aumento no valor obtido pela produção de papel no Brasil – também com um prévio destaque para os dados obtidos do IBGE que levaram à construção do gráfico em análise:

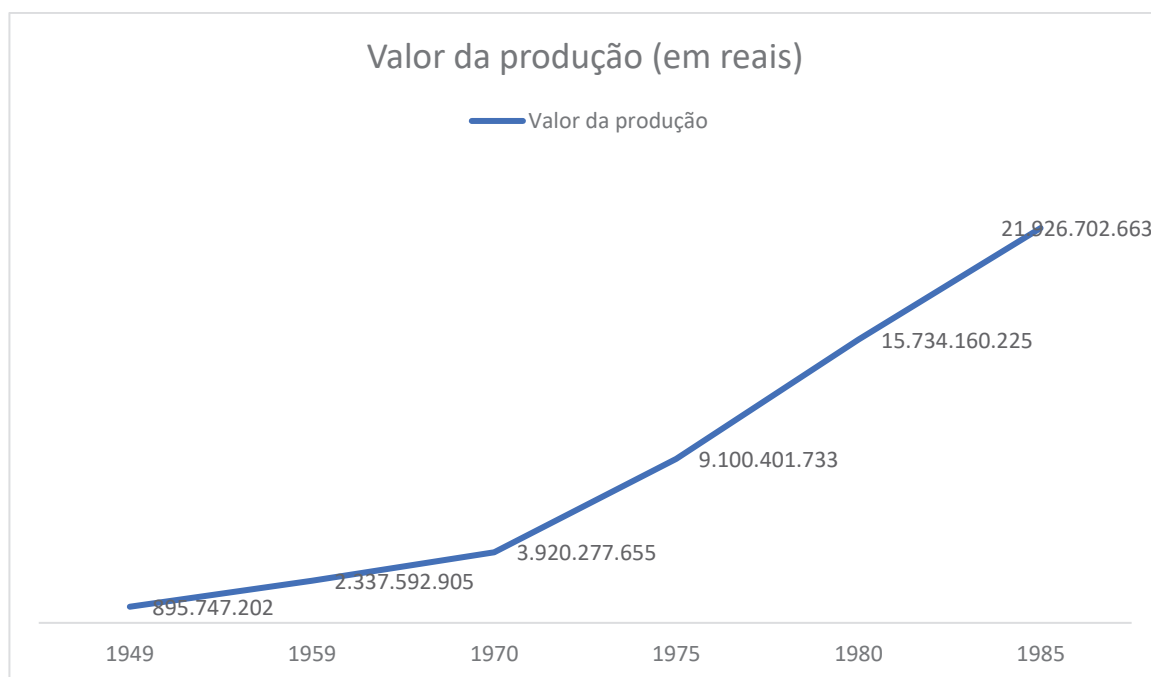
TABELA 4 – Valor da produção de papel no Brasil

| Ano | Valor da produção (EM REAIS)²⁸ | Valor e unidade monetária da época |
|------------|--|---|
| 1907 | | 3.987 contos de réis |
| 1939 | | 274.551.000 cruzeiros velhos |
| 1949 | 895.747.202 reais | 2.132.270.000 cruzeiros velhos |
| 1959 | 2.337.592.905 reais | 35.108.163.000 cruzeiros velhos |
| 1970 | 3.920.277.655 reais | 2.845.516.000 cruzeiros novos |
| 1975 | 9.100.401.733 reais | 18.379.500.000 cruzeiros novos |
| 1980 | 15.734.160.225 reais | 258.132.564.000 cruzeiros novos |
| 1985 | 21.926.702.663 reais | 30.119.000.000.000 cruzeiros novos |

Fonte: compilado pelo autor a partir de planilhas do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado: em 27 de abril de 2017.

²⁸ Idem.

GRÁFICO 10 – Valor da produção de papel no Brasil



Fonte: compilado pelo autor a partir de planilhas do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado: em 27 de abril de 2017.

Segundo Carrazza e Bacha (2004, 6), há “um contínuo aumento da produção total de papéis”. Porém, esse crescimento foi acelerado até a década de 1970 e, a partir de então, foi desacelerado nas décadas seguintes.

Tal fato explica-se pelos incentivos fiscais e às políticas de incentivo à industrialização, principalmente nas décadas de 1950 a 1970, no caso da produção de pasta, celulose e papel; e pelas “crises fiscais”, inflação e abertura do mercado internacional, com um reordenamento dos mercados e entrada de novos parâmetros de comércio nos anos seguintes – inclusive com um fortalecimento dos padrões baseados em temas ambientais.

1.4.1 Indústria dona da sua “própria floresta”

Uma característica contemporânea do setor, mas que nos interessa, é que ele é muito, e cada vez mais, *verticalizado e concentrado*. Embora nosso período de análise sejam as décadas de 1940 a 1960, vale a pena salientar esses aspectos, aprofundados com a abertura de mercados do Brasil na década de 1990.

Verticalização é o termo para designar empresas que têm atividades em todo, ou quase todo, o processo de produção. Ou, desde a preparação da matéria-prima à sua comercialização.

Assim, grandes empresas papelarias em geral têm laboratórios de pesquisa em produção e modificação de madeira; ações de plantio e cultura de árvores; e produção industrial de pasta, celulose e papel, caso das fábricas de produção integrada (SOARES, 1990, 2-3; 43). Carrazza e Bacha (2004, 10) comentam que essa verticalização se tornou característica nos anos 1990, com a internacionalização e o reordenamento de mercados.

Interessa perceber como, a partir do momento em que problematizamos as relações entre as indústrias e as florestas, percebemos como é recorrente a abordagem da indústria papelaria a respeito da sua base natural, a respeito da matéria-prima da qual é dependente. A respeito das florestas.

Essa perspectiva levou a uma constante defesa do reflorestamento, desde as primeiras edições encontradas na década de 1940, até edições mais recentes, embora não as tenhamos em foco nesta dissertação. Há um tipo de autodefesa dessa indústria frente à crítica feita à superexploração de recursos naturais, em especial o solo e a cobertura vegetal, é rebater com a resposta de que essa indústria se movimenta para usar o material de florestas replantadas. As grandes indústrias, frente ao uso de cobertura vegetal nativa em momentos anteriores, se apropriam mais ou somente de florestas replantadas atualmente, conforme suas divulgações.

Destaca-se nessas empresas fortes setores de comercialização para outras indústrias (no caso da pasta e da celulose); e para lojistas e gráficas (no caso de determinados tipos de papéis, como o papel cartão, que muitas vezes é negociado diretamente entre indústrias produtoras e agências de publicidade e/ou gráficas). Conforme tendência das últimas décadas, os serviços de pós-venda e de suporte aos clientes – sendo indústrias ou indivíduos – tendem a se tornar mais atuantes.

Atualmente, observamos que há grande concentração da produção de papel no Brasil. De acordo com Carrazza e Bacha (2004, 9), especificamente quanto à produção de papel, “percebe-se um grau alto de concentração da produção por produtores”. Essa perspectiva é corroborada ao se analisar, como fazem os autores, que os cinco maiores grupos empresariais foram responsáveis por mais da metade da produção em 2002: Klabin, Suzano, International Paper, Votorantim e Ripasa “concentraram praticamente 50,5% da produção total” naquele ano (CARRAZZA; BACHA, 2004, 9). Conforme esses autores, “esta alta concentração na indústria

de papel é uma tendência internacional e se ampliou no Brasil a partir da década de 1990” (CARRAZZA, BACHA, 2004, 11).

1.5 A industrialização nas representações de florestas

No contexto do século 20, a produção dessa indústria e a participação dela no mercado nacional e internacional não parou de crescer. E esse crescimento durante o século 20 está estreitamente relacionado ao período de 1939 a 1965 estudado. Vimos como ele se insere em um contexto no qual se encontra o primeiro grande período de industrialização do país, a partir de 1930, no primeiro governo de Getúlio Vargas.

Nessa época foi iniciado um processo de industrialização nacional que, podemos dizer, continua em vigor até hoje no país e no mundo (vale observar a China atualmente). Porém, com uma diferença que é fazer isso após uma série de acontecimentos mundiais que aconteceram justamente a partir do nosso período estudado, como o desenvolvimentismo, analisado como subjugador das culturas locais.

Esse rápido exemplo reafirma como o processo de industrialização baseado no padrão dos países considerados como “centro do sistema” e detentores de boa parte dos resultados da economia mundial continua em vigor até hoje. Porém, dessa vez, assim como uma face atual e contemporânea do “desenvolvimentismo” e de uma continuidade do processo que deu origem a uma “Grande Aceleração”.

Em termos mais específicos, conhecemos aspectos necessários da própria indústria de produção do papel nesse contexto, desde seu surgimento em escala industrial no Brasil, até os aspectos recentes, que são considerados aqui como resultados de uma trajetória histórica traçada sob impacto decisivo do período que mais nos importa nessa análise, quer dizer, do período de 1939 a 1965.

Essa trajetória marca, também, as formas como essa indústria representa as florestas, que são dadas de uma forma que vai da representação utilitária como matéria-prima necessária para produção da pasta, de celulose e de papel. Mas, também, como um complexo sistema de valores que inclui seus serviços ecológicos e vincula as florestas como elemento necessário para o “progresso da humanidade” e “da civilização”. Essas representações, como apontamos antes, têm um motivo e estão diretamente articuladas (CHARTIER, 2002, 7) às apropriações, em termos materiais, buscaras em relação a elas.

CAPÍTULO 2

Representações de natureza, periódicos na pesquisa histórica, e a revista O Papel

Neste Capítulo, discutimos como a análise de uma revista pode auxiliar no trabalho de pesquisa em história. Com isso, destacamos na revista O Papel aquilo que aponta como aspectos necessários para entender os processos envolvidos em sua publicação, como os autores que ecoaram a “voz” de um grupo com visão técnica/“tecnicista”, econômica/ “economicista” e institucional, vinculada ao *status quo* vigente.

Encontramos a partir de matérias voltadas a explicar origens e objetivos da publicação, ou a partir dos anúncios e da interpretação dos argumentos apresentados nos debates criados, o público-alvo que se pretende alcançar com a revista e seu projeto de abrangência. Assim, nos detemos aqui a unir o contexto de produção da revista, verificado mais detalhadamente antes, às categorias de representações de floresta que a revista nos informa, a partir de seus aspectos materiais, do engajamento de seus autores e dos relacionamentos que pretende cultivar e, por isso, que influencia nas representações que aparece em suas páginas.

Partimos da perspectiva de que existem diferentes tipos de representações de natureza, elas são históricas e algumas aparecem em O Papel e remetem às formas como os sujeitos, que escrevem e que leem a revista, representam a natureza. Diferentes tipos de representações de natureza se relacionam a diferentes tipos de apropriações de natureza (CHARTIER, 2002). Assim, representações publicadas na revista estão relacionadas a apropriações simbólicas e materiais (KLANOVICZ; ARRUDA; CARVALHO, 2012, 8-9) feitas pelos sujeitos dessa indústria.

As representações podem mais ou menos intencionais (SCHAMA, 1996). Mas, segundo Chartier (2002, 7), elas estão “articuladas” às apropriações, em termos materiais, o que se pode fazer em relação aos próprios elementos representados.

Para Klanovicz, Arruda e Carvalho (2012, 8-9), as apropriações são “formas complexas como indivíduos e grupos tomam para si e usufruem da natureza” e vão muito além do nível material. Em outras palavras, esses “acessos possíveis” (BERKES, 2002 *apud* KLANOVICZ;

ARRUDA; CARVALHO, 2012, 8-9) podem ir do nível das percepções sobre o elemento, ao nível do mercado, da repartição e da partilha²⁹.

Assim, representações são articuladas às apropriações (CHARTIER, 2002, 7), um tipo de articulação que pode ser considerada de forma intrínseca: “a forma como indivíduos e grupos se relacionam com o mundo natural *depende fortemente* das representações produzidas” (KLANOVICZ; ARRUDA; CARVALHO, 2012, 8-9, grifo nosso).

Para nós, importa observar como a forma como pessoas e grupos se relacionam com as florestas depende das suas representações, que são produzidas sobre ela. Assim, a floresta é um fenómeno histórico. A relação das pessoas e das sociedades com esse elemento da natureza varia de acordo com o contexto histórico, ou seja, alterando no tempo e no espaço em que se realizam.

“O que os mitos da floresta antiga significam para uma cultura europeia nacional, pode se traduzir em algo totalmente diverso em outra cultura”, infere Simon Schama (1996, 25). Ela pode ser tanto o espaço tribal, informal, contra uma ordem hegemônica; quando pode ser o local de afirmação dessa ordem. “Na Alemanha”, continua Schama (1996, 25), “a floresta primitiva era o lugar da autoafirmação tribal, contra o Império romano”; mas, “na Inglaterra, o bosque verde era o local onde o rei ostentava seu poder nas caçadas reais e, contudo, corrigia as injustiças de seus oficiais”.

Variando no espaço, como dissemos, as formas de ver e de lidar com as florestas, e com a natureza de uma forma geral, também variam no tempo. Conforme Keith Thomas (1989), em seu célebre trabalho historiográfico sobre as “mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais”, na Inglaterra em processo de constituição da modernidade, práticas e costumes que eram comuns em um período pré-moderno mudaram, grandiosamente, com a modernidade e todas as mudanças que isso significou.

A passagem de uma sociedade predominantemente agrária para uma sociedade urbana; a mudança de grande quantidade de pessoas do campo para a cidade; a saída de uma realidade em que se cultivava a lavoura e cria animal que servirão de alimento, para a compra disso em um

²⁹ Conforme Klanovicz, Arruda e Carvalho (2012, 8-9), Jacques Weber diferencia as apropriações da natureza pelos indivíduos e grupos em cinco níveis: 1. Das percepções sobre os elementos da natureza; 2. Dos usos alternativos desses elementos; 3. Do acesso e controle; 4. Das transferências – mercantis ou não; e 5. Da repartição e partilha.

mercado, que se tornou próxima a muita gente. Essas são alterações que se deram ao longo de alguns séculos, na Inglaterra, onde a industrialização aconteceu mais cedo.

Com isso, por exemplo, a ameaça causada por animais selvagens foi cada vez mais afastada, quando se vivia em centros urbanos protegidos. E isso trouxe uma mudança de atitude, uma vez que, “à medida que diminuía a ameaça representada pelos animais selvagens, o direito do homem a eliminar criaturas selvagens das quais nada tinha a temer era cada vez mais questionada” (THOMAS, 1989, 341).

O distanciamento cada vez maior da natureza, com a mudança do campo para as cidades, na Inglaterra de 1500 a 1800, conforme Thomas, também fez inverter certos valores que davam a floresta como caótica e perigosa; para lugar de desejo, uma fuga aos desencantos das cidades, cada vez mais poluídas e conturbadas.

O trabalho de Thomas (1989) é um exemplo de como as representações de natureza e de florestas podem mudar historicamente, a depender do contexto em que estão inseridas – e levam a apropriações diferentes da natureza e das florestas. Estas últimas, por exemplo, já foram alvo de contemplação, de medo devido aos seus perigos, de inspiração pelos seus encantos. E, no mais das vezes, elas são alvo de formas de ver e de lidar que se tornam paradoxais. Como percebe Thomas (1989, 356-357), a instituição de uma sociedade industrial e urbana fez nascer um forte desejo de “retorno” ao natural por boa parte dessa sociedade, representada em relatos, artes e etc.

Porém, essa vontade de “voltar” a ter contato com a natureza convive com seu oposto, que é exatamente um certo medo ou angústia de sair do conforto da cidade para ter contato direto com ela. É por isso que, segundo Thomas (1989, 356-357), “para os adultos, os parques naturais e as áreas preservadas cumprem uma função que não é diferente da que os bichos de pelúcia têm para as crianças”. Ou seja, não tendo condições de conviver com o urso, cria-se a imagem infantilizada e, principalmente, controlada dele – ou de selvas, no caso dos parques – que cumprem essa função, pelo menos emocional, de retorno e contato com a natureza.

Duarte (2005, 81), assim como Thomas (1989), traz uma figura para exemplificar essa proximidade controlada com a natureza, que se quer. Para ela, flores de plástico exemplificam essa tentativa, pois “idealizam uma natureza de acordo com certa perspectiva”, na qual inexistem o trabalho de aguçá-las e colocá-las ao sol, assim como evita-se a possibilidade de atrair insetos.

“A natureza é ‘refeita’ em conformidade com o que se quer dela. No caso, um certo padrão de beleza e praticidade”, completa (DUARTE, 2005, 81).

Um pouco mais perto, e mudanças de percepção e de atitude em relação à natureza foram constatadas no período de industrialização do Brasil, não no século 18 como na Inglaterra, mas no século 20 e com ênfase da década de 1930 em diante, como já vimos. Regina Horta Duarte (2004, 161-162) explica como cidades latino-americanas viveram intensamente transformações econômicas e demográficas após a 2ª Guerra Mundial, o que inclui o Brasil, que “viveu um crescimento industrial significativo, concentrado predominantemente nas áreas contíguas aos grandes centros, especialmente no Sudeste”.

As consequências dessa concentração populacional fizeram “as questões ambientais assumiram aspectos de intensa gravidade” (DUARTE, 2004, 161-162). E viver nos campos, em oposição aos problemas ambientais e sociais que começaram a ser percebidos, mais claramente, nas cidades. Ao citar uma música de 1971-1972, Duarte chega à mesma conclusão de Thomas (1989) de que as duras condições da vida urbana levariam boa parte das pessoas a aspirarem uma vida mais rural:

A letra evocava sonhos frugais de uma vida alternativa em meio à natureza, com tranquilidade, simplicidade e paz. Em anos de crescimento desordenado das cidades e caos urbano, com aprofundamento das diferenças entre ricos e pobres, mas também do Milagre Econômico, a repercussão dos versos de *Casa no campo* certamente foi um entre vários indicadores de um sentimento de mal-estar entre alguns setores da sociedade, gerado pelos graves problemas que a nação então enfrentava. (DUARTE, 2004, 160).

Assim, sendo um fenômeno histórico, as florestas estão permeadas por desejos e anseios daqueles que com elas convivem. “Todas as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões”, crava Simon Schama (1996, 25), a respeito da memória humana frente à natureza com a qual tem contato. A memória, aliás, cria formas diferentes de representar e apropriar da natureza, com base em vivências que são distintas, nos mais diferentes tempos e nas mais variadas sociedades.

É por isso que, argumenta Schama (1996, 16-17), “se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem”. Essa paisagem, embora tenha uma parte “física”, é elaborada de acordo com os filtros que são as representações socialmente difundidas sobre ela. A natureza, portanto, “compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996, 16-17).

Antes de falar das representações de natureza e, mais especificamente, de florestas pela indústria de celulose e papel, cabe destacar o que entendemos por representações a partir da historiografia.

2.1 A perspectiva de Roger Chartier

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta dissertação apresenta como seus conceitos centrais os de *representações e apropriações*. Eles são amparados no trabalho de Roger Chartier (2002), historiador influente na historiografia contemporânea, a partir da perspectiva da história cultural. Por sua vez, Chartier se ampara nos trabalhos de teóricos igualmente influentes para a historiografia, especialmente da corrente de pensamento francesa, ao qual o autor se integra. Entre eles, destacamos Michel de Certeau, Michel Foucault, Norbert Elias, Paul Ricoeur e Louis Marin.

Pela relação entre os “discursos” e as “práticas”, Chartier (2002) constrói um método de análise que busca, a seu ver, fugir da “perigosa redução do mundo social a uma pura construção discursiva, a meros jogos de linguagem” (CHARTIER, 2002, 10), conforme ele classifica, por exemplo, o movimento da “virada linguística”, que influenciou a história, e as ciências humanas e sociais, no século 20.

Ao observar que as construções discursivas – sintetizadas no conceito de representações – podem conduzir a diferentes formas de apropriações, Chartier (2002) defende que o mundo é formado por enunciados que estão em *relação*.

Ou seja, esses enunciados são formados de acordo com as práticas compartilhadas em determinado contexto. Ao mesmo tempo em que *são formados*, os enunciados também *formam* as práticas. Disso, a importância da palavra “relação”, ao estudarmos a teoria das representações e apropriações de Roger Chartier.

Para esse autor, o movimento que primeiramente melhor elaborou um método de análise a partir dessa relação foi a “microstória” do século 20. Nela, segundo ele, é possível encontrar uma “necessária articulação entre, de um lado, a descrição das percepções, das representações e das racionalidades dos atores e, de outro, a identificação das interdependências desconhecidas que, juntas, delimitam e informam suas estratégias” (CHARTIER, 2002, 10).

Importa observar que o modelo adotado por Chartier é uma síntese – à qual nós nos apoiamos nesta pesquisa – de métodos adotados em outros movimentos (a microstória) e usado por outros pesquisadores. Um exemplo, dado pelo próprio Chartier (2002, 12), é o trabalho de Richard Rorty, que atribui “o sentido dos textos a seu contexto de elaboração e a suas condições de possibilidade”: ou seja, atribui a cada objeto um contexto, que o define *historicamente*.

Esse tipo de análise “inscreve” fontes analisadas nos “lugares e meios de sua elaboração, que as situa no repertório específico dos gêneros, das questões, das convenções próprias a um dado tempo, e que focaliza sua atenção nas formas de sua circulação e apropriação” (CHARTIER, 2002, 12).

Assim, entre outros aspectos, Chartier (2002) contribui para a pesquisa em história ao considerar os documentos analisados, não mais “somente pelas informações que fornecem”, mas pela “sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas” (CHARTIER, 2002, 13) ³⁰.

É preciso, aliás, entender que, além do conteúdo e das condições de produção – no nosso caso, de uma revista –, deve ser considerado o público impactado pela publicação. É dele que dependem as “estratégias de escritura e edição”, as “possibilidades e imposições” materiais e as competências, práticas e expectativas dos receptores da informação (CHARTIER, 2002, 13).

Na revista O Papel, analisamos a perspectiva da materialidade da revista mais adiante, ao verificar os detalhes formais da revista: seu suporte físico, o número de páginas e importantes variações ao longo do tempo.

Também contextualizamos os acontecimentos históricos do período analisado, dentro de um quadro que consideramos pertinente a este trabalho, especialmente no Capítulo 1. Quanto ao público, verificamos o público-alvo do grupo editorial a partir de trechos da própria revista, que nos informam indivíduos e grupos que se pretende atingir – caso das descrições do sumário, que inicialmente abrangia os *stakeholders* de um amplo complexo industrial e depois restringiu os tipos de indústrias focadas, como observamos na Introdução.

³⁰ O autor descreve sua própria contribuição à historiografia como inscrita no campo de pesquisa “da história das formas, usos e efeitos da cultura escrita nas sociedades da primeira modernidade, entre o século XVI e o século XVIII” (CHARTIER, 2002, 18), a partir da história cultural refinada pelo movimento da revista francesa *Annales* (CHARTIER, 2002, 21, 25).

2.1.1 Registros de realidade

Em continuidade, Chartier (2002, 11) caracteriza “três registros de realidade” possíveis, a partir da relação entre as representações e as apropriações:

1. O registro de realidade difundido socialmente e que leva os indivíduos a formarem sua própria percepção de mundo – a partir da qual eles classificam, julgam e agem;
2. O registro de realidade feito pelos indivíduos, ao construírem sua identidade perante a coletividade – a fim que essa identidade seja reconhecida pela coletividade;
3. O registro de realidade difundido tanto coletivamente, quanto pelos indivíduos, para atribuição a terceiros de uma função representativa – objetos, outros indivíduos e entidades consideradas “representantes” de algo.

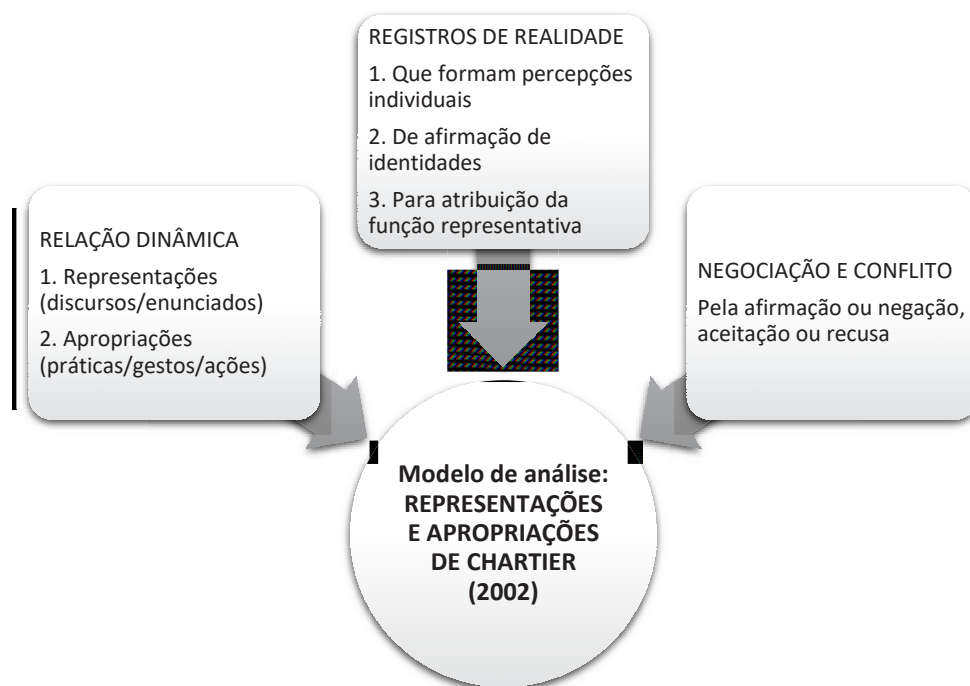
Chartier (2002, 10) chama a atenção para as negociações e conflitos existentes, para a afirmação de determinadas representações em relação a outras. Essa afirmação é a forma de influenciar, ou tentar influenciar, as apropriações de mundo pelos indivíduos e coletividades.

Sendo assim, existe uma “articulação” entre a vida prática, aliada a uma “interiorização” das “propriedades [...] objetivas” dessa vida prática por parte dos indivíduos. Essa interiorização “comanda pensamentos e ações” de indivíduos e está em permanente negociação ou mesmo em conflito, em busca de afirmação e reconhecimento (CHARTIER, 2002, 10).

Acerca do nosso tema, as representações e as apropriações de florestas, Carvalho (2008, 52) observa que “o processo de devastação florestal não se dá em um ‘vazio’”, uma vez que existe um “confronto do ser humano com a natureza” e, para além dele, “um confronto entre seres humanos”, que em geral disputam as “diferentes formas de apropriação e gestão daquele ecossistema” – uma forma de visualizar nosso tema, ambiental, conforme a ideia de conflito de Chartier (2002).

Em suma, as teorias de Roger Chartier (2002) aplicadas a este trabalho são sintetizadas no gráfico abaixo, em que visualizamos a abordagem.

GRÁFICO 11: Teoria das representações e apropriações de Roger Chartier aplicadas
nesta pesquisa



Fonte: adaptado pelo autor a partir de CHARTIER, 2002.

A teoria das representações e apropriações, conforme definidas e aplicadas por Chartier (2002), vistas sob este prisma, apresentam pontos a serem destacados, quando trabalhamos com ela:

1. As representações auxiliam na formação das percepções dos indivíduos e, por isso, levam a ações de negociação ou conflito, para que sejam reconhecidas ou “mais aceitas” do que outras representações;
2. As representações estão diretamente ligadas à formação e busca por reconhecimento de identidades, tanto por parte dos indivíduos, quanto pelos grupos.

Diante da aplicação desse modelo teórico, buscamos na revista O Papel do período de 1939 a 1965 a “história da construção de identidades” a partir das quais a indústria papelreira se posiciona em relação às florestas. História essa definida pelo êxito ou fracasso “do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida” (CHARTIER, 2002, 11).

Como dissemos na Introdução, a indústria de pasta, celulose e papel se mostra como defensora das florestas. Porém, este posicionamento aos poucos vai se descortinando como uma defesa de um uso econômico e instrumental que vê as florestas como material útil para sustentar negócios e aferir lucros. Essa percepção é obtida a partir da leitura analítica da revista O Papel, que prevê um olhar baseado em metodologia sobre essa publicação. Uma metodologia traçada ao longo das décadas pelos historiadores que pesquisaram e pesquisam representações em periódicos.

2.2 Estudo da história a partir de periódicos impressos

O pioneirismo do uso da imprensa como fonte de pesquisa no Brasil cabe a Gilberto Freyre, que lançou mão de anúncios de jornais para estudar aspectos da sociedade brasileira do século XIX (LUCA, 2008, 117-118). Já para Eric Hobsbawm (1995), em geral as pesquisas históricas mais recentes encontrarão na imprensa uma fonte crucial para pesquisa, uma vez que,

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais. (HOBSBAWM, 1995, 9).

Este é o nosso caso. Embora até a década de 1970 ainda fossem relativamente raros os trabalhos que adotavam jornais e revistas como fonte histórica no Brasil (LUCA, 2008, 111-112), a partir de então eles se tornaram cada vez mais comuns. Com isso, recomendações surgiram em relação à necessidade de aprofundamento e questionamento crítico a respeito dessas fontes.

Entre os cuidados necessários ao tomar a imprensa como uma fonte da história, Tânia Regina de Luca (2008), por exemplo, baseada em Pierre Renouvin, destaca a importância de questionar sobre as fontes de informação [entrevistados, textos informativos de empresas, comunicados oficiais e etc.] e os interesses envolvidos no repasse dessa informação. Outros questionamentos são necessários são quanto à tiragem, área de difusão, relações dos profissionais da imprensa com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros e outros (LUCA, 2008, 117-118).

Pretendemos neste momento atender às orientações metodológicas de Pierre Renouvin (*apud* LUCA, 2008, 117-118), naquilo que for possível, durante nossa análise da revista,

identificando dados relevantes de cada matéria analisada, dentro daquilo que fomos capazes de encontrar, no histórico da revista ou no histórico da edição.

A área de difusão se trata do território do Brasil, embora muitas edições, principalmente nos primeiros anos da revista, apontem sua abrangência em toda a América do Sul ou até mesmo para a América Latina, como a única publicação do gênero nesta parte do continente. São as relações com instituições políticas e grupos econômicos, essa informação que nos escapa, mas faremos inferências e interpretações durante as análises.

Estamos atentos ao “grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar”, o que acontece ao desvincular palavras, frases, parágrafos ou até um texto inteiro de seu contexto (CAMARGO, 1971, 226 *apud* LUCA, 2008, 117), inclusive porque, diante do grande volume de material, em nosso caso baseamos nossa seleção inicial em termos-chaves, notadamente a busca do termo “florestas” nos títulos de matérias de todas as edições do período.

Tentamos minimizar o risco de desvincular uma palavra ou um título inteiro de seu contexto, mas, ainda assim, foi a seleção de textos feita a partir de títulos apresentados nos sumários e, dentro deles, uma segunda seleção a partir de um termo específico “florestas” foi a metodologia encontrada para este trabalho enfrentar e dar conta do material para este trabalho.

2.3 A revista O Papel

A revista O Papel foi fundada em 1939 no estado de São Paulo com a proposta de ser “uma publicação que agitasse todos os problemas ligados à indústria do papel e das artes gráficas” (O PAPEL, 1941, 6). O objetivo era preencher uma “sensível lacuna” no setor, o que significa que a revista era a única naquele momento, sem “nenhuma publicação congênere e, por conseguinte, concorrente” (O PAPEL, 1941, 6).

Os fundadores eram quatro profissionais envolvidos com a indústria do papel: um distribuidor atacadista, Américo Kende; comerciante, André Tibor; gráfico, Paulo Herlinger; e gerente de fábrica, Carlos José Benko (O PAPEL ONLINE, 2014).

A sociedade permaneceu com André Tibor e Paulo Herlinger à frente até 1953-1954, quando a revista foi vendida ao publicitário Paulo Engelberg. Em 1969, a publicação teve seus

direitos transferidos à Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP), fundada em 1967, que até hoje edita a revista.

Embora surgida em São Paulo, há uma descrição feita pelos próprios editores de que ela fora melhor amparada pela indústria do Rio de Janeiro em seus primeiros anos de existência – quando a cidade fluminense era a capital do Brasil.

Quando nos dirigimos à União dos Fabricantes de Papel de São Paulo, propondo-lhes, animados da melhor boa vontade, que nos tornássemos seu órgão, encontramos as portas fechadas [...] Maior compreensão encontramos por parte dos dirigentes da Federação dos Fabricantes de Papel do Rio de Janeiro, os quais puseram à prova o seu espírito de colaboração. (O PAPEL, 1941, 6).

Desde os primórdios da publicação, portanto, fica clara a intensão de se criar um órgão de comunicação da indústria nacional de papel, representando, editorialmente, esse segmento. Ela se pretende, dessa forma, representante, ou a “voz” dessa indústria e para essa indústria.

O caráter técnico é evidenciado constantemente, e seu público preferencial são os industriais, diretores e técnicos, preferencialmente aqueles com formação específica: “A parte técnica melhorou sensivelmente, passando de amadora a profissional; a distribuição [...] a funcionar, através de uma lista com nome e endereço dos funcionários graduados de quase todas as fábricas de papel do Brasil”, informa, em edição remissiva (O PAPEL, 1979, 67).

O acervo da revista O Papel se encontra na sede da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, no bairro Pacaembu, São Paulo, SP. Este autor teve acesso ao acervo mediante contato prévio com a Associação, pelo telefone identificado no sítio da ABTCP na internet, e agendamento.

2.3.1 Capa

A primeira edição da revista O Papel a que tivemos acesso tem uma capa simples, com a inscrição “O Papel – Indústria e Propaganda” no topo da página; um espaço onde estão os dados de registro logo abaixo desse título; e o restante do espaço, que calculamos como aproximadamente 70% da página, tomado de um grande anúncio. As cores são tons de preto e cinza, apenas com o nome O Papel inscrito em vermelho.

A linha de registro, abaixo do título, apresenta o ano da publicação; o endereço da redação em três cidades: redação e administração em São Paulo (Praça da Sé) e apenas redação no Rio de Janeiro (Rua 1º de Março) e Buenos Aires (Calle Lavalle). Ela também nomeia os responsáveis pela publicação: o diretor Herlinger e os redatores André Tibor e Américo Kende. Para finalizar, essa linha de registro informa, logo na capa, preços para assinaturas pelo período

de 1 ano, ½ ano e para assinaturas no exterior, válido apenas na modalidade de contratação por 1 ano.

O anúncio é da Cia. Mechanica e Importadora de S. Paulo, empresa de “officina metalúrgicas e mechanicas”, que tem “fabricação de machinas para qualquer indústria” e com três endereços, no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. O anúncio é bordado por um quadro preto e apresenta, no seu centro e tomando grande destaque na página, a ilustração de um equipamento, um cilindro secador para máquinas de papel, sendo informado seus diâmetro e peso bruto (O PAPEL, 1940, 1).

Essas informações iniciais representam o formato que a capa de O Papel assumiu durante muito tempo. Ela também nos informa dados essenciais para conhecer aspectos centrais da revista. O primeiro é o caráter de internacionalização desde seus anos iniciais. Essa edição é a primeira de 1940, segundo ano de publicação, uma vez que ela foi lançada em 1939. Manter redações no Rio de Janeiro (então capital nacional do Brasil), São Paulo e Buenos Aires reafirmava esse posicionamento.

A informação sobre os responsáveis pela revista nos informa quem são as pessoas por trás da publicação. O diretor Herlinger é o responsável pelo alinhamento editorial da revista. Os redatores André Tibor e Américo Kende são os responsáveis pela busca direta de informações junto aos entrevistados.

2.3.2 Anúncios

Atrás da capa ficam anúncios de grande relevância para a revista. Este espaço, na edição de 1940, é ocupado por três anunciantes. No topo da página, o anúncio da empresa B. Dannemann de celulose, feltros e telas (celulose: subproduto industrial necessário para fabricação de papel; feltro: material usado no processo de produção de papel; telas: são equipamentos usados no mesmo processo).

No meio da página, anúncio da empresa T. Janér e Cia., “stock de papel nacional” com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, que atua como representante “do maior exportador de celulose da Suécia”, a empresa Svenska Cellulosa Aktiebolaget. No final da página, um anúncio da Fábrica de Tintas Arco-Íris, de São Paulo, que oferece tintas, vernizes e esmaltes com características e procedimentos de “cores químicas e mineraes em pó” (O PAPEL, 1940, 1).

O anúncio da página 2 continua sendo um dos mais importantes da revista. Porém, o número de anunciantes foi multiplicado no tempo. De três anunciantes em uma única página, passa-se a um grande anúncio, que ocupa a página inteira e as páginas seguintes passam a ser ocupadas com anúncios de grande relevância para a revista e, assim, para o próprio conteúdo da edição.

2.3.3 Sumário

A característica de internacionalização que vimos na capa é reforçada pela página de Sumário. Na edição de 1940, e em muitas outras edições seguintes, o Sumário está na página 3. Ela apresenta o nome da publicação em grande tamanho no topo da página; em seguida um retângulo com três informações principais: uma figura de um lado; outra de outro lado; e um texto em duas línguas no meio, junto com o número e ano da publicação.

A primeira figura é uma ilustração de um maquinário de produção de papel. Na outra ponta, a segunda figura é um pequeno mapa da América do Sul. Ao centro, o texto informa o público inicialmente objetivado pela revista; um público de abrangência (1) regional e (2) referencial, em relação aos tipos de indústrias que se pretendia abranger nos primeiros anos de publicação: o texto informa que é a “revista técnica das indústrias de papel, celulose química, celofan[e], cartagem, artes gráficas, indústria em geral e propaganda, para todos os países da América do Sul” (com duas versões, em português e em espanhol) (O PAPEL, 1940, 3).

Abaixo vêm as mesmas informações replicadas da capa, quanto aos três endereços das redações; os responsáveis; e os preços das assinaturas. Abaixo, o Sumário em si. Nesta edição, de 1940, nove matérias sobre temas que dividimos em quatro eixos principais: (1) equipamentos; (2) procedimentos; (3) técnicas de venda; e (4) incentivos fiscais. Deles, o que mais ocupa espaço são os procedimentos; e o que nos interessa diretamente, nesta análise, são os incentivos fiscais, por, acreditamos, afetarem a postura em relação à sua fonte direta de matéria-prima: as florestas³¹. Essa separação indica como foi a abordagem nos anos iniciais da revista.

Essas matérias citadas nesta edição são: equipamentos (“O ‘mata-moscas’ e a sua fabricação”, “A fita para a máquina de escrever”); procedimentos (“A oleogravura”, “Um

³¹ A matéria fala sobre a elaboração de um decreto no governo Getúlio Vargas autorizando instituições subordinadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a conceder financiamento ou empréstimo com finalidade de investimento em propriedades florestais para produção de pasta de madeira, celulose e papel (O PAPEL, 1940, 12).

acionamento elétrico moderno de uma máquina de papel”, “Envernizamento de papeis e papelão”, “Cálculo do peso ou do diâmetro de um rolo de papel”); técnicas de venda (“A arte de vender”, “A propaganda e as necessidades do consumidor”); incentivos (“Fomento da indústria da celulose e da pasta de madeira”).

O Sumário de 1950 mantém a ilustração de um maquinário de produção de papel; mas retirou o pequeno mapa da América do Sul. O texto foi mantido, mas ganhou uma terceira versão em inglês, que nos sugere um incremento na internacionalização que já mencionamos. Duas informações comerciais foram acrescentadas nesta página: uma é a impressão na própria gráfica da revista O Papel, um empreendimento dos proprietários da revista, que em outras páginas é anunciada para serviços gráficos; outra é a informação presente no rodapé da página, que diz: “As tintas brilhantes usadas na impressão desta revista são da fabricação de Pope & Gray Inc.”, cujo representante é a Cia. Importadora Gráfica Arthur Sievers, com estabelecimentos em São Paulo e Rio de Janeiro (O PAPEL, 1950, 15).

2.3.4 Expediente

Outra característica do Sumário de 1950 é a incorporação do Expediente, que passou a informar os dados de endereços, responsáveis e assinaturas, antes veiculados na capa e replicados em pequeno desta mesma página. Essa seção nos apresenta cinco mudanças em relação a 1940: (1) o encerramento da redação em Buenos Aires; (2) a troca de endereços da redação e administração em São Paulo (passa da Praça da Sé para a Rua Conselheiro Crispiniano) e da sucursal da redação no Rio de Janeiro, que continuava a capital do país (passa de Rua 1º de Março para a Rua Sacadura Cabral); (3) a divulgação do endereço da gráfica em São Paulo (Rua Lavapés); (4) a mudança de diretor responsável de Herlinger para Menotti Del Picchia; (5) aumento da equipe responsável pela revista, com Aguinaldo de Mello Franco Marinho (o redator-chefe), Paulo Herlinger e Jorge Rochlitz (redatores), Alfred W. Lutz e “dr.” João Cavalari Sobrinho (consultores técnicos) e Martin Herlinger (tradutor técnico).

O expediente apresenta ainda outras duas informações relevantes a nossa análise: a inclusão do nome do proprietário Sylvio Magalhães de Souza; e uma homenagem pela morte de André Tibor, redator de 1940, com seu nome entre os redatores e um símbolo de falecimento com a data 1949.

O padrão se mantém em 1960. Há mudanças, porém, como a troca da ilustração da página. Ela ainda é sob o tema do maquinário, mas, nesse caso, amplia para o tema do processo,

com a representação gráfica de uma árvore, uma máquina e um rolo de papel pronto. O texto é alterado, restringindo o público referencial objetivado pela revista, como dissemos, em relação aos tipos de indústrias que se pretendia abranger: de “revista técnica das indústrias de papel, celulose química, celofan[e], cartonagem, artes gráficas, indústria em geral e propaganda, para todos os países da América do Sul” (O PAPEL, 1940, 3), a revista passa a ser identificada com as indústrias de celulose, papel e gráfica. Porém, a abrangência regional é mantida, com um texto de rodapé dizendo que “a revista O Papel é, no gênero, a única na América do Sul” (O PAPEL, 1960, 9).

A característica de internacionalização, dessa vez, fica claro no Expediente com uma inscrição que diz que as “correspondências [serão recebidas] em todos os idiomas” (O PAPEL, 1960, 9). O Expediente também nos informa sobre as alterações do período: (1) apenas o endereço da redação e administração em São Paulo é informado; (2) o diretor continua Menotti Del Picchia³²; (3) abre-se o cargo de diretor-gerente para Paulo Jorge Engelberg; (4) o redator-chefe passa a ser “dr.” Alfredo Lutz; e (5), mais significativo, que é a troca de propriedade de Sylvio Magalhães de Souza para a Editora Orientador.

O Sumário é alterado de leiaute em 1970 com a disposição em três colunas e deixa de apresentar as ilustrações que foram características três primeiras décadas. O texto, que de certa forma tem informado nossa pesquisa sobre públicos objetivados na publicação foi alterado, (1) concentrando atenção nas indústrias de celulose e papel; (2) mantendo sua função junto a outros tipos de indústrias relacionadas; e (3) ampliando sua abrangência regional: “Órgão técnico de circulação nas indústrias de celulose e papel em toda a América Latina; indústrias gráficas, fabricantes e distribuidores de papel” (O PAPEL, 1970, 16).

A inscrição como “órgão técnico” se dá por uma mudança importante para a análise da revista: O Papel passa a ser “órgão oficial de divulgação da Associação Técnica Brasileira de Celulose e Papel (ABCP)”³³, resultado de uma parceria nos últimos anos da década de 1960, passando a responsabilidade pela publicação para a atual ABTCP, o que se mantém até hoje. Essa alteração passa a considerar a redação, não mais como atividade de pessoas nominadas,

³² Trata-se – sim – do famoso escritor brasileiro. A direção da revista pelo escritor modernista está comentada em matéria comemorativa dos 35 anos da ABTCP publicada no próprio periódico em 2002 (O PAPEL, 2002, 58). Antes disso, uma minibiografia apresentada na ocasião do Projeto de Lei apresentado na Câmara Municipal de São Paulo em 1988 (297/1988) e propunha dar o nome do escritor a uma rua da cidade relata sua direção em O Papel no período. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0297-1988.pdf>>. Acessado em: 12/07/2017.

³³ A sigla ainda não incorporava oficialmente a inicial de Técnica.

mas como responsabilidade da Divisão de Divulgação da ABCP, citando apenas seu diretor de Divulgação (Ciro T. Toledo) e seu coordenador (Roberto José de Queiroz).

A propriedade, no entanto, continua sendo da Editora Orientador. É possível, no entanto, conceber a propriedade sobre a Editora Orientador ao diretor-gerente Paulo Jorge Engelberg, que agora passa a ser diretor-proprietário. A direção de conteúdo continua de Menotti Del Picchia e, além deles, é citada a colaboração de Suzana Engelberg e Wanda Del Picchia: pelos sobrenomes, possibilitando uma analogia que aponta uma participação familiar, na publicação.

2.3.5 Materialidade

Essa estrutura de capa, anúncio e conteúdo da revista permaneceu durante muito tempo, ganhando em termos (1) quantitativos e (2) qualitativos: as edições das décadas seguintes aumentaram seu número de páginas; e gradualmente ganharam cores e tornaram a impressão mais aprimorada. Em relação ao primeiro aspecto, tomemos a mesma edição de janeiro de 1940 como base: ela tinha 32 páginas; a de janeiro de 1950 já tinha dobrado o número de páginas (64). Em janeiro de 1960 são 44 páginas; em janeiro de 1970 são 72 páginas; em janeiro de 1980 são 36 páginas; em janeiro de 1991 ³⁴ essa edição alcança 88 páginas.

Quanto ao segundo aspecto, a capa, por exemplo, que em janeiro de 1940 era em tons de preto e cinza e apenas o nome da publicação apresentava uma coloração vermelha; em janeiro de 1950 eram o nome da publicação, um elemento gráfico (um sublinhado abaixo do nome) e outros elementos no anúncio da página. Destacamos aqui que a capa mantém a fórmula de ter o nome da publicação no topo; e um grande anúncio principal ocupando o maior espaço da página (porém, foi retirada a linha de registro replicada no Sumário).

O padrão se mantém em 1960, inclusive com a mesma empresa anunciante para a capa da revista. Em 1970, percebe uma melhora da qualidade da impressão, inclusive com a adoção de mais cores (além do preto/cinza e do vermelho, passa a ser comum também o azul). A capa parece ser uma propaganda, de página inteira, sem o nome da publicação. Mas acreditamos que essa disposição tenha se dado devido a alguma questão própria de arquivamento ³⁵.

³⁴ Não foi possível coletar as edições iniciais da década de 1990 nas visitas técnicas ao acervo da ABTCP em São Paulo/SP realizadas em agosto e dezembro 2015.

³⁵ As edições seguintes mantêm a mesma característica; porém, é possível notar a presença de páginas únicas, por exemplo, o que reporta que elas foram copiadas para serem anexadas ao arquivo do acervo.

O número de anúncios acompanha o de páginas e cresce consideravelmente com o tempo. Os anúncios relevantes que ficam atrás da capa, entre esta e o Sumário, na edição de 1940 (uma página com três anúncios); aumenta para 13 páginas! Esse espaço comercial foi comprado por 14 anunciantes, sendo um ocupando duas páginas; outros 11 ocupando uma página cada; e a última página dividida entre três anunciantes. Com a capa, são 15 anunciantes ocupando em 1950 um espaço que antes, em 1940, era vendido para apenas quatro anunciantes.

Esse aspecto nos mostra o sucesso comercial da publicação em seus anos iniciais. Em janeiro de 1960 são 7 páginas de anunciantes entre a capa e o Sumário. Em janeiro de 1970 são 15 páginas de anunciantes entre a capa e o Sumário. As edições das décadas de 1980 e 1990 foram compiladas no arquivamento do acervo a partir do Sumário, sendo inviável essa análise nesse momento.

2.3.6 Interesses comerciais

Entre os anunciantes, há uma importante presença de empresas estrangeiras ou de seus representantes (importadores, revendedores e distribuidores de produtos de empresas estrangeiras), com um destaque a companhias suecas, alemãs e finlandesas. As empresas brasileiras concentram-se em São Paulo e Rio de Janeiro (capital); com filiais situadas em cidades regionalmente estratégicas, como Recife, Salvador e Belo Horizonte; e uma concentração de filiais em cidades do Sul do país, como Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Pelotas.

Os anunciantes da edição de janeiro de 1950 : a capa com a Cia. T. Janér Comércio e Indústria, Indústria Mecânica Cavallari, Elof Hansson, Panair do Brasil S.A, Linotype, Companhia Lyddon, Cia. Importadora Sueca Ltda. e Nélio Campos, M. Llobera & Cia. Ltda., L. Pokorny & Cia. Ltda., Lanificio Anglo Brasileiro S.A, Bird Machine Company, Aktiebolaget Motala Verkstad, Companhia de Anilinas, Ernesto de Carvalho & Cia. e, por último, a própria gráfica da revista O Papel (“Empreza ‘O Papel’ Limitada”, um “estabelecimento gráfico”) (O PAPEL, 1950, 1-14).

Nas 15 páginas são comercializados: pasta de madeira; celulose; máquinas (para imprimir, costurar, prensas, guilhotinas, cilindros, secadores, pegadores, depuradores, recuperadores, aquecedores, chuveiros, ventiladores); equipamentos (telas, rolos); materiais (feltros, panos, anilinas, óleos, emulsões, sabões e outros produtos e preparados químicos); serviço de aviação; serviços de impressão.

Assim, vemos que, uma década depois de sua criação no final da década de 1930, e possivelmente devido ao momento de industrialização brasileiro vivido desde a mesma década, a revista se tornou comercialmente mais atrativa para o comércio de espaços publicitários. Essa constatação certamente, conforme nos indicou a historiografia sobre a análise de periódicos na pesquisa histórica, influenciará nas representações – inclusive das florestas – que encontramos em suas páginas.

2.3.7 Autores e entrevistados que motivaram a abordagem em cada texto

Os quadros abaixo apresentam um resumo da atuação de cada autor ou entrevistado que motivou a abordagem da revista nos 50 artigos analisados. Observamos que pertencem a algum dos grupos a seguir: cargo diretivo (presidente; diretor; chefe) de empresa ou associação; cargo público; engenheiro (florestal; agrônomo); técnico (florestal); acadêmico; economista.

Ou seja, os textos que abordam as florestas desde seus títulos no período de 1939 a 1965 foram escritos ou se basearam na entrevista de um político, executivo, técnico, economista ou professor de área técnica. Esse direcionamento é decisivo para definir a perspectiva da revista O Papel sobre as florestas.

Embora não queiramos eliminar a diversidade de opiniões presentes, identificamos que existe um direcionamento mais comum nas opiniões destacadas pelos textos, transformando O Papel (nesse período e a partir desses textos) na voz de um grupo de autores que têm em comum essa visão técnico-econômica-institucional.

TABELA 5 – RESUMO DA PERSPECTIVA DOS AUTORES NA REVISTA O PAPEL

Autores – Função à qual estão vinculados – Temas e abordagens na revista O Papel (1939-1965)

| | | | | | | | | | |
|--------------------|---|---|--|---|--|---|---|--|--|
| Autor | “Dr.” Orlando de Almeida Prado | Gunnar Lowegren | M. Guinier | Adhemar de Barros | J. Philip Weyerhaeuser Jr. | E.E. Shaw | Adolfo Wahnschaffe | A. Barreto | Pimentel Gomes |
| Função | Cargo diretivo (presidente) | Cargo diretivo (chefe) | sem informação | Cargo público (governador) | Cargo diretivo (presidente) | Engenheiro florestal | Consultor técnico | Acadêmico | Engenheiro agrônomo |
| Instituição | Junta Comercial de São Paulo | Câmara de Comércio da Suécia em Paris/matéria da revista do Banco Sueco de Comércio | Matéria da Revista do Ministério da Agricultura da França | Governo do Estado de São Paulo | Empresa madeireira norte-americana Weyerhaeuser Timber Co./matéria da reunião da Câmara de Comércio dos Estados Unidos | Empresa de produção de papel Canadian International Paper Co./matéria da reunião da Sociedade Canadense de Engenheiros Florestais | Independente; parceiro da revista O Papel | Escola Nacional de Agronomia | Revista “Brasil Açucareiro” do Instituto do Açúcar e do Alcool |
| Temas | Silvicultura criadora de riqueza. Devastação e diminuição do patrimônio florestal. Crescente demanda por madeira. | Superfície da Suécia coberta por florestas. Grande povoamento por instalação de fábricas. Investimento estatal em infraestrutura. | Urgente melhoria (tecnológica) do rendimento das florestas e a ampliação da cobertura florestal na França. | A exploração florestal rende oportunidades de negócios. A cobertura florestal é deficiente para a demanda e a exploração é ineficiente. | A economia moderna não é ameaça florestas. Ao contrário, estimula a arboricultura e o “cultivo científico”. | O valor das espécies varia com seu valor de mercado a partir de uso. Pesquisas têm ampliado o uso. Caminha-se para o “uso total”. | O interesse por matéria florestal cresceu na 2ª Guerra. Sugere a transformação de velhas fazendas em plantação. | O Brasil é dependente da importação. A causa é a infraestrutura e a falta de florestas. Uma solução é reflorestar. | Distribuição territorial, áreas de coníferas, valores de exploração na América Latina e no Brasil. |

TABELA 5 – RESUMO DA PERSPECTIVA DOS AUTORES NA REVISTA O PAPEL (continuação)

Autores – Função à qual estão vinculados – Temas e abordagens na revista O Papel (1939-1965)

| Autor | Carl A. Gustafson | Edgard Teixeira Leite | Ruben de Mello | François Mergen | A. Barsan | Eugene F. Horn | Lucas Tortorelli | T. François | José-Itamar de Freitas |
|--------------------|---|---|---|--|---|--|---|--|--|
| Função | Cargo diretivo (chefe) | Economista | Cargo diretivo (diretor) | Acadêmico | Sem informação | Engenheiro florestal | Engenheiro florestal | Engenheiro | Sem informação |
| Instituição | Divisão de Controle de Incêndios do Serviço Florestal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos | Conselho Nacional de Economia/ matéria do jornal “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro | Centro das Indústrias do Estado de São Paulo | Escola de Florestas da Universidade de Yale/matéria da FAO | Sem informação | Sem informação | Grupo de Assessoria para Capacitação e Pesquisa Florestal na América Latina da FAO | Subseção de Política Florestal da Direção de Florestas e Produtos Florestais da FAO | Sem informação |
| Temas | Área queimada nos EUA dobrou de 1949 a 1950. Onde houve queda foi onde tem mais tecnologia. | Consumo de madeira e sua relação com a civilização. O Brasil tem florestas exploráveis destruídas pela lavoura. É preciso uma mudança de mentalidade. | “Problema florestal” é a falta de matas exploráveis. Deve-se reflorestar. As florestas prestam serviços naturais. Alteração da legislação é necessária. | Modificação genética para produção de qualidade superior. | Importância e métodos da silvicultura. A devastação pelo fogo do pequeno e médio lavrador. Elogio das florestas homogêneas e o reflorestar. | Melhor forma de aproveitar matas da Amazônia na exploração racional. | O marco da instalação da FAO na América Latina e seus técnicos europeus na região. Necessário que governos invistam em racionalizar a exploração. | A importância da existência de políticas florestais para a exploração florestal, pela conservação de florestas existentes e o reflorestar com fins econômicos. | Problema da desertificação e necessidade de serviços florestais oficiais e punir ações, como a queima de roçados e pastos. |

Outro fator importante é a presença da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO, da sigla em inglês para “Food and Agriculture Organization of the United Nations”) da Organização das Nações Unidas (ONU), em constante parceria a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), também órgão da ONU. Entre os 18 autores e entrevistados, três estão vinculados à FAO: François Mergen (1960a); Lucas Tortorelli (1961j; 1963e); e T. François (1962a).

Além deles, apresentamos no quadro abaixo um resumo de outros oito textos publicados a partir de material da Organização, sem identificação de autoria específica e apenas citando a FAO como fonte. Em conjunto, são 11 textos apresentados sob a perspectiva de FAO e Cepal, dentre os textos analisados, o que equivale a 22% do total, fora os textos que não tiveram nem autoria, nem fonte identificadas.

A presença do órgão no periódico em artigos sobre florestas inicia em 1959 e se mantém em alta nos anos seguintes. A crítica feita na historiografia é que a FAO se tornou um órgão de disseminação de uma racionalidade pautada nos objetivos econômicos da indústria florestal, como avalia Warren Dean (1996, 288-289). Em O Papel, observamos que as madeireiras são citadas entre as principais interessadas na conservação de recursos naturais e na formação de engenheiros e técnicos silvicultores para expandir a racionalidade do uso de terras (O PAPEL, 1959b).

MATÉRIAS DA FAO NA REVISTA O PAPEL

Textos com a indicação “Fonte: FAO” e sem uma identificação de autoria específica na revista O Papel (1939-1965)

| Ano | 1959a | 1959b | 1959c | 1960d | 1961c | 1961g | 1962b | 1963a | - |
|-------------|--|---|---|---|--|---|--|--|---|
| Instituição | Seção de Doc. e Publicações da FAO | Comissão Florestal Latino-Americana da FAO | FAO | FAO | FAO | FAO | FAO | FAO | - |
| Temas | TEXTO EM ESPANHOL. Descrição de espécies nativas da América Latina e suas características com indicações de uso. | TEXTO EM ESPANHOL. Ata de reunião com definições diversas sobre fomento; políticas; controle de incêndios e “agricultura nômade”; colonização; reflorestar; formação de mão-de-obra; aproveitar espécies tropicais; silvicultura. | TEXTO EM ESPANHOL. A anunciada pretensão deste texto é desconstruir a imagem das indústrias de papel como destruidoras das florestas, apontando outras atividades, agricultura e outras indústrias com alto consumo de madeira. | Informativo sobre reunião com destaque para estudos sobre a produção de polpa e de papel na América Latina. | Destaca a implantação de um centro de pesquisa e treinamento da FAO na América Latina, na Venezuela. | ONU aprova repasse verba para Escola Nacional de Florestas. | TEXTO EM ESPANHOL. A necessidade de contratar engenheiros florestais na América Latina em termos econômicos, relacionados à capacidades destes de rentabilizar a floresta. | TEXTO EM ESPANHOL. A América Latina é a região com maior reserva florestal do mundo, mas importa produtos florestais. Estudo da FAO e Cepal questiona os motivos e registra que países devem rever suas políticas, incentivando o plantio. | - |

CAPÍTULO 3

Representações de florestas, o posicionamento da indústria na proteção das florestas, e os conflitos de racionalidades

Neste Capítulo, aprofundaremos a análise apenas iniciada no final do capítulo anterior e conheceremos os argumentos apresentados na revista *O Papel* que ensejam as representações de florestas apresentadas na publicação. A ideia da produção industrial de papel enquanto aliada do progresso humano e de um projeto de civilização são apontados repetidas vezes no período. Essa repetição revela um pensamento presente na época, a partir do contexto que tratamos no primeiro capítulo, e o posicionamento dos autores individualmente – burocratas, técnicos, industriais – e da revista, a partir da base de relacionamentos que estabelece com seus colaboradores, anunciantes e público-alvo, conforme vimos no segundo capítulo.

É defendido na revista *O Papel* que havia uma tendência ao aumento da exploração das florestas em função do “progresso da humanidade”. Chama-se a atenção no periódico para um acelerado ritmo de crescimento vivido na economia mundial, um “progresso” que é dado como certo e inevitável – ressaltamos o aspecto de inevitabilidade evidenciado na revista –, para o qual restaria apenas a certeza de uma “inevitável” pressão sobre as florestas.

Assim,

Esse consumo vai em aumento crescente, de ano para ano, acompanhando, par a passo, o progresso da civilização e o aumento assombroso da espécie humana!... Mas o que é mais certo, e impressionante, é este argumento: - O progresso da civilização e o aumento da espécie humana se processam e realizam rápida e vertiginosamente, e, assim, as suas necessidades cada vez maiores e mais prementes: o contrário se dá com a vida das árvores, cujo crescimento é lento e gradual. [...] A humanidade aumenta e progride; as florestas diminuem e retrogradam. A extensão das reservas diminuem [sic] na razão inversa do aumento do consumo de madeira. (*O PAPEL*, 1941, 25).

A relação entre progresso e consumo de madeira das florestas é reafirmada em mais de uma edição da revista do período de 1939 a 1965. “O consumo de madeira acompanha de perto do grau de civilização de um povo”, diz um economista entrevistado por um periódico local, cuja entrevista é reproduzida na publicação. Uma maneira de explicar a relação progresso-consumo de madeira que é proposta é pela comparação entre os indicadores de países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, conforme classificação da época.

Com isso, “basta comparar, por exemplo, os índices relativos à demanda desse produto, *per capita*, nos Estados Unidos e em alguns países subdesenvolvidos da Ásia e da própria

América Latina” (O PAPEL, 1953, 15). Essa pressão por madeira representada implica em uma série de classificações das florestas, suas funções e as formas de ajustá-las aos interesses que se pretende, por vezes gerando conflitos.

A relação entre consumo de papel e progresso humano é argumento presente em mais de uma edição da revista, representando uma ideia que encontrava eco naquele momento. O papel usado na imprensa é o forte encabeçador dessa relação consumo-progresso, uma vez que, “evidentemente, a demanda desse tipo de papel está condicionada ao grau de alfabetização de um povo” (O PAPEL, 1953, 16).

O aumento da produção de papel era, assim, representado como indício de alfabetização e como sinônimo de “civilização” e de “progresso”. Essa perspectiva está na historiografia, em uma análise de que

A ideia de progresso tem uma função ideológica. Se a história tem um sentido – aquele trilhado pelos países centrais do sistema-mundo – bastaria seguir esse caminho que “tudo iria ficar bem no final”. Não eram necessárias ações redistributivas ou precaução com os efeitos deletérios do processo, pois todos alcançariam o bem-estar “naturalmente” (CARVALHO, 2017)³⁶.

3.1 As representações de florestas

As florestas representadas na revista O Papel são primeiramente classificadas em nativas e replantadas. As florestas nativas são também chamadas “florestas virgens” (O PAPEL, 1941, 26); “florestas existentes” (O PAPEL, 1948, 61); “florestas naturais” (O PAPEL, 1951b, 42). Elas são apresentadas como devastadas, alvo da ação imprevidente de populações que agiram despreocupadas com a sua proteção.

Por seu turno, as florestas replantadas são também chamadas de florestas de “replântio racional” (O PAPEL, 1941, 25); de “reflorestamento científico e industrial” (O PAPEL, 1941, 28); “artificiais” (O PAPEL, 1951b, 42). Elas são apresentadas como a forma de compensação necessária para equilibrar o histórico e contínuo uso das florestas nativas.

³⁶ Era a “industrialização redentora”. Ou seja, industrializar o Brasil era a prioridade do governo e os problemas socioambientais eram vistos como um custo aceitável, perante os benefícios do “progresso” trazidos pela industrialização. Afirmava-se que era necessário “fazer o bolo crescer, para depois distribuir”, quer dizer, fazer a economia crescer para depois resolver o problema da “dívida social”, em uma época em que se efetuou a industrialização baseada na concentração de renda. O discurso do progresso justificava tais políticas “concentracionistas” (CARVALHO, 2017).

Essa compensação é representada como necessária pela queda da quantidade de florestas nativas, dada como certa, e que se torna um “problema florestal”, na medida em que o mundo inteiro vivia naquele momento, de 1939 a 1965, um aumento do consumo e, conseqüentemente, da demanda por matéria-prima de base florestal para atender a esse crescente consumo.

Por isso, se defende que a solução mais adequada esteja baseada na criação das florestas replantadas. Diante da constatação de que o “déficit” pelo uso – um uso que é considerado inevitável, diga-se de passagem – “será cobrado e correrá por conta das florestas nativas, que não estão sendo compensadas com o replantio racional”, observa-se que elas “diminuem, devido ao aumento do consumo, agravado com a falta de replantio das florestas abatidas”, e chega-se à conclusão de que a solução se baseia em “disciplinar o aproveitamento das matas nativas” e assim “obrigar o reflorestamento das áreas incultas das zonas devastadas” (O PAPEL, 1941, 25).

A pretensão era que o reflorestamento, portanto, compensa-se a diminuição das florestas nativas e, ao mesmo tempo, disciplina-se o “aproveitamento das matas nativas”. Reposição da matéria-prima e ordenamento de sua produção, afinal, são duas vantagens para a indústria do papel. Esse uso consubstanciado entre florestas nativas e replantadas é um caminho ideal, ressaltado na revista O Papel, chegando-se à conclusão de que, “agora e para o futuro, urge desenvolver o rendimento das florestas existentes e, paralelamente, estender a superfície florestal, permitindo melhor utilização” (O PAPEL, 1948, 61).

3.1.1 Uma segunda classificação baseada na heterogeneidade e na economicidade das florestas

Além de representar as florestas pela classificação entre nativas e replantadas, a revista O Papel apresenta outra classificação, dessa vez baseada nas espécies que sejam predominantes nas florestas. As florestas heterogêneas, também identificadas na publicação como “florestas tropicais” e “florestas indígenas”, são formadas por diferentes espécies de árvores e apresentam uma grande biodiversidade. Elas se encontram em zonas tropicais, onde as chuvas são mais abundantes e as temperaturas médias são mais altas, como o Brasil e grande parte da América Latina, assim como parte da Ásia e da África.

As florestas homogêneas, também chamadas de “florestas temperadas” e “florestas de coníferas” na revista, são formadas por uma ou poucas espécies predominantes e apresentam menor biodiversidade, se comparadas com as florestas tropicais. Elas se encontram em zonas

temperadas, onde as chuvas são menos abundantes e as temperaturas médias são mais baixas, com uma maior variação ao longo do ano, como a Europa e grande parte da América do Norte, assim como parte da Ásia e uma pequena parte da América do Sul.

Essa classificação entre florestas heterogêneas e florestas homogêneas, por sua vez, leva a uma subclassificação em termos de usos econômicos das florestas. As florestas heterogêneas são classificadas como de exploração antieconômica (O PAPEL, 1953, 16) e apresentadas como de “baixo rendimento econômico” (O PAPEL, 1954b, s/n).

Essas características são representadas como depreciáveis e estão baseadas, em parte, por aquela que consideramos atualmente ser a maior riqueza desse tipo de floresta: a sua rica biodiversidade. Diante disso, afirma um autor,

As nossas florestas tropicais, como todas as desse gênero, são de baixo rendimento econômico, pela grande diversidade de espécies vegetais, sendo poucas delas aproveitáveis e, na maioria, de madeiras duras, enquanto que as necessidades são de maior consumo de madeiras moles” (O PAPEL, 1954b, s/n).

Outros aspectos são a dificuldade de acesso a essas florestas, pois “numerosas delas são inacessíveis” (O PAPEL, 1953, 16) e estão “localizadas em pontos onde a civilização ainda não penetrou” (O PAPEL, 1954b, s/n).

Enquanto isso, as florestas homogêneas são classificadas como sendo “economicamente exploráveis” (O PAPEL, 1951a, 17).

3.1.2 O patriotismo na representação das florestas como patrimônio nacional

Além de fonte de matéria-prima para atender às necessidades humanas, as florestas são representadas como uma “parte integrante respeitável do patrimônio econômico nacional” dos países (O PAPEL, 1941, 25) e, por isso, são um “patrimônio da coletividade” (O PAPEL, 1948, 61-62).

Esse “patrimônio econômico” constitui uma reserva nacional de riqueza para os países; e permitir que essa riqueza desapareça é “anti-social e impatriótico” (O PAPEL, 1941, 26).

Estabelece-se uma distinção entre devastadores e protetores, em que os “devastadores” são aqueles que “não compreendem a sua responsabilidade perante [...] a riqueza econômica do país” (O PAPEL, 1941, 28).

É por isso que impedir a exploração “irracional” se torna nessa representação encontrada na revista O Papel uma “obra de cooperação” e “de patriotismo”; uma proteção do “imenso [...] patrimônio econômico” dos “interesses imediatos de outros” (O PAPEL, 1950a, 40).

A indústria entra em cena exatamente para fazer esse papel e, por outro lado, contribui com o progresso do país ao operar na satisfação das necessidades da população. O incentivo à indústria, por exemplo, por meio do barateamento da sua matéria-prima, nessa representação, contribui para o progresso econômico e social do país (O PAPEL, 1941, 30-32).

3.1.3 As funções das florestas: serviços ecológicos e atendimento às necessidades humanas

As florestas são citadas a partir de sua utilidade para o ecossistema e para a humanidade. No primeiro caso, são citadas pelos serviços ecológicos que oferecem e, entre eles, destacam-se na publicação: evita desertificação, enriquece solos, regula chuvas, protege mananciais.

Assim,

Onde desaparece a mata, aparecerá o deserto. Terras sem árvores é [sic] terra sujeita a erosão – é terra que se empobrece por falta de húmus, é terra que se resseca facilmente, porque as florestas são as reguladoras, por excelência, das chuvas e a máxima proteção para os mananciais. (O PAPEL, 1950a, 40).

O tema da desertificação causada pela derrubada de matas é colocado em evidência; em geral, isso se faz para atestar a necessidade de protege-las, a partir da visão defendida de que se deve reflorestar áreas com espécies mais úteis para a indústria.

Além de prestar serviços ecológicos, as florestas são destacadas pelo atendimento às necessidades humanas. Dentro dessas necessidades, é colocado em evidência o atendimento especificamente das necessidades atribuídas ao que poderíamos chamar de sistema econômico hegemônico capitalista de mercado – mais uma vez a partir do reforço de uma aliança entre a técnica científica e o ganho econômico:

A floresta, além de contribuir para melhorar o microclima, regularizar as erosões e deter os ventos, constitui, quando tecnicamente explorada, formidável fonte de rendas. A Finlândia vive de suas florestas. E vive muito bem. A floresta é elemento primordial da riqueza da Suécia, Noruega e Canadá. Embora mais devastadas que exploradas, dão ao Brasil, direta e indiretamente, cerca de 10 bilhões de cruzeiros anualmente³⁷. (O PAPEL, 1951b, 41).

Uma diferença entre florestas nativas e florestas replantadas considerada na revista O Papel é o “aproveitamento” econômico das espécies pela indústria. Nesse caso, observamos que

³⁷ Nessa perspectiva, equivaleria a R\$ 9,5 bilhões em 2017, corrigido pelo IGP-DI/FGV, a partir da “Calculadora do Cidadão” do Banco Central do Brasil. Disponível no portal www.bcb.gov.br.

incentivar o reflorestamento é privilegiar o atendimento às necessidades humanas e ao sistema econômico, em comparação à prestação de serviços ecológicos pelas florestas. Observamos isso ao que apresentem baixo poder de oferecimento de serviços ecológicos. Assim:

Equivale dizer que a importância do reflorestamento nas representações da revista *O Papel* está mais em suprir a indústria de matéria-prima e as populações de combustível e material para obras, do que em regularizar o clima, os solos e as águas. Sobrepõe-se, assim, o “problema” do rendimento para as florestas, de tal forma que apenas o conhecimento da técnica, da ciência e da indústria podem solucionar. Um problema com consequências econômicas.

A floresta sem função que atenda necessidades humanas e, especialmente, econômicas é inútil; a floresta com função que atenda a essas necessidades é útil. Porém, ineficiente em alcançar sua máxima produtividade; e seu “melhor aproveitamento” dependente de uma ação humana baseada na técnica, na ciência, na indústria e na economia. “Começa-se a ver que velha fórmula – ‘A floresta se faz por si só’ – está errada e que há necessidade da técnica florestal” (O PAPEL, 1948, 62).

Esse panorama coloca as indústrias do papel e congêneres como protetoras das florestas; porém, na medida em que “ajudam” as florestas a desenvolverem toda sua capacidade produtiva e a solucionar “anormalidades que exigem intervenções diferentes” (O PAPEL, 1948, 62).

3.2 A indústria do papel representada na revista *O Papel*

Representações da própria indústria do papel publicadas na revista criam uma forma de representá-la. Uma representação inicial é a da indústria que atrai riquezas. O reflorestamento de uma região como o Vale do Paraíba, entre São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, é citado como incentivo para a instalação de indústrias e isso transformaria a região em “um dos mais prósperos centros do país” e atrairia “riquezas incalculáveis para suas populações” (O PAPEL, 1951a, 18).

Assim, a indústria do papel influencia na migração e aumento da população local onde está instalada. Acontece no norte da Suécia, onde a população quintuplicou em uma centena e meia de anos, a partir da instalação e estabelecimento de indústrias de base florestal (O PAPEL, 1946, 53); acontece no nordeste do Paraná, Brasil, onde a população de Monte Alegre cresceu de 25 para 18 mil habitantes em um espaço de uma década e meia, após a instalação da fábrica da Klabin no vilarejo e instituição de um distrito fabril no estado (O PAPEL, 1958, s/n).

Ao atrair riquezas e população, cria-se também a representação da indústria que atrai, ou que deve atrair, investimentos em infraestrutura. Sem aparato de comunicação, transporte e energia, ela mesma não se sustenta. Essa é uma crítica ao Brasil e um elogio a países onde a indústria do papel é considerada mais desenvolvida.

A Suécia é um exemplo citado na revista (O PAPEL, 1946, 53), onde o governo investiu 50 milhões de dólares (R\$ 157,5 milhões na conversão atual) na infraestrutura de transportes fluviais naturais e artificiais somente até a década de 1940.

Além disso, destaca-se que a produção de pasta, celulose e papel é apenas um dos usos possíveis da madeira, sendo ela usada para outros fins. Nesse ponto, destacam-se usos para geração de combustível (lenha e carvão); obras (construção de estradas de ferro, embarcações, edificações); e “um sem número de indústrias” (O PAPEL, 1941, 22).

Entre esses outros usos, citam-se a fabricação de explosivos, seda e lã artificiais, caixas para embalagem (O PAPEL, 1941, 25); de compensados, caixotaria (O PAPEL, 1951a, 18). Além disso, no uso para geração de combustível, são citadas as empresas consideradas grandes consumidoras de energia baseada no carvão vegetal, como a siderurgia voltada para a produção de “aços finos” (O PAPEL, 1951a, 18).

O importante na definição de outras indústrias que usam a madeira, na revista O Papel, está em eximir a indústria do papel da culpabilidade pela pressão ambiental exercida sobre as florestas, ao longo do processo de exploração industrial.

3.2.1 A relação da indústria com cada tipo de florestas

Em relação às florestas nativas, as indústrias do papel são representadas como parte do sistema humano criado para atendimento das próprias necessidades. As florestas são parte integrante do “patrimônio econômico nacional”, na medida em que são reservas de matéria-prima necessárias para atender necessidades humanas. E a indústria do papel é uma forma de colocar essa matéria-prima a serviço das populações humanas, nesse sistema de atendimento das próprias necessidades.

Essa é a parte em que a devastação das florestas é considerada inevitável, para atender ao também “inevitável progresso da humanidade”. O que se propõe é que sejam criadas florestas replantadas para diminuir a pressão exercida sobre as florestas nativas. O modelo de replantio, no entanto, como dissemos anteriormente, é baseado em padrões estabelecidos nos países “desenvolvidos” a serem aplicados sobre os países “subdesenvolvidos”, desconsideradas

as especificidades sociais e ambientais – socioambientais – locais (ESCOBAR, 2007, 12), além de ensejar em perdas irreparáveis para a biodiversidade original (DEAN, 1996, 23), no caso da substituição de florestas tropicais pelas coníferas privilegiadas nos projetos de replantio, exatamente pela sua “utilidade”, valorada em termos econômicos.

Em relação às florestas replantadas, as indústrias do papel são favorecedoras e também favorecidas. Elas possuem o conhecimento “racional” necessário para que replantio seja feito; ao passo em que são beneficiadas pela garantia de existência da matéria-prima explorada. Dessa forma, as indústrias são apresentadas como grandes interessados e, conseqüentemente, como protetores das florestas nativas e estimuladores do seu crescimento com as florestas replantadas (O PAPEL, 1950b, 20), considerando que economicamente a abundância de matéria-prima contribui com a diminuição do preço para a compra pela indústria interessada; ao passo em que a escassez dessa mesma matéria-prima dificulta a diminuição do preço para compra.

As indústrias do papel são representadas, portanto, como protetoras das florestas nativas e das florestas replantadas, na medida em que defendem a exploração “racional” das florestas nativas; e a ampliação das florestas replantadas, justamente em defesa das primeiras, a solução apontada como a mais adequada para que se continue explorando as florestas sem que a matéria-prima necessária para a indústria diminua ou desapareça.

De tal forma que, idealmente, “a economia moderna [industrial] não comporta ameaça às reservas florestais”, diz um madeireiro industrial norte-americano; mas, ao contrário, ela “estimula a arboricultura como elemento de safra” (O PAPEL, 1950b, 20)³⁸.

A indústria do papel alcança a posição de neutralidade, na qual sua parte na exploração das florestas é explicada pela necessidade de atendimento de necessidades humanas; o aumento da pressão sobre as florestas é considerado como inevitável frente ao progresso humano; e a causa do problema é colocada sobre outros atores.

Logo depois de postular a neutralidade de seus próprios danos nas florestas, a indústria do papel lança-se como liderança a partir da solução pretendida, que é o “replantio racional” de florestas. “O Brasil acha-se diante da necessidade premente de promover o reflorestamento

³⁸ Na prática a industrialização do Brasil, como discutido no capítulo 1, no período, foi feita em grande parte em detrimento da Mata Atlântica, como já demonstrou Dean (1996, 254-306), assim como a industrialização de outros países implicou na vasta destruição de suas florestas nativas (CARVALHO, 2005, 114).

científico e industrial das suas terras cansadas e devastadas pelas queimadas” (O PAPEL, 1941, 28, grifo nosso).

Esse afastamento em relação à destruição das florestas, eximindo-se, pode ser explicado pela imagem negativa causada pela destruição de um “patrimônio” tão importante para o país, a coletividade ou “humanidade”/“civilização” e seu progresso, como vimos. Com isso, chega-se à representação de “contar, sempre, com a madeira de matas virgens, que vão desaparecendo assustadoramente, é uma inconsequência; é uma temeridade (O PAPEL, 1941,26).

3.2.2 A causa dos problemas florestais está nos “outros” e não na indústria do papel

Se a solução do problema está no reflorestamento sob a liderança da indústria do papel e congêneres, pertencentes à cadeia produtiva dessa indústria, onde está a causa do problema?

A causa do problema está nos “outros”. Está na grande lavoura; na pequena lavoura; e nas outras atividades industriais que também usam as florestas como reserva de matéria-prima, mas o fazem de forma mais intensa. Esses outros atores são responsáveis porque exploram as florestas nativas de forma mais intensa; ou de forma “errada” – “irracional”; ou as duas coisas.

A situação, já de si tão difícil, do problema florestal e da produção de pasta de madeira e de celulose, e madeira para obra e outros fins, no mundo inteiro, é, entre nós [no Brasil], agravada por duas causas: - primeiro, pela necessidade sempre crescente, que temos, de descortinar terras novas para nelas lançar as nossas diferentes lavouras, - segundo, pela devastação improdutivo das nossas matas, produzida pelas queimadas e incêndios sistemáticos praticados por desbravadores inconscientes dos sertões, que somente sabem semear nas cinzas quentes das queimadas e que, a cada passo, destroem toda uma imensa floresta para apenas cozinhar uma refeição!!!... (O PAPEL, 1941, 25).

Em outra passagem, confronta-se a devastação das florestas com atividades diversas, inclusive atividades industriais. A devastação, no entanto, é vista como consequência necessária para o empreendimento humano:

No Brasil, como em todos os países novos, *foi necessário devastar* parte da floresta para abrir lugar às lavouras, cidades, estradas de ferro e fábricas. Infelizmente, aqui como alhures, levou-se muito longe o des florestamento [sic]. Devastou-se demasiado, às vezes em pura perda. Urge mudar de rumo, para não transformarmos o Brasil num amplo deserto, como aconteceu no Saara e pelo menos num trecho dos Estados Unidos conhecido, agora, sob a denominação de Caldeirão de Pó – “Dustbowl”³⁹. (O PAPEL, 1951b, 41, grifo nosso).

³⁹ O *Dustbowl* é um fenômeno estudado pelo historiador norte-americano Donald Worster e detalhado em seu estudo de história ambiental. Trata-se da alteração de condições climáticas responsáveis por severas secas na região das Grandes Planícies dos Estados Unidos, principalmente. A alteração foi atribuída ao empobrecimento do solo consequente do mau uso e da intervenção humana sobre a natureza. O *Dustbowl* é referenciado como causador de um grande prejuízo econômico e agravador da crise econômica de 1929, quando esse fenômeno

Embora esteja nos “outros”, a indústria do papel por vezes faz um mea-culpa, porém, quando isso acontece, é a hora de retirar as luzes sobre sua atuação na destruição das florestas e dividir a atenção com as demais atividades que usam ou impactam nas florestas.

Em todos os países do mundo, precisa-se, cada vez em maior quantidade, de lenha para combustível e para o fabrico de carvão vegetal, de madeira para obras e para um sem número de indústrias, e, principalmente, para o fabrico de pasta de madeira e de celulose – matérias primas [sic] das grandes e cada vez mais futuras indústrias de papel. (O PAPEL, 1941, 22).

3.2.2.1 O problema está na grande lavoura

A grande lavoura é representada negativamente na revista O Papel quanto à destruição florestal no tempo, pela atribuição da abertura de fronteiras agrícolas sobre as áreas de florestas. Esse avanço agrícola geralmente se fez com a derrubada e a queima das florestas, para abertura de campos de agricultura.

A necessidade de “descortinar terras novas” para nelas “lançar as nossas diferentes lavouras” (O PAPEL, 1941,25) é uma característica atribuída à grande lavoura, representada pelas plantações de monocultura, com destaque para o plantio do café e da cana-de-açúcar que tiveram prevalência no Brasil antes da industrialização.

Com isso, um autor escreve a O Papel explicando que lhe resta “o consolo de que, como madeireiro, constei que não somos nós os responsáveis pela devastação havida e sim as lavouras, especialmente de café”, pela devastação de regiões do país situadas entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (O PAPEL, 1954b, s/n).

3.2.2.2 O problema está na pequena lavoura

A pequena lavoura é representada pelo plantio camponês. Esse tipo de plantação está associado a práticas tradicionais indígenas e sertanejas (dos “desbravadores inconscientes dos sertões”); e não se distancia muito do madeireiro independente, que corta a madeira para fazer lenha de uso próprio (“apenas para cozinhar uma refeição”) ou para a venda em baixa escala. Ela é negativada como devastadora, improdutiva e inconsciente (O PAPEL, 1941, 25)⁴⁰.

natural se tornou mais crítico nos Estados Unidos. Em resposta, foram criados programas de replantio da vegetação original e de inovação nos métodos de plantio da região.

⁴⁰ Hoje é amplamente reconhecido que há uma racionalidade ambiental em tais práticas agrícolas-camponesas. Worster (1991, 205), por exemplo, afirma que “essa agricultura, chamada itinerante ou de coivara, tem sido geralmente considerada não-prejudicial ao ecossistema como um todo; com o tempo, o equilíbrio é restabelecido”. Carvalho (2008, 239), por sua vez, afirma que, “quando se insere estas práticas, como a coivara, não na racionalidade econômica maximizante, mas dentro de outras racionalidades, são as práticas modernas que são colocadas em xeque, como ‘irracionais’, ou carecedoras, de uma racionalidade ambiental”.

Observa-se que a exploração das florestas não é questionada. O que se questiona é a forma de exploração.

Há mais de século, as ubérrimas terras do país vêm sendo calcinadas pelas queimadas indígenas dos agricultores apressados, que carecem do chão para as suas plantações agrícolas. A par da foice que desbrava, do machado que abate troncos seculares, vem o fogo a consumir os últimos vestígios da mata, a estorricar a superfície húmida e fertilizadora do solo, que se esgota e esteriliza, mesmo antes da exploração intensiva. [...] As autoridades, por mais que se esforcem e recomendem métodos científicos e econômicos para o aproveitamento das matas e o reflorestamento do solo desbravado, nada conseguem diante do descaso dos devastadores. (O PAPEL, 1941, 28).

Essa devastação “indígena” é ressaltada pelo uso de técnica tradicional de queimada, a coivara, que cobre o solo com matéria orgânica e da qual se acredita melhorar a produtividade do solo. Aliado às queimadas está a migração, usado por populações indígenas e colocado como método tradicional. Ao criticar esse tipo de método, um industrial madeireiro presente na revista O Papel avalia que “a moderna silvicultura industrial” mudou “da mentalidade do comércio migratório e culturas temporárias para o da permanência baseada em planos de longo prazo e cultivo científico” (O PAPEL, 1950b, 20).

É assim que se negativam métodos como devastadores, improdutivos e inconscientes; o seu oposto é o método científico e econômico, o cultivo científico, a moderna silvicultura industrial, representados como reparadores, produtivos e conscientes. Consciente ou, em outras palavras, “racional”. Por isso, o fato de ser representada como “inconsciente” transforma a pequena lavoura em “irracional” nessa representação. E o “irracional” dessa representação está associado à falta de características que são atribuídas à categoria do “racional”, caso do princípio da maximização do lucro e da intervenção da técnica.

Esse conflito é encontrado na representação de diferentes nacionalidades na revista O Papel: brasileiros, canadenses, franceses. Um exemplo é o engenheiro florestal canadense que explica a formação de florestas no Canadá, onde “há algumas áreas em que os primitivos colonos derrubaram florestas inteiras para fazer carvão vegetal ou lenha ou para pastagem” (O PAPEL, 1950c, 58).

Uma ressalva é que a pequena lavoura é considerada “irracional” e “primitiva” apenas no momento em que prescinde da técnica científica. Assim, uma “mentalidade atrasada” pode variar dentro do próprio país, como se infere em relação à França, “como se verifica entre os pastores da região montanhosa dos Pirineus, destruidores de florestas, e os agricultores da Lorena, que respeitam e tradicionalmente exploram de maneira conservadora as suas florestas” (O PAPEL, 1948, 61).

Considera-se que os últimos conservam suas florestas porque estão mais abertos aos ensinamentos baseados na técnica científica, promovidos pelo governo aos “particulares que aceitaram a orientação técnica” (O PAPEL, 1948, 62). Ainda assim, constata-se a dificuldade em “modificar a mentalidade das populações”:

Os técnicos florestais sabem como é difícil convencer as comunidades da necessidade da exploração racional das florestas. [...] Entre os particulares proprietários de florestas é que se manifesta maior incompreensão: e como suas florestas representam 7/10 da superfície coberta de bosques na França, avaliam-se as dificuldades encontradas para racionalizar a exploração no país. (O PAPEL, 1948, 62).

A defesa da técnica científica vem da representação de contraste entre “prosperidade da exploração das florestas de propriedade do Estado” e a “pobreza das florestas pertencentes a particulares”. O argumento apresentado não é uma defesa da propriedade pública das florestas, mas uma defesa da arregimentação dos proprietários privados a terem o mesmo direcionamento “racional” no tratamento das florestas (O PAPEL, 1948, 62).

Assim: “Todos os técnicos florestais sabem como é difícil convencer as comunidades da necessidade da exploração racional das florestas”. Esse argumento é usado, portanto, para convencer “o público em geral” a “compreender melhor o valor da floresta e sua utilidade”, “convertido muita gente hostil ou indiferente”, para que conheçam e apliquem técnicas baseadas no manejo “científico” das florestas (O PAPEL, 1948, 62).

3.2.2.3 O problema está nas outras indústrias

Ressalta-se que a indústria do papel não é a única a explorar as florestas. Citam-se as “necessidades” de outras indústrias, das quais a indústria do papel vem defender uma solução, que é o reflorestamento. A indústria do papel, portanto, é representada como pertencente a uma pequena parcela da categoria industrial preocupada em assumir uma solução válida às questões florestais.

Quando se assume que as indústrias impactam negativamente a existência das florestas, recorre-se primeiramente a outras indústrias que fizeram isso: ou antes da indústria do papel; ou em maior intensidade que a indústria do papel. Os primeiros a serem apontados são a produção e o consumo industrial de lenha e carvão vegetal para uso como combustível.

Ao mencionar que o replantio deve ser feito em larga escala, omite-se as necessidades da própria indústria do papel, ao se observar que: “O esforço individual, de alguns agricultores mais esclarecidos, em prol do reflorestamento das suas terras, não supre, nem de longe, as

necessidades atuais e futuras de madeira para obra e lenha para combustível” (O PAPEL, 1941, 28, grifo nosso).

3.3 Conflitos de racionalidades

Todas florestas de forma geral – ou seja, aquelas classificadas em nativas ou replantadas; em heterogêneas ou homogêneas; em economicamente exploráveis ou antieconômicas – são representadas como reservas de matéria-prima que podem ser exploradas “racionalmente” ou “irracionalmente”.

O destaque é para a diminuição da quantidade de florestas nativas pelo uso “irracional”. Porém, em certo momento diminui-se o peso atribuído ao uso irracional, ao se justificar que, sendo “racional” ou “irracional”, o uso foi necessário para o atendimento das “múltiplas necessidades” humanas (O PAPEL, 1941, 22).

Ou seja, em determinado momento se comenta que mesmo o uso considerado inadequado tem explicação, quando se trata de atender a uma demanda maior: as crescentes e imprescindíveis necessidades que a humanidade tem de madeira e combustível (O PAPEL, 1941, 22).

3.3.1 Características da exploração “racional” das florestas

Uma característica atribuída à categoria do “racional” é o controle. O controle também vinculado a atribuições como disciplina e organização. Áreas de plantio de eucaliptos e pinheiros exóticos ao local, por exemplo, são destacadas por um industrial madeireiro do país como “fazendas arboricultoras organizadas e cuidadosamente supervisionadas” (O PAPEL, 1950b, 20).

Nessa representação, esses atributos garantem um aproveitamento “técnica e economicamente eficiente” das florestas (O PAPEL, 1941, 30), baseado no aproveitamento que se faz possível. O controle leva à eficiência; que leva a um “aumento da produção das florestas convenientemente tratadas”, um “bom rendimento de certos bosques racionalmente dirigidos”, de acordo com uma finalidade de eficiência é voltada ao fim industrial (O PAPEL, 1948, 62).

O limite positivado está em um aproveitamento total das florestas. Segundo engenheiro florestal canadense, a “utilização total” ou “utilização integral” das florestas remete à definição de “um uso para todas as espécies que se encontram crescendo num determinado conglomerado

florestal” (O PAPEL, 1950c, 58). E assegura: “Talvez isso seja uma visão ideal, mais [sic] há indícios de que dentro de certas regiões florestais nos estamos aproximando dessa ideia a passos sucessivos” (O PAPEL, 1950c, 58).

A representação de que “grandes florestas, racional e tecnicamente organizadas”, são necessárias está voltada para a definição do plantio de espécies “adequadas às exigências peculiares das diversas indústrias, a fim de baratear o curso da matéria prima [sic]” (O PAPEL, 1941, 30).

Busca-se um “desenvolver o rendimento das florestas” e permitir a “melhor utilização” (O PAPEL, 1948, 61) dentro do que seja considerado a melhor técnica e economicamente. A técnica, portanto, leva a uma exploração dentro do que se considera o “melhor aproveitamento” e, “portanto, o progresso da produção florestal está intimamente ligado ao desenvolvimento e à difusão da técnica” (O PAPEL, 1948, 61).

Outra característica atribuída à categoria do “racional” é o pensamento a longo prazo, identificado com os “métodos científicos e econômicos” e desvinculado dos métodos indígenas, ou sertanejos, ou camponeses.

Nessa representação, seu oposto, “o desbravador de terras virgens – nômade e impenitente derrubador de matas – é *imediatista*” e abate árvores sem substituí-las, “para o futuro aproveitamento” (O PAPEL, 1941, 26, grifo do autor). Ele não compreende “a sua responsabilidade perante as gerações vindouras” (O PAPEL, 1941, 28).

Uma terceira característica atribuída à categoria do “racional” é a significação do custo econômico. Esse custo econômico é expandido ao nível do país, na visão de que as florestas são um “patrimônio econômico nacional”; e a devastação atribuída aos pequenos lavradores passa a ser considerada irresponsabilidade com “a riqueza econômica do país”; enquanto o reflorestamento “científico e industrial” se torna “uma necessidade de ordem econômica patriótica” (O PAPEL, 1941, 28).

3.3.2 As soluções apresentadas pela indústria do papel

As soluções defendidas pela indústria do papel passam por três vertentes. São elas: o reflorestamento, a silvicultura e a legislação.

3.3.3 O reflorestamento como autonomia da indústria e independência do consumo

A defesa do reflorestamento se justifica pela busca por autonomia da indústria do papel e congêneres em relação à matéria-prima usada. Inicialmente, a principal crítica era a falta de matéria-prima florestal no próprio país.

A indústria do papel no Brasil é bastante antiga. Encontramos mesmo instalações verdadeiramente coloniais, em funcionamento na fabricação de papel de embrulho. Apensar de contarmos com fábricas com mais de meio século de funcionamento, a matéria prima [sic] continua sendo importada. [...] O atraso da independência de nossa indústria de papel reside principalmente nas dificuldades de transporte [e] na falta de florestas homogêneas e economicamente exploráveis. (O PAPEL, 1951a, 17).

Aliada a essa autonomia de matéria-prima pela indústria brasileira, se identifica a busca de uma “independência” do mercado consumidor de produtos importados. Com isso, considera-se como “muito promissores” os “rumos” da “exploração racional de nossas florestas”:

A produção brasileira de celulose e papel ainda não basta ao nosso próprio consumo. Dependemos, em parte, das fábricas finlandesas, suecas e canadenses. E, no entanto, em vez de importarmos, deveríamos ser um dos grandes exportadores de celulose e papel, para o que temos condições verdadeiramente excepcionais. (O PAPEL, 1951b, 42).

Essa independência, porém, será alcançada com o investimento em infraestrutura, que principalmente está relacionada ao transporte, inicialmente pensado em termos de transporte fluvial e proximidade com estradas de ferro; à “energia próxima” e “barata” (O PAPEL, 1951a, 17-18); e à produção controlada de matéria-prima dentro do próprio país. E esses aspectos são relacionados ao envolvimento do poder público: por meio de financiamento direto; por meio de financiamento indireto, como a concessão de crédito, incentivos e isenções.

Um argumento do reflorestamento enquanto solução para o “problema florestal”⁴¹ é que ele é passível de controle. E um interesse no “replantio racional” é que, nele, se controla o tipo de espécies plantado. Ora, existem espécies que permitem “seu aproveitamento industrial” e, em geral, elas precisam de uma mão humana para crescerem em dado território:

Entre nós [no Brasil], a não ser algumas pouquíssimas essências florestais – como, por exemplo, o eucalipto, o pinheiro, e algumas outras, exóticas aclimatadas – cujo crescimento é mais rápido, permitindo o seu aproveitamento industrial, [...] as essências florestais nativas são de desenvolvimento lento, nunca inferior a 30 anos, e, em regra, para as madeiras de lei, entre 50 e 120 anos. (O PAPEL, 1941, 25).

⁴¹ Explicado como o déficit de florestas para o inevitável aumento do consumo humano.

3.3.3.1 Eucaliptos e pinheiros: os pretensos salvadores da pátria

Por fim, como dissemos antes, as florestas são divididas entre florestas heterogêneas e florestas homogêneas. Essa divisão classifica também as primeiras em antieconômicas; e as segundas em economicamente exploráveis.

O reflorestamento deverá ser feito por florestas economicamente exploráveis. Elas são formadas por espécies de melhor aproveitamento técnico e econômico pela indústria.

Como já vimos antes, no primeiro capítulo, o melhor aproveitamento é alcançado com espécies que oferecem madeiras de características específicas, consideradas mais aproveitáveis por cada tipo de indústria. Entre essas características, estão a resistência, dureza, durabilidade, coloração, etc. Uma qualidade procurada na indústria do papel é quanto às fibras, curtas ou longas.

Essas, porém, são características *técnicas*. As florestas procuradas pela indústria devem, preferencialmente, também apresentar características *econômicas*. Entre essas características, estão o acesso, a proximidade entre as árvores da mesma espécie para dar facilidade ao corte, e a rapidez de crescimento. Com isso, duas espécies foram privilegiadas no Brasil: eucaliptos e pinheiros⁴².

É grande o número de essências florestais brasileiras que se prestam para a fabricação de celulose. Podemos ainda acrescentar um grande número de outras essências estrangeiras, reconhecidamente produtoras de boa celulose e que se adaptam perfeitamente ao nosso clima, em geral se desenvolvendo muito mais rapidamente, entre nós, que no país de origem. Em geral, todas as espécies de pinhos europeus se adaptam perfeitamente ao nosso clima, produzindo matéria prima [sic] na metade do tempo. (O PAPEL, 1951a, 18).

3.3.4 Silvicultura e racionalidades técnico-científica e econômica

A defesa do reflorestamento é feita com base em um replantio “racional”, “científico”, “econômico”. Esse tipo de reflorestamento é alcançado através da silvicultura, defendida como ciência de plantio de florestas” para o “seu aproveitamento industrial” (O PAPEL, 1941, 28); uma ciência na qual se conhece “os princípios fundamentais da vida da árvore e da floresta” e se busca empregar meios, ou seja, técnicas, “para se obter rapidamente resultado satisfatório na exploração florestal” (O PAPEL, 1948, 62).

⁴² O pinus e o eucalipto são consagrados por seus aspectos técnicos e econômicos na revista O Papel. Há, assim, um silenciamento a respeito dos impactos socioambientais, como a concentração de renda, êxodo rural, erosão do solo, ressecamento – tão presentes nas análises socioambientais dos impactos do cultivo de pinus e eucaliptos (CARVALHO, 2008, 218).

Assim, “o desenvolvimento da técnica é, pois, uma condição fundamental de progresso para as florestas particulares. As florestas racionalmente tratadas, além de renderem mais para o seu proprietário, são de maior interesse para a economia nacional” (O PAPEL, 1948, 62).

Uma grande questão relacionada à silvicultura enquanto técnica científica privilegiada na revista O Papel é que ela é um elo entre essa técnica, de ordem científica, e o aproveitamento econômico das florestas. Assim, conforme informa um palestrante de encontro de engenheiros florestais no Canadá, a primeira consideração a respeito das florestas a elaboração de seu valor a partir do “valor econômico” atribuído a determinadas espécies de árvores.

Bom exemplo desse modo de pensar o madeireiro antigamente considerava a floresta. Para ele, a floresta era de valor conforme contivesse “pinho alvo”, conveniente para as serrarias. Esse conceito dos valores depois se foi ampliado um tanto para incluir [...] a floresta das madeiras de pasta. Agora, com a crescente procura de madeira para construções, madeira compensada e embutidos, notamos que até as madeiras duras têm aparecido no quadro dos valores florestais em processo de alta. (O PAPEL, 1950c, 58).

Nesse caso, questiona-se, ao inferir que certas espécies têm crescimento mais rápido e são capazes de produzir celulose em escala satisfatória: “Que vegetação florestal melhor como fonte de lucros poderíamos obter?” (O PAPEL, 1950c, 58).

A imbricação entre técnica científica e lucro econômico é feita por um outro, “consultor técnico florestal”, ao relacionar os benefícios de uma consultoria técnica em termos de florestas: avaliam-se o valor econômico; possibilidade e necessidade de industrialização para fabrico de pasta e celulose; despesas; plantio, cultura e exploração; solos; fiscalização e racionalização das plantações; avaliação da situação de florestas nativas.

Esse consultor resume a miríade de serviços disponíveis com expectativa de “promover um aproveitamento mais racional das matérias primas [sic], de natureza florestal, já existentes, bem como de assegurar o suprimento contínuo delas no futuro” (O PAPEL, 1950d, 21).

3.3.5 Representações sobre leis: aos governos, a obrigação; às indústrias, o favorecimento

O primeiro Código Florestal Brasileiro foi publicado em 1934. A revista O Papel tem críticas e sugestões para a legislação florestal brasileira desde suas primeiras edições.

É defendido que uma legislação brasileira se apoia em certos pontos: obrigue o governo ao plantio de florestas de “melhor aproveitamento” pelas indústrias; responsabilize o governo pela fiscalização e proteção das florestas existentes com a finalidade de manter uma reserva que

possa ser usada futuramente; e estabeleça incentivos financeiros, como auxílios, concessão de crédito e isenções, para o plantio de florestas pelos donos de terras e investidores particulares.

Quanto ao plantio, sugere-se que o governo legisle “no sentido de ser compulsoriamente reservada uma determinada percentagem da área de cada propriedade rural ao plantio de florestas”, formadas por espécies “aproveitáveis como madeira para obra ou combustível, ou como matéria prima [sic] industrial” (O PAPEL, 1941, 30).

Quanto à fiscalização e proteção das florestas, volta-se ao conflito de racionalidades ao criticar outras formas de exploração florestal que não sejam empreendidas pelas indústrias e os grandes capitais; mas de forma individual ou familiar, tanto para lavouras, quanto para outros objetivos de exploração. Por isso, sugere-se a criação de leis que impeçam “que o lenhador e o carvoeiro” cortem, “impiedosamente, jovens árvores de qualidade” para uso pela indústria (O PAPEL, 1950a, 40).

Quanto aos incentivos financeiros, são sugeridas possíveis ações do governo voltadas ao financiamento de florestas replantadas para aproveitamento pela indústria e pagamento aos interessados em replantar. Sugere-se, por exemplo, o “crédito a longo prazo, aos particulares e empresas nacionais, já organizadas, que se propusessem a formar grandes florestas de essências nativas ou exóticas, que se prestem e se destinem à fabricação de pasta de madeira e celulose” (O PAPEL, 1941, 30).

Em outros termos, é sugerida a “coparticipação financeira do Estado na organização” de empresas de plantio, “como incorporador” (O PAPEL, 1941, 30); ou a “isenção de todos os impostos e taxas federais, estaduais e municipais bem como dos direitos aduaneiros, por cinquenta anos, às empresas que hajam organizado” plantações (O PAPEL, 1941, 30). Sugere-se, ainda, o uso de fundos “acumulados pela forma de capitalização da economia popular” no plantio de florestas e na exploração industrial dessas mesmas florestas.

Como vimos, esse plantio e exploração são baseadas no padrão de industrialização de países “desenvolvidos”, desconsiderando aspectos socioambientais locais. Esse padrão adotado deveria ser, portanto, conforme o entendimento veiculado na revista O Papel, patrocinado pelo Estado e em favor de uma transformação da realidade local e do modo de vida das populações, para aderirem a um modelo exótico ao seu contexto.

Os argumentos usados, que favoreceram a construção dessa possibilidade, estão ligados às representações de florestas e às representações de indústrias, diante das florestas, que vimos

neste capítulo. Especialmente, à classificação das florestas em nativas e plantadas de um lado, e de heterogêneas e homogêneas de outro lado, e que em conjunto leva à reclassificação entre antieconômicas e econômicas.

Essa classificação e essa reclassificação são fundamentais para entender a construção de representações, de florestas e de indústrias, que posicionam a técnica, a valoração econômica e a defesa de uma legislação que fossem favoráveis a tal modelo de exploração. Esse modelo seria defendido como única forma de “proteger” as florestas nativas de um progresso visto como “inevitável”, diante do “progresso da humanidade”: não bastaria, com isso, explorá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de 1939 a 1965 marca uma interfase de industrialização no Brasil: após a Era Vargas (1930-1945) e antes do “milagre econômico” vividos no regime ditatorial de 1964 a 1985. No contexto macro, temos uma expansão da produção e do consumo, estimulado pelo cenário mundial do pós-2ª Guerra Mundial, ao que alguns autores chamam de “a Grande Aceleração” (MCNEILL; ENGELKE, 2014). No contexto específico, relacionado à nossa fonte analisada, temos a incorporação de uma indústria de pasta, celulose e papel dentro um perfil privilegiado pela perspectiva do desenvolvimentismo, que tomou o governo brasileiro no período.

Assim como a própria industrialização brasileira, os anos 1939-1965 marcam a interfase da indústria papelreira, entre o incentivo à produção a partir de 1930 e uma série de incentivos específicos, que ficam para um próximo estudo, situados na sua inserção no programa setorial do BNDES em 1957 e a criação de políticas de incentivo ao plantio da década de 1940 até a década de 1960. Assim, temos na revista *O Papel* do período uma fonte privilegiada para perceber representações diversas, das quais destacamos as representações de natureza, a partir de um elemento central: as florestas.

Observamos como as florestas são apontadas como uma fonte de riqueza. Observamos que existe uma prioridade para que seu manejo seja limitado ao uso da técnica e da tecnologia. Observamos, por fim, que demais formas de manejo diferentes daquele priorizado pela técnico-ciência são consideradas como prejudiciais à natureza, o que geram conflitos de racionalidades: a exploração baseada em uma racionalidade econômica das florestas é vista como a única forma capaz de engendrar a continuidade, segura e saudável, delas; por outro lado, que a exploração de outras formas – por uma agricultura considerada tradicional (de camponeses) ou antiga (de grandes produtores de café); pelo corte aleatório de madeira e etc. – é representada como o “real” motivo da degradação das florestas.

Do governo, se espera que proteja suas matas. Essa é a forma de sucesso observada por interlocutores da revista, em outros países. Porém, essa proteção é marcada pelo plantio de tipos que sejam economicamente aproveitáveis. Isso, diretamente pelos governos, ou indiretamente – pelo incentivo financeiro a quem tiver esse interesse.

Na revista, quando se prestava a pensar nas formas de proteger as matas brasileiras, autores apontavam as falhas do poder público e situavam a necessidade de se criar uma legislação mais forte; quando o texto do Código, aprovado em 1965, foi analisado de novo, pelo menos um texto marcante situou a possibilidade de rever esse endurecimento da lei.

Concluimos que essa indústria se representa como defensora das florestas (hipótese 1). Obviamente, as florestas são representadas como reservas de geração de riqueza, integrante do patrimônio nacional a deve ser usado racionalmente pelas gerações atuais e futuras: florestas são patrimônio da coletividade de hoje e do amanhã. Há, portanto, “obrigação moral” torna-las cada vez mais produtivas (O PAPEL, 1946, 53-54). Entre as formas de se fazer isso, está uma escolha pela espécie que se mostrou de grande produtividade: o eucalipto – ainda que florestas homogêneas desse tipo sejam plantadas às custas de florestas nativas de grande biodiversidade.

Esse enfoque não é encarado necessariamente com grande surpresa, porque analisamos indústrias, que são empreendimentos centrais para um sistema político-econômico hegemônico, em sociedades de cultura ocidental, a partir do século 18 em diante. É o que Karl Polanyi (2000) chama a atenção como a hegemonia do sistema de mercado nessas sociedades e suas consequências para toda a vida social compreendida nisso.

O que surpreende, ou pelo menos o que ressalta nisso tudo, são as intenções por trás dos gestos. E como essas intenções dizem muito sobre o que veio antes das atuais representações, em prol da defesa da natureza, feitas pela indústria contemporânea. Ou seja, se atualmente essas empresas falam de como procuram equilibrar sua produção e projetos de proteção do ambiente – e falam isso a partir de todo um debate que já está presente há décadas; podemos encontrar raízes para essa representação em uma visão utilitarista, própria de sociedades industriais, em que está presente uma racionalidade econômica e técnico-científica baseada em interações de mercado.

Verifica-se, imediatamente, uma continuidade.

Atualmente, ao se falar em cuidado e proteção ambiental, essa representação ganha força em empresas quando se analisam quais os ganhos envolvidos: ganhos de imagem e de eficiência (redução dos custos e ganhos de mercado, por exemplo). No período de industrialização pelo qual passava o Brasil a partir da década de 1930, que se acentua no período de análise, da década de 1940 a 1960, argumenta-se o cuidado e a proteção ambiental pelo ganho que elementos da natureza ensejavam com essas ações.

Assim, verificam-se representações da indústria de pasta, celulose e papel que reforçam um posicionamento de colocar as florestas enquanto geradoras de riqueza. Ou seja, enquanto geradoras de ganhos econômicos aos particulares envolvidos em sua exploração e, em última instância, ao país: em forma de aumento da arrecadação de impostos e saldo positivo na balança comercial.

Conseguimos essa análise de forma mais clara pelo fato de serem a principal matéria-prima dessa indústria, o que faz das florestas alvo de atenção na revista, atenção que não é da mesma forma observada com relação aos outros elementos naturais, como fauna ou água ou solos. Se a indústria de pasta, celulose e papel depende da madeira oriunda das florestas para sua própria existência, ela ressalta as florestas de forma evidente, diferentemente dos elementos dos quais ela depende apenas indiretamente. O que torna nossos resultados mais claros.

Se observamos essa continuidade – a postura de defesa ambiental ganha forma a partir da definição sobre os ganhos ele terá com essa postura; observamos também uma ruptura, que vem do fato de, no período analisado, não havia um a discussão corrente que definia as formas como esse equilíbrio econômico-ecológico deveria ser alcançado.

O conceito de desenvolvimento sustentável, assim como o entendemos hoje, ainda não existia. A pressão social por uma postura ambiental das empresas não era da mesma forma de como é na atualidade. Desastres ambientais não eram encaradas sob a perspectiva atual. Hoje, como no passado, observamos uma postura protecionista de indivíduos e grupos, com relação à natureza, a partir da perspectiva de quais ganhos serão auferidos disso: ganhos de imagem, de eficiência e econômicos, por exemplo. E atualmente, diferentemente do passado, esse utilitarismo ganha uma roupagem nova, a partir da ideia de que é possível conciliar esses lados da moeda na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Ao concluirmos dessa forma, assumimos uma postura crítica e esperançosa. A esperança residente exatamente no fato de entender que, ao clarificar os ganhos aliados à defesa do meio ambiente, podemos trabalhar melhor uma mudança de postura, em prol da natureza, em pessoas e instituições pertencentes a esse sistema de mercado no qual estamos inseridos. A esperança, também, de que, por mais que não sejam posturas que colocam a natureza em primeiro lugar – mas sim os ganhos individuais – certos posicionamentos contribuem para uma diminuição dos impactos ambientais.

A postura crítica, no entanto, vem exatamente daí. Assim como autores críticos da atual concepção de desenvolvimento sustentável que entendem, como Enrique Leff (2006) que é de fato impossível proteger a natureza a partir de uma racionalidade econômica – e por isso sugere que seja trabalhada amplamente uma nova racionalidade, ou seja, uma racionalidade ambiental – percebemos que muitas ações em prol da natureza são apenas, e historicamente, aparadas nos próprios ganhos individuais e particulares.

Assim, mais do que auxiliar uma defesa ambiental, a disseminação de ideias e conceitos como desenvolvimento sustentável somente encobrem uma postura, pobre a nosso ver, de poder ganhar, individualmente e particularmente, mesmo que às custas da natureza. Ou seja, que essa continuidade à qual nos referimos (a postura de defesa do ambiente é diretamente proporcional ao ganho que se percebe com tal atitude) é mais concreta que àquela ruptura que identificamos (a identificação da necessidade de conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental). É por isso que, por mais que se fale sobre sustentabilidade, continua-se degradando – irreversivelmente – a natureza do planeta em prol de ganhos particulares.

Além disso, a forma de defesa das florestas está associada à racionalidade instrumental da natureza. Há uma polaridade, que coloca a floresta como fonte de riquezas para a humanidade; mas também a humanidade como necessária para “melhorar” a qualidade das próprias florestas. Essa dualidade parte e chega a um mesmo ponto comum: a perspectiva economicista da humanidade, cujo traço mais importante de sua existência é o traço econômico: o fato de estar imersa em um imenso mercado (POLANYI, 2000).

Esse aspecto fomenta a exploração racional das florestas; e fomenta as florestas sem cruciais para “toda a civilização” – baseado na ideia de que há apenas uma civilização, única, certamente baseada no modelo europeu, descartando fortemente que as possibilidades de vida de sociedades colocadas de fora desse modelo, como camponeses, caboclos e indígenas – mas também inseridas nesse modelo em condições de desigualdade, a despeito da crítica de Escobar (2007) a respeito da difusão de representações de países “desenvolvidos” que ampliaram a miséria, desigualdade e destruição ambiental nos países “subdesenvolvidos” que diziam auxiliar.

A outra hipótese é que a maneira de defender florestas de forma racionalizada é investir em tecnologia – o que, sob certo olhar, pode parecer paradoxal, uma vez que o uso da tecnologia também pode ser considerado elemento de aprofundamento da superexploração da natureza

(MORIN, 2005). Aqui, observamos que há uma mudança na forma como as representações de natureza, em sua imbricação com a tecnologia, têm mudado com o tempo.

Se, no período analisado – ou seja, de 1939 a 1965 – o Brasil vivia um momento, ainda relativamente inicial, de processo de industrialização (DEAN, 1996; FAUSTO, 2007; MENDONÇA, 2016) e o mundo ocidental era conduzido sob forte influência de uma ideia desenvolvimentista (DUARTE; OSTOS, 2005; ESCOBAR, 2007), as perspectivas de que a indústria e a tecnologia seriam a melhor opção para a proteção da natureza eram hegemônicas.

Nesse ponto, uma das implicações da visão otimista da tecnologia era que aquilo que fosse considerado como contrário ao processo de industrialização e ao investimento e aplicação da tecnologia era considerado como a negativa da proteção da natureza. Ou seja, os chamados processos tradicionais de apropriação da natureza, como aqueles usados por camponeses, caboclos, indígenas e outros, que de comum partilham o fato de aplicarem uma técnica mais rudimentar – principalmente se comparada à indústria – eram apontados, por muitos setores, como os verdadeiros culpados pela destruição da natureza.

Mas esse momento de industrialização do Brasil, e de uma forte influência de ideias de desenvolvimentismo, faz parte de um processo que continua ainda hoje. E podemos ver que, com o fortalecimento das discussões sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, essa perspectiva mudou. O que significa que as indústrias e as tecnologias são criticadas, enquanto causadoras mesmo da destruição ambiental; já populações e processos que são considerados tradicionais, surgem como portadoras de soluções para um menor impacto ambiental.

Notamos que a indústria – sempre pensando no período analisado – evita falar de seus impactos negativos sobre as florestas. Diante disso, estabelecer a exploração industrial, de algo negativo para algo positivo – por ser a única exploração “racional”, ordenada, econômica – se tornou ato contínuo em diferentes segmentos, industriais e não-industriais. Assim, explorando racionalmente, faz-se uma defesa da própria natureza. E quando se julga os efeitos negativos sobre eles, tende-se a apontar a culpa para outras esferas – pelo menos é o que observamos neste caso.

Essas outras esferas, as realmente prejudiciais à natureza, podem ser destacadas entre as formas de manejo da natureza desvinculados a uma lógica hegemônica (CARVALHO, 2008; DUARTE; OSTOS, 2005; MORIN, 2005; LEFF, 2006, DEAN, 1996), incluindo-se uma lógica

de mercado (POLANYI, 2000). Mas pode também ser apontadas esferas voltadas para a lógica de mercado, como a agricultura ou as outras indústrias, desde que sejam distanciados daqueles que realmente “protegem” a natureza. Essa forma de anotar e divulgar as coisas está de acordo com a noção que Morin (2005) empreende de uma racionalidade econômica.

Ou seja, como a construção de mundo, a partir das representações (CHARTIER, 2002) as mais diversas, que formam uma “visão coerente” do universo, porém a partir de “dados parciais” ou “um princípio único”.

Essas perspectivas, adotadas como representações, divulgadas das mais variadas formas – como o fora pela via da revista O Papel – nos indicam apropriações, que aliam “discursos” e “práticas”, como nos explica Chartier (2002, 7). E essas representações desenvolvimentistas, de caráter racionalista-economicista, possibilitam reconhecer formas como a natureza estava de fato sendo tratada pelas indústrias, na prática. E, nas negociações e conflitos existentes para aceitar ou negar essa identidade, algumas formas de identificação são reafirmadas – como a condição da exploração racional enquanto “o melhor” para uma floresta “que não pode desenvolver-se por si só” – e negadas pela indústria papeleira – como as outras formas de apropriação das florestas.

Como afirmamos de início, buscávamos de forma mais ampla compreender as relações históricas entre indústrias e florestas. Acreditamos que esse período de industrialização do país, adicionado de uma época de “Grande Aceleração” da produção e do consumo mundial, levou a um aumento incrível da demanda pela natureza, por parte das indústrias, seja de forma direta ou indireta (DEAN, 1996). E nesse período se consolidou uma perspectiva desenvolvimentista em determinados países, como o Brasil, em que uma lógica racional-instrumental-econômica tomou conta de um sem-número de intervenções sobre a natureza.

Vale dizer, ou repetir o que já dissemos antes, de que uma boa parte do material coletado para esta pesquisa, com revistas publicadas de 1939 até 2014, infelizmente não foram analisadas nesta dissertação, por limitações de tempo e possibilidades. Assim, o assunto não se esgota nesta dissertação, mas se amplia, caso o tema seja retomado em outro momento. Assim como se ampliam as inúmeras possibilidades de análises históricas das relações entre indústrias e florestas, ou indústrias e natureza. Se ampliam, portanto, as possibilidades de se fazer história ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. **Projeto História**, São Paulo, n. 23, p. 151-167, nov. 2001.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **A participação do sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 1991.
- BARROS, José d'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.
- BUAINAIN; Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio. **Cadeia produtiva da madeira**. Brasília: IICA; MAPA/SPA, 2007.
- CANGIANI, Michele. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In: POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2012. p. 11-44.
- CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A Saúde no Brasil em 2030 – prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. p. 135-194.
- CARRAZZA, Luís Carlos; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução, estrutura e desafios da indústria de papéis no Brasil: período de 1965 a 2000. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais**. Brasília: Sober, 2004. p. 1-14.
- CARVALHO, Ely Bergo de. **A modernização do sertão: terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964**. 2008. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CARVALHO, Ely Bergo de. Industrialização enquanto progresso nos livros didáticos de história do Brasil, 1972-2012. **História**, São Paulo, 2017 (no prelo).
- CARVALHO, Ely Bergo de. No fundo da mata virgem: a complexidade de um elemento mítico no imaginário ocidental sobre a natureza. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 135-153, jul./dez. 2010.
- CARVALHO, Ely Bergo de. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A ferro e fogo. **Esboços**, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 107-124, 2005.

- CARVALHO, Ely Bergo. **Sombras do passado, projetos de futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenho Beltrão – Paraná, 1947-2003.** 2004. 174 f. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes.** Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- COLLARO, Antonio Celso. **Projeto gráfico: teoria e pratica da diagramação.** 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 2000.
- CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão.; LOWY, Ilana; FEHR, Johannes; MAIA, Carlos Alvarez; OTTE, Georg; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de; SCHLUNDER, Martina. **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos Oficiais do Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- DUARTE, Regina Horta. “Eu quero uma casa no campo”: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 159-186, jan./jun. 2014.
- DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUARTE, Regina Horta.; OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. Entre ipês e eucaliptos. **Nômadias**, Bogotá, n. 22, p. 74-85, abr. 2005.
- ERBER, Fábio Stefano. Desenvolvimento econômico: o recorte setorial. In: SÃO PAULO, Elizabeth Maria de; KALACHE FILHO, Jorge; ERBER, Fabio Stefano. **BNDES 50 anos: historias setoriais.** São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002. p. 9-15.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 12. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- FLECK, Ludwik; CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOSOKAWA, Roberto Tuyoshi; MOURA, José Brandão de; CUNHA, Ulisses Silva da. **Introdução ao manejo e economia de florestas.** Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. O setor de celulose e papel. In: SÃO PAULO, Elizabeth Maria de; KALACHE FILHO, Jorge; ERBER, Fabio Stefano. **BNDES 50 anos: historias setoriais.** São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002. p. 49-75.

- KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de (Orgs.). **História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 8-9.
- LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços**, Florianópolis, v.13, p. 11-30, 2005.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LINHARES, Maria Yeda. **História Geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.
- LUCA, Tânia Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 97-107, jul./dez. 2006.
- MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva** [online], v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.
- MCNEILL, John Robert; ENGELKE, Peter. **The Great Acceleration: an environmental history of the anthropocene since 1945**. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2014.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yeda. **História Geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 319-344.
- MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- NUCCI, João Carlos. Origem e desenvolvimento da ecologia e da ecologia da paisagem. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2007.
- ONU [Site]. Sobre a ONU; Conheça a ONU. Disponível em <www.onu.org.br>. Acessado em 06/03/2017.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados** (online), v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- PAIM, Gilberto. **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- ROMANELLO, Jorge Luiz. **A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginário no Brasil desenvolvimentista**. 2006. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Tradução Antônio Angonese. Bauru: Edusc, 2001.

SACHS, Jeffrey; LARRAIN B., Felipe. **Macroeconomia**: edição revisada e atualizada. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos. **A dinâmica territorial das indústrias de celulose e papel**: a expansão no Brasil e a incorporação do Rio Grande do Sul. 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHLESINGER, Hugo. **Geografia industrial do Brasil**. São Paulo: IEPE, 1956.

SILVA, Carlos Alberto Farinha e; BUENO, Jefferson Mendes; NEVES, Manoel Rodrigues. A indústria de celulose e papel no Brasil. **Guia ABTCP Fornecedores e Fabricantes** (online), ed. 2015/2016, p. 20-32, 2016.

SILVA, Carlos Alberto Farinha e; BUENO, Jefferson Mendes; NEVES, Manoel Rodrigues. A indústria de celulose e papel no Brasil. **Guia ABTCP Fornecedores e Fabricantes** (online), ed. 2016/2017, p. 16-28, 2017.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária; A implantação e a crise da nova república – Política e crescimento econômico na nova república. In: LINHARES, Maria Yeda. **História Geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 345-379; 445-461.

SOARES, Sebastião José Martins. **O setor celulose-papel**. Campinas: UNICAMP, 1990.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, E. Intervalo: A lógica histórica. In: _____. **A miséria da teoria, ou, Um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. P. 47-62.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine**: o texto em revista. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7. ed. Lisboa: Presença, 2002.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. **Transformaciones de la Tierra**. Tradução Guillermo Castro Herrera. Panamá: Imprenta Universitaria, 2001.

ANEXO I

FONTE

Parte 1 (1939-1965)

O Papel (1939-1965)⁴³ – Matérias que citam “floresta” em seus títulos, verificados a partir dos sumários publicados no início de cada edição da revista “O Papel”

1941

(1) O PAPEL. “O problema florestal”. **O Papel**, março, 1941a, 22-28.

1946

(2) O PAPEL. “Suécia – país florestal”. **O Papel**, fevereiro, 1946, p. 53-54.

1947

(3) O PAPEL. “O Congresso Internacional de Florestas e Madeiras de Paris”. **O Papel**, agosto, 1947, p. 54.

1948

(4) O PAPEL. “A técnica na exploração florestal”. **O Papel**, setembro, 1948, p. 61-62.

1950

(5) O PAPEL. “O problema florestal em São Paulo”. **O Papel**, fevereiro, 1950 (1950a), p. 35-40.

(6) O PAPEL. “Resposta à ameaça de esgotamento das reservas florestais norte-americanas”. **O Papel**, abril, 1950 (1950b), p. 20.

(7) O PAPEL. “Assembleia da Sociedade Canadense de Engenheiros Florestais”. **O Papel**, abril, 1950 (1950c), p. 58-59.

(8) O PAPEL. “Consultor técnico florestal”. **O Papel**, julho, 1950 (1950d), p. 21.

⁴³ Baseado em 50 textos da revista O Papel publicados de 1939 a 1965. A análise inicial destacou 52 textos pertinentes nos sumários. Porém, dois deles não estavam publicados internamente na revista, ou não estavam presentes no acervo. Acreditamos mais na primeira hipótese, considerando a numeração das páginas: de que os textos foram incluídos nos sumários, porém retirados da versão de final da revista. São esses textos:

O PAPEL. “Programa governamental de reflorestamento”. O Papel, março, 1961 (1961d), s/n.

O PAPEL. “A reserva florestal do mundo”. O Papel, janeiro, 1963 (1963a), s/n.

1951

(9) O PAPEL. “Baseada no reflorestamento a indústria de celulose no Brasil”. **O Papel**, agosto, 1951 (1951a), p. 17-18.

(10) O PAPEL. “Algo sobre florestas”. **O Papel**, agosto, 1951 (1951b), p. 41-45.

1952

(11) O PAPEL. “Altos prejuízos causados pelos incêndios florestais em 1950 nos EUA”. **O Papel**, janeiro, 1952 (1952a), p. 32.

(12) O PAPEL. “Fazendas florestais”. **O Papel**, janeiro, 1952 (1952b), p. 33-38.

1953

(13) O PAPEL. “Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil”. **O Papel**, fevereiro, 1953, p. 15-16.

1954

(14) O PAPEL. “Em que consiste o problema florestal”. **O Papel**, maio, 1954 (1954a), s/n (2 pg.).

(15) O PAPEL. “O problema florestal”. **O Papel**, junho, 1954 (1954b), s/n (2 pg.).

1956

(16) O PAPEL. “Novo projeto de Código Florestal elaborado por uma Comissão Especial”. **O Papel**, junho, 1956 (1956a), s/n (11 pg.).

(17) O PAPEL. “Grande exposição internacional de máquinas florestais em Stockholmo”. **O Papel**, junho, 1956 (1956b), s/n (3 pg.).

(18) O PAPEL. “Produção da indústria florestal finlandesa e exportações em 1955”. **O Papel**, julho, 1956 (1956c), s/n (1 pg.).

(19) O PAPEL. “Algumas cifras do desenvolvimento da indústria florestal finlandesa em 1955”. **O Papel**, setembro, 1956 (1956d), s/n (1 pg.).

1957

(20) O PAPEL. “Florestas”. **O Papel**, julho, 1957, s/n (6 pg.).

1958

(21) O PAPEL. “Monte Alegre – o maior reflorestamento do Brasil”. **O Papel**, novembro, 1958, s/n (2 pg.).

1959

(22) O PAPEL. “Descrição de árvores florestais e sua aplicação”. **O Papel**, agosto, 1959 (1959a), s/n (8 pg.).

(23) O PAPEL. “Comissão Florestal Latino-Americana: VI Reunião”. **O Papel**, novembro, 1959 (1959b), s/n (7 pg.).

(24) O PAPEL. “O desenvolvimento das indústrias florestais e seu efeito sobre os bosques do mundo”. **O Papel**, dezembro, 1959 (1959c), s/n (38 pg.).

1960

(25) O PAPEL. “Investigações sobre genética das árvores florestais”. **O Papel**, março, 1960 (1960a), s/n (10 pg.).

(26) O PAPEL. “A floresta é a imagem viva e firme da vitalidade da terra”. **O Papel**, julho, 1960 (1960b), s/n (6 pg.).

(27) O PAPEL. “A Escola Nacional de Floresta”. **O Papel**, novembro, 1960 (1960c), s/n (12 pg.).

(28) O PAPEL. “VII Reunião da Comissão Florestal Latino-Americana”. **O Papel**, novembro, 1960 (1960d), s/n (1 pg.).

1961

(29) O PAPEL. “A economia e o aproveitamento florestal da terra”. **O Papel**, fevereiro, 1961 (1961a), s/n (6 pg.).

(30) O PAPEL. “O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais”. **O Papel**, março, 1961 (1961b), s/n (7 pg.).

(31) O PAPEL. “Pesquisas de florestas em instituto de treinamento para a América Latina”. **O Papel**, março, 1961 (1961c), s/n (2 pg.).

(32) O PAPEL. “Programa governamental de reflorestamento”. **O Papel**, março, 1961 (1961d), s/n (1 pg.).

(33) O PAPEL. “O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais”. **O Papel**, abril, 1961 (1961e), s/n (3 pg.).

(34) O PAPEL. “O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais”. **O Papel**, maio, 1961 (1961f), s/n (4 pg.).

(35) O PAPEL. “Fundo especial de ONU aprova projeto da Escola Nacional de Florestas”. **O Papel**, julho, 1961 (1961g), s/n (1 pg.).

(36) O PAPEL. “A incógnita da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais”. **O Papel**, dezembro, 1961 (1961h), s/n (6 pg.).

(37) O PAPEL. “A exploração racional das florestas da Amazônia”. **O Papel**, dezembro, 1961 (1961i), s/n (7 pg.).

(38) O PAPEL. “A investigação e a capacidade florestal da América Latina”. **O Papel**, dezembro, 1961 (1961j), s/n (2 pg.).

1962

(39) O PAPEL. “Que é que deve conter uma legislação florestal elementar?”. **O Papel**, janeiro, 1962 (1962a), s/n (24 pg.).

(40) O PAPEL. “Boletim Florestal da FAO”. **O Papel**, março, 1962 (1962b), s/n (9 pg.).

(41) O PAPEL. “Academia Minus Grata - Escola Nacional de Floresta”. **O Papel**, julho, 1962 (1962c), s/n (9 pg.).

1963

(42) O PAPEL. “A reserva florestal do mundo”. **O Papel**, janeiro, 1963 (1963a), s/n (2 pg.).

(43) O PAPEL. “Formação de novas florestas”. **O Papel**, abril, 1963 (1963b), s/n (10 pg.).

(44) O PAPEL. “Formação de novas florestas”. **O Papel**, maio, 1963 (1963c), s/n (6 pg.).

(45) O PAPEL. “Tratamentos das florestas”. **O Papel**, junho, 1963 (1963d), s/n (8 pg.).

(46) O PAPEL. “También en lucha contra el hambre de maderas y productos florestales”. **O Papel**, novembro, 1963 (1963e), p. 30-36.

(47) O PAPEL. “Documentário sobre reflorestamento da Companhia Melhoramentos de São Paulo”. **O Papel**, dezembro, 1963 (1963f), p. 23-24.

(48) O PAPEL. “Florestas brasileiras poderão transformar-se em desertos”. **O Papel**, novembro, 1963 (1963g), p. 35-39.

1964

(49) O PAPEL. “Sugestões para o problema florestal”. **O Papel**, fevereiro, 1964, p. 13-22.

1965

(50) O PAPEL. “Texto do Código Florestal”. **O Papel**, dezembro, 1965, p. 97-102.

Parte 2 (Extras)

Matérias do conjunto coletado, entre 1939 e 2014, que identificam informações institucionais sobre o posicionamento da revista, o grupo editorial, a ABTCP e outros

(Extra 1) O PAPEL. **O Papel**, janeiro, 1940, 1; 3.

(Extra 2) O PAPEL. “‘O Papel’ e o seu terceiro ano de existência”. **O Papel**, janeiro, 1941b, 6.

(Extra 3) O PAPEL. **O Papel**, janeiro, 1950, 1-14; 15.

(Extra 4) O PAPEL. **O Papel**, janeiro, 1960, 9.

(Extra 5) O PAPEL. **O Papel**, janeiro, 1970, 16.

(Extra 6) O PAPEL. “Revista ‘O Papel’ – 40 anos”. **O Papel**, novembro, 1979, 67.

(Extra 7) O PAPEL. “35 anos de ABTCP: um sonho, uma realidade, um ideal a serviço do desenvolvimento tecnológico do setor”. **O Papel**, abril, 2002, 55-62.

(Extra 8) O PAPEL ONLINE. “”. **O Papel Online**, fevereiro, 2014. Acessado em: 15 de agosto de 2017.

ANEXO II

AUTORES E DESCRIÇÃO DAS MATÉRIAS

TEXTO 1

Título: O problema florestal

Ano: 1941

Autor: “Dr.” Orlando de Almeida Prado

Sobre o autor: presidente da Junta Comercial de São Paulo

Descrição: Problemas da silvicultura enquanto ciência e arte criadora de riqueza florestal. Problemas da indústria de pasta de madeira e celulose. Devastação das florestas e diminuição do patrimônio florestal no mundo, em proporção à crescente e imprescindível necessidade humana por madeira e combustível, para satisfação de suas necessidades.

TEXTO 2

Título: Suécia – país florestal

Ano: 1946

Autor: Gunnar Lowegren

Sobre o autor: ex-chefe da Câmara de Comércio da Suécia em Paris; matéria é resenha de texto publicado em suplemento da revista “Index”, editada pelo Banco Sueco de Comércio, recebida por O Papel em informativo cedido pelo Bureau de Imprensa Sueco-Internacional

Descrição: Cerca de 56% da superfície da Suécia é coberta por florestas. Mais de metade dessa superfície florestada está situada em cinco provinciais do norte do país, que passou por grande povoamento, identificado com a instalação de fábricas madeireiras na região. Houve grande investimento estatal em infraestrutura de transporte e logística no local.

TEXTO 3

Título: O Congresso Internacional de Florestas e Madeira de Paris

Ano: 1947

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Novas aplicações para madeiras e processos de aproveitamento desse material apresentados em Congresso do ano anterior (1946).

TEXTO 4

Título: A técnica na exploração florestal

Ano: 1948

Autor: M. Guinier

Sobre o autor: sem informações; matéria adaptada de texto da Revista do Ministério da Agricultura da França do mesmo ano (1948)

Descrição: A França não produz madeira suficiente para atender suas necessidades. A saída apresentada é a urgente melhoria (tecnológica) do rendimento e a ampliação da cobertura florestal francesa.

TEXTO 5

Título: O problema florestal em São Paulo

Ano: 1950a

Autor: Adhemar de Barros

Sobre o autor: governador do Estado de São Paulo; matéria baseada na palestra do governador divulgada pelo Serviço Florestal de São Paulo

Descrição: A exploração florestal rende diversas oportunidades de negócios para o Estado que não podem ser consideradas pela cobertura florestal deficiente e formas de exploração ineficientes.

TEXTO 6

Título: Resposta à ameaça de esgotamento das reservas florestais norte-americanas

Ano: 1950b

Autor: J. Philip Weyerhaeuser Jr.

Sobre o autor: presidente da madeireira norte-americana Weyerhaeuser Timber Co.; matéria adaptada da palestra do empresário em mesa-redonda sobre “reservas naturais”, realizada na reunião anual da Câmara de Comércio dos Estados Unidos em Washington, EUA

Descrição: A economia moderna não comporta ameaça às reservas florestais dos Estados Unidos; mas, ao contrário, estimula o desenvolvimento da arboricultura “como elemento de safra”. Há uma mudança de mentalidade (categoria nativa usada pela revista) de uma cultura migratória para uma cultura permanente, priorizando planos de longo prazo e um “cultivo científico”.

TEXTO 7

Título: Assembleia da Sociedade Canadense de Engenheiros Florestais

Ano: 1950c

Autor: E.E. Shaw

Sobre o autor: engenheiro florestal da empresa de produção de papel Canadian International Paper Co.; matéria adaptada de palestra sobre “integração da utilização das florestas”, realizada em reunião da Sociedade Canadense de Engenheiros Florestais em Ottawa, Canadá

Descrição: O valor das espécies florestais varia de acordo com seu valor econômico de mercado a partir da sua possibilidade de uso. Pesquisas têm ampliado esse valor, porque têm ampliado as possibilidades de uso. Caminha-se, portanto, para o ideal de “uso total” das florestas, em que todas as espécies são veiculadas a um uso, ou seja, a um determinado propósito, a um determinado fim.

TEXTO 8

Título: Consultor Técnico Florestal

Ano: 1950d

Autor: Adolfo Wahnschaffe

Sobre o autor: consultor técnico; texto é uma propaganda do serviço do consultor técnico, patrocinado pela revista aos seus leitores interessados

Descrição: O interesse pela matéria-prima de origem florestal cresceu com a escassez de produção provocada pela 2ª Guerra Mundial. A revista patrocina, para os leitores interessados, a consultoria do técnico para planejamento e cultivo de espécies florestais voltados para a produção de matéria-prima florestal.

TEXTO 9

Título: Baseada no reflorestamento a indústria da celulose no Brasil

Ano: 1951a

Autor: A. Barreto

Sobre o autor: professor da Escola Nacional de Agronomia

Descrição: A indústria de papel no Brasil é bastante antiga, com instalações datadas do período colonial. Mas o país depende da importação de papel internacional. A causa é a precária infraestrutura e a superioridade da área de florestas heterogêneas. A solução está no reflorestamento de florestas homogêneas, que são economicamente exploráveis.

TEXTO 10

Título: Algo sobre florestas

Ano: 1951b

Autor: Pimentel Gomes

Sobre o autor: sem informações; porém, a menção “Brasil Açucareiro” abre a proposta de que se trata de uma adaptação de matéria original da revista “Brasil Açucareiro”, publicada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool no período com constante colaboração do engenheiro agrônomo Pimentel Gomes

Descrição: Informações sobre florestas, como distribuição territorial, áreas de coníferas, valores movimentados na exploração. O foco é na América Latina e no Brasil, com dados da FAO.

TEXTO 11

Título: Altos prejuízos causados pelos incêndios florestais em 1959 nos EUA

Ano: 1952a

Autor: Carl A. Gustafson

Sobre o autor: chefe de Controle de Incêndios do Serviço Florestal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Descrição: A área impactada com queimadas nos Estados Unidos dobrou de 1949 a 1950. Os Estados onde houve queda informam que a diminuição, nessas áreas, é devido ao uso da tecnologia mecanizada de combate ao fogo.

TEXTO 12

Título: Fazendas florestais

Ano: 1952b

Autor: Adolfo Wahnschaffe

Sobre o autor: consultor técnico

Descrição: A produção de papel e de papelão no Brasil cresce continuamente entre as décadas de 1930 e 1950. O consumo cresce da mesma forma. A indústria da área carece de matéria-prima. A importação de papel e papel e de matéria-prima para abastecer as indústrias brasileiras é um desperdício da economia nacional, que vai em destino a outros países, mas que poderia estar sendo reinvestida dentro do próprio país. O autor sugere a transformação de velhas fazendas improdutivas de café, cana, agricultura e pastoreio em “Fazendas florestais”, para plantio de florestas homogêneas próximas às indústrias que têm a madeira como matéria-prima. Esse plantio é o reflorestamento. A sugestão é que as áreas sejam aproveitadas de forma gradativa, mantendo-se os remanescentes produtivos com plantio e pastoreio, com a alteração da cultura aos poucos, até que toda a área seja transformada em uma “Fazenda florestal” depois de alguns anos.

TEXTO 13

Título: Novas diretrizes para a política de aproveitamento das reservas florestais do Brasil

Ano: 1953

Autor: Edgard Teixeira Leite

Sobre o autor: economista do Conselho Nacional de Economia; matéria adaptada de uma entrevista do economista ao jornal “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro

Descrição: O consumo de madeira acompanha o grau de civilização. A constatação parte da comparação de dados de consumo de papel-imprensa e a alfabetização dos países. A constatação também pode ser baseada no consumo de madeira enquanto combustível e o desenvolvimento de países. O Brasil tem grande potencial de participação na economia florestal do mundo; porém, muitas florestas brasileiras são inacessíveis e antieconômicas em função das dificuldades de exploração. Lamentavelmente, boa parte das florestas que são economicamente exploráveis foram destruídas pela lavoura de café. A exploração das florestas de forma violenta deve ser evitada com a profunda alteração do Código Florestal vigente a uma mudança de mentalidade do povo e das classes rurais.

TEXTO 14

Título: Em que consiste o problema florestal

Ano: 1954a

Autor: Ruben de Mello

Sobre o autor: diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Descrição: Definição daquilo que é considerado como o “problema florestal” brasileiro e, mais especificamente, do Estado de São Paulo. O problema é a falta de florestas que sejam consideradas economicamente exploráveis para atender à crescente demanda, pelo crescimento da produção e do consumo. Além da exploração econômica, as florestas são relevantes por uma série de serviços prestados a populações humanas. Embora a iniciativa privada invista em parte das florestas necessárias, para exploração em curto prazo, esse investimento não é suficiente. Carece de incentivo do estado, que também deve investir nas espécies usadas para exploração em médio e longo prazo. A alteração da legislação florestal também é ressaltada como forma de solucionar o problema. Cita-se pela primeira vez nos textos pesquisados o projeto da Câmara para alterar o Código Florestal de 1934, possivelmente com a proposta que seria a base do Código Florestal de 1965.

TEXTO 15

Título: O problema florestal brasileiro

Ano: 1954b

Autor: Ruben de Mello

Sobre o autor: diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Descrição: Retorno ao tema do problema florestal, com o reflorestamento e as alterações na legislação em vigor como soluções. Após acesso ao projeto, detalha-se a proposta de alteração do Código Florestal de 1934 e critica-se a falta de definição de atribuições para os órgãos que se pretende criar, bem como de multas e penalidades, da instituição de uma taxa em formato de um “Selo Florestal” e, por fim, verbas definidas previamente em orçamento para investimento estatal.

TEXTO 16

Título: Novo projeto de Código Florestal elaborado por uma Comissão Especial

Ano: 1956a

Autor: Diário do Congresso

Sobre o autor: republicação do projeto divulgado pelo “Diário do Congresso” da Câmara dos Deputados, com um pequeno texto explicativo de abertura

Descrição: Projeto de Código Florestal elaborado pela Comissão Especial de Defesa dos Recursos Naturais da Câmara dos Deputados, para alteração do Código Florestal de 1934, com participação de entidades (sem nomeação de quais entidades participam do projeto).

TEXTO 17

Título: Grande exposição internacional de máquinas florestais em Stockholmo

Ano: 1956b

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Exposição em Estocolmo, Suécia, com mais de 2.000 máquinas e participação de expositores de 10 países. As máquinas aceleram o corte, dinamizam o transporte e dão mais facilidade, conforto e segurança aos trabalhadores, conforme informa os expositores e atestam os participantes, a partir das demonstrações programadas. Destaca-se o trabalho de pesquisa genética da Suécia para suplementar seu plantio com espécies mais resistentes e produtivas, considerado como investimento em modernos métodos de reflorestamento. Acrescenta-se o trabalho de educação básica e profissional com base na silvicultura, para trabalhadores e familiares das indústrias madeireiras do país.

TEXTO 18

Título: Produção da indústria florestal finlandesa e exportações em 1955

Ano: 1956c

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações; dada semelhança com a matéria seguinte, o texto parece ser uma adaptação do informativo publicado no periódico “Finnish Paper and Timber” de 1956

Descrição: Informativo sobre o aumento da produção e incremento da exportação de pasta mecânica, celulose e papel pela Finlândia.

TEXTO 19

Título: Algumas cifras do desenvolvimento da indústria florestal finlandesa em 1955

Ano: 1956d

Autor: Finnish Paper and Timber

Sobre o autor: o texto é uma adaptação do informativo publicado no periódico “Finnish Paper and Timber” de 1956

Descrição: Informativo sobre o aumento da produção e incremento da exportação de pasta mecânica, celulose e papel pela Finlândia. Acrescenta-se informação sobre implantação de uma fábrica de produtos químicos para branqueamento (cloro e soda cáustica) e de uma fábrica de sulfato. A informação, porém, não parece conexa ao restante do texto.

TEXTO 20

Título: Canadá – Florestas

Ano: 1957

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Especial sobre o Canadá com várias seções destinadas a detalhar certo aspecto da exploração florestal no país, incluindo “silvicultura no Canadá” e “celulose e papel”. A matéria específica sobre as florestas exalta a participação da exploração florestal para a economia canadense, a grande extensão florestal explorável, a extensão inacessível que se considera uma reserva para exploração futura, a propriedade permanente de governos, a inexistência de mecanismo de venda e sim de permissão de exploração, o papel definido de governo nacional, governos estaduais/provinciais e empresas exploradoras. Considera-se que os processos tenham se desenvolvido, exigindo menos esforço do trabalhador e de maior segurança, e que a exploração se divide em diferentes fins, como construção e para serrarias.

TEXTO 21

Título: Monte Alegre – o maior reflorestamento do Brasil

Ano: 1958

Autor: Correio da Manhã

Sobre o autor: o texto é uma republicação de matéria do jornal “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro de 1958

Descrição: O reflorestamento mudou a paisagem e a vida das pessoas de Monte Alegre, no Paraná, a partir do povoamento da cidade, dividida em três vilas (Harmonia, Lagoa e Mauá) e mais desenvolvida e moderna do que a sede do município, tudo graças à presença da empresa e investimento em fábricas de papel e campos de reflorestamento. Porém, o trabalho corre perigo constantemente, devido a incêndios provocados por situações que vão desde uma pequena fogueira no meio do mato até a queima descuidada de uma roça.

TEXTO 22

Título: Descrição de árvores florestais e sua aplicação

Ano: 1959a

Autor: FAO

Sobre o autor: sem identificação de uma autoria específica; adaptado de texto da Seção de Documentação e Publicações da FAO publicado em 1959

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. Descrição de espécies nativas da América Latina e suas características (anatomia, descrição microscópica e macroscópica, propriedades físicas e mecânicas), com indicações de uso a partir dessas características.

TEXTO 23

Título: Comissão Florestal Latino-Americana – VI Reunião

Ano: 1959b

Autor: FAO

Sobre o autor: sem identificação de uma autoria específica; republicação da ata da reunião da Comissão Florestal Latino-Americana da FAO realizada em Antígua, na Guatemala, em 1958

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. Ata de reunião com informações sobre os países participantes, os representantes designados, a formação de Grupo de Trabalho (GT) e definições diversas. Entre essas definições, a formação de comitê sobre pesquisa florestal; a formação de GT sobre fomento florestal de longo prazo; e recomendações da Comissão para os países membros sobre: políticas florestais; proteção das florestas contra incêndios e contra agricultura nômade; projetos de colonização e reforma agrária; reflorestamento; fomento estatal para projetos públicos e privados de longo prazo; educação profissional e formação de mão-de-obra especializada; pesquisa florestal sobre unificação de terminologias, sobre aproveitamento de espécies tropicais de florestas heterogêneas e sobre reflorestamento; desenvolvimento da indústria de pasta e papel na América Latina; financiamento estatal para implantação de fábricas, para melhorar a economia, elevar o nível de vida dos povos locais, e atender a demandas de consumo internas e externas; melhoria nas estatísticas florestais dos países da região; silvicultura; plantio de espécies exóticas em países tropicais e, portanto, com predomínio de florestas heterogêneas.

TEXTO 24

Título: O desenvolvimento das indústrias florestais e seu efeito sobre os bosques do mundo

Ano: 1959c

Autor: FAO

Sobre o autor: sem identificação de uma autoria específica

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. Maior texto entre os analisados, com 34 páginas de conteúdo, descontando-se trechos em branco e de anúncios. O artigo diz que, apesar de se construir uma imagem das indústrias de papel enquanto destruidoras das florestas, a realidade é que outras indústrias antes dessa, como a siderurgia e seu alto consumo de carvão vegetal oriundo do corte de madeira; e que muitas atividades humanas antes da própria industrialização da produção, principalmente a agricultura, tiveram um grande impacto no uso das florestas e continuam tendo uma parcela maior de responsabilidade pelo desmatamento.

TEXTO 25

Título: Investigações sobre genética das árvores florestais

Ano: 1960a

Autor: François Mergen/FAO

Sobre o autor: professor de Genética Florestal da Escola de Florestas da Universidade de Yale, Estados Unidos; artigo publicado pela FAO

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. Modificação genética para produção de sementes e árvores de qualidade superior, conforme especificado, a partir de pesquisas a respeito do melhoramento genético de espécies, que vai da seleção, ensaios em laboratórios sobre clones e a chamada propagação, em campo. Este artigo especificamente discute três ações que são: hibridação de espécies, polinização dirigida e floração/frutificação induzidas.

TEXTO 26

Título: A floresta é a imagem viva e firme da vitalidade da terra

Ano: 1960b

Autor: A. Barsan

Sobre o autor: sem informações

Descrição: A importância e métodos da silvicultura para correção de solos e terrenos.

TEXTO 27

Título: A Escola Nacional de Floresta

Ano: 1960c

Autor: A. Barsan

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Elogio à instalação da Escola Nacional de Floresta em Viçosa, Minas Gerais, e crítica sobre a formação curricular baseada em currículo inicial comum da Agronomia. Sugestão de adoção da grade curricular de cursos de silvicultura da Alemanha, pioneira nesse campo, conforme defende o autor. Considerações sobre política de governo vigente temas como a formação de hortos florestais e uso desses espaços para estudos e pesquisas.

TEXTO 28

Título: VII Reunião da Comissão Florestal Latino-Americana

Ano: 1960d

Autor: FAO

Sobre o autor: sem identificação de uma autoria específica

Descrição: Informativo sobre a realização da VII Reunião da Comissão Florestal Latino-Americana no México. Destaca estudos sobre a produção de polpa e de papel na América Latina; sobre a capacitação para realização de pesquisas florestais na região; sobre os problemas de política florestal; e questões institucionais da Comissão.

TEXTO 29

Título: A economia e o aproveitamento florestal da terra

Ano: 1961a

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. Análise de problemas da silvicultura a partir da economia, questionando quais fatores econômicos determinam o nível de produtividade das florestas e elaborando sugestões para formulação de políticas públicas relacionadas ao aproveitamento da terra florestada. Sugere-se ao final uma valorização econômica, com elevação de preços, para as áreas florestadas, além da intervenção de governos e de órgãos supranacionais como a FAO em termos de incentivo e fomento.

TEXTO 30

Título: O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais

Ano: 1961b

Autor: A. Barsan

Sobre o autor: sem informações

Descrição: A heterogeneidade da floresta nativa brasileira. O homem devastador. O uso do fogo como elemento de devastação das florestas, enquanto uma técnica imprudente e primitiva, usada pelo pequeno e médio lavrador brasileiro. Há uma harmonia nas florestas homogêneas brasileiras, como as araucárias do Paraná, em contradição com a desordem de florestas heterogêneas do país.

TEXTO 31

Título: Pesquisa de florestas e instituto de treinamento para a América Latina

Ano: 1961c

Autor: FAO

Sobre o autor: sem identificação de uma autoria específica

Descrição: Estabelecimento permanente de um centro de pesquisa florestal e treinamento da FAO na América Latina na Escola Florestal da Universidade de Los Andes, Venezuela. São objetivos da instituição: pesquisa com objetivo de, conforme o programa, aprimorar a

conservação, o uso e o desenvolvimento de recursos florestais na região; treinamentos; organização de informações.

TEXTO 32

Título: Programa governamental de reflorestamento

Ano: 1961d

Autor: A. Barsan

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Reestruturação biológica de florestas devastadas a partir da silvicultura e do reflorestamento.

TEXTO 33

Título: O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais

Ano: 1961e

Autor: A. Barsan

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Continuação de matéria sobre diversidade de florestas brasileiras e destaque para presença de espécies específicas.

TEXTO 34

Título: O incógnito da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais

Ano: 1961f

Autor: A. Barsan

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Continuação de matéria sobre diversidade de florestas brasileiras e destaque para as formações amazônicas.

TEXTO 35

Título: Fundo especial da ONU aprova projeto da Escola Nacional de Florestas

Ano: 1961g

Autor: FAO

Sobre o autor: sem identificação de uma autoria específica

Descrição: ONU aprova repasse verba para investimento na Escola Nacional de Florestas, em projeto apresentado pelo governo brasileiro em 1960, voltados para contratação de especialistas

estrangeiros, condução de ensino e pesquisa, compra de equipamentos, e a concessão de bolsas para brasileiros no exterior.

TEXTO 36

Título: A incógnita da floresta indígena e a ausência das pesquisas científicas florestais

Ano: 1961h

Autor: A. Barsan

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Continuação de matéria sobre diversidade de florestas brasileiras e destaque para pesquisas científicas que anteriormente enfocaram as florestas nativas brasileiras, como uma expedição francesa de 1918, que deu origem a obra sobre a flora do país. Em contradição, afirma o autor, a silvicultura nacional está pouco desenvolvida. É dada pouca importância ao desenvolvimento da técnica, por mais que a técnica e a ciência tenham se firmado mundo afora, incluindo no campo do conhecimento florestal, restando ao Brasil um estado de primitivismo em relação às técnicas adotadas. O autor critica e condena que boa parte do trabalho do silvicultor seja feita por agrônomos no país.

TEXTO 37

Título: A exploração racional das florestas da Amazônia

Ano: 1961i

Autor: Eugene F. Horn

Sobre o autor: engenheiro florestal e técnico de madeiras

Descrição: Estudo sobre o melhor aproveitamento das matas heterogêneas da Amazônia, pela sua exploração racional. Existem nas matas da Amazônia madeiras para todos os fins comerciais e industriais. E, apesar do grande número de espécies, apenas 15% a 25% delas predominam sobre 80% do território. Outra vantagem é o transporte fluvial. Porém, apesar das qualidades, a produção de madeira na Amazônia é pouco desenvolvida. Uma solução está na exploração de mais de uma espécie, para mais de um fim, para aproveitar a logística de corte e transporte, que encarece se se procura apenas uma espécie de árvore para apenas um fim específico. O autor sugere a instalação de uma fábrica de celulose, uma serraria e uma fábrica de madeira folheada/chapada na porção a ser explorada.

TEXTO 38

Título: A investigação e a capacidade florestal da América Latina

Ano: 1961j

Autor: Lucas Tortorelli

Sobre o autor: engenheiro-chefe do Grupo de Assessoria para Capacitação e Pesquisa Florestal na América Latina da FAO; texto é um resumo da conferência do engenheiro

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. Conferência sobre pesquisa e capacitação florestal na América Latina. O autor vê um progresso nos países latino-americanos em termos de organização de serviços florestais oficiais, descrevendo que na década de 1940 poucos países como México, Brasil e Argentina tinham instituições florestais instaladas. O marco dado é a instalação da FAO na América Latina em 1947, com a chegada de técnicos europeus à região, para capacitar sobre a necessidade de defesa da riqueza florestal nos países latino-americanos. Para eles, esses países representavam o futuro florestal do mundo, como provedores de madeira e de produtos florestais.

TEXTO 39

Título: Que é que deve conter uma legislação florestal elementar?

Ano: 1962a

Autor: T. François

Sobre o autor: engenheiro-chefe da Subseção de Política Florestal da Direção de Florestas e Produtos Florestais da FAO

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. Redação dirigida originalmente aos especialistas que assessoram projetos de assistência técnica da FAO. A primeira etapa da assessoria florestal, com vistas inclusive ao fomento de projetos florestais, é a existência de políticas florestais definidas. A existência de políticas florestais, como a instalação de instituições florestais oficiais, é mais importante do que a existência de legislação florestal completa. A instalação de uma política florestal implica o conhecimento dos recursos florestais de que o país dispõe e seus objetivos com a exploração florestal. Obviamente que os detalhes da região serão conhecidos após inventário técnico mais apurado. A legislação, por outro lado, é mais ampla e se incorpora à legislação geral do país. Quanto ao fomento, são seus objetivos a conservação das florestas existentes e o reflorestamento com fins econômicos. Fator de fundamental importância para o fomento é identificar qual é a importância das florestas particulares e a divisão entre pequenos e grandes proprietários.

TEXTO 40

Título: Boletim Florestal da FAO

Ano: 1962b

Autor: FAO

Sobre o autor: sem identificação de uma autoria específica

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. As bases para definir a necessidade de engenheiros florestais da América Latina e responder à questão sobre quantos engenheiros florestais a região necessita atualmente. A resposta proposta vem a partir de um cálculo econômico com números de países como Finlândia e Suécia, em que um engenheiro é responsável pela rentabilização de uma porção florestal. O exemplo da Finlândia é de que um florestal é responsável por 11.000 hectares de florestas, que representam 20.000 metros cúbicos de madeira explorada, com valor de US\$ 7,50 por metro cúbico e, finalmente, é necessário um engenheiro florestal para cada US\$ 150.000 explorados. O “emprego” de engenheiros, portanto, está associado à capacidade de rentabilizar as áreas florestais e de aumentar essa rentabilização continuamente.

TEXTO 41

Título: Academia Minus Grata – Escola Nacional de Floresta

Ano: 1962c

Autor: A. Barsan

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Comparação da fundação da escola brasileira e da primeira Escola de Ensino Florestal fundada na Alemanha em 1795. Os caminhos da silvicultura. Crítica a práticas consideradas devastadoras, como a queima. A necessidade de formar profissionais com preparação técnica para reestruturar as florestas. A crítica ao currículo da Escola Nacional de Floresta pela sua base curricular comum à da Agronomia.

TEXTO 42

Título: A reserva florestal do mundo

Ano: 1963a

Autor: FAO

Sobre o autor: sem identificação de uma autoria específica

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. A América Latina é a região que conta com a maior reserva florestal do mundo. Apesar disso, importa produtos florestais. Estudo da FAO e Cepal questiona os motivos disso e registra que a demanda aumentará, o que significa que os países devem rever suas políticas florestais, incentivando o plantio de espécies que sejam exploráveis economicamente.

TEXTO 43

Título: Formação de novas florestas

Ano: 1963b

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Diferenciação entre formação de novas florestas e reflorestamento, entendido como a recuperação de áreas florestais devastadas. Ambos os processos são possíveis por métodos de silvicultura. O reflorestamento mantém características originais das florestas, a ponto de as áreas recuperadas serem confundidas com matas virgens, segundo a matéria. A base desse processo está na exploração racional das florestas, de maneira em que ela se regenere naturalmente do corte e recupere suas características originais. A formação de novas florestas, por outro lado, é a formação de florestas artificiais a partir de mudas produzidas em viveiros e seu transporte para os campos de plantio. A formação nova é o florestamento, enquanto a exploração racional de coberturas florestais, de forma que elas se recuperem naturalmente e mantenham as características originais, é o reflorestamento.

TEXTO 44

Título: Formação de novas florestas

Ano: 1963c

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Continuação da matéria anterior. Explicações detalhadas de procedimentos de transplante de mudas criadas em viveiros para os campos de plantio de novas florestas, no processo de florestamento.

TEXTO 45

Título: Tratamento das florestas

Ano: 1963d

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Sem vinculação, aparentemente continua as duas matérias anteriores, dessa vez sobre o tratamento de mudas plantadas em campos de plantio.

TEXTO 46

Título: También en lucha contra el hambre de maderas y productos forestales

Ano: 1963e

Autor: Lucas Tortorelli

Sobre o autor: engenheiro florestal

Descrição: TEXTO EM ESPANHOL. O 1º Congresso Mundial de Alimentação da FAO, em Washington, Estados Unidos, apontou a conscientização promovida pelo organismo a respeito do problema da fome. O autor considera que o problema da fome não é somente a escassez de alimentos, mas está relacionado à carência de acesso a cultura e bem-estar. Assim, a distribuição de produtos feitos a partir da madeira cumpre essa função, com disponibilização de materiais imprescindíveis para a vida humana, como o papel. Por isso, é necessário que governos invistam em medidas de racionalização da exploração florestal, em benefícios de suas populações, a partir de técnicas silvícolas adequadas.

TEXTO 47

Título: Documentário sobre reflorestamento da Companhia Melhoramentos de São Paulo

Ano: 1963f

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: A Companhia Melhoramentos de São Paulo é dedicada ao reflorestamento e à silvicultura há 40 anos e alerta sobre o problema do suprimento de madeira para produção de papel, a partir do documentário, destinado ao grande público e aos governos. O filme educativo chamado “Entre a vida e a morte” foi gravado nos campos de plantio da empresa, em Minas Gerais e São Paulo, e esclarecem sobre a necessidade de preservar as matas e reflorestar, para garantir benefícios como: equilibrar o regime das águas, suprir indústria de madeira, e estabilizar o homem no campo.

TEXTO 48

Título: Florestas brasileiras poderão transformar-se em desertos

Ano: 1963g

Autor: José-Itamar de Freitas

Sobre o autor: sem informações

Descrição: Segundo o autor, o problema da desertificação do país existe e é grave. O autor faz apelo ao presidente, ministros, senadores e deputados para que considerem o tema e tomem as devidas providências. Entre elas, ativar os serviços florestais oficiais e punir ações, como a queima de roçados e pastos, que têm gerado grandes prejuízos.

TEXTO 49

Título: Sugestões para o problema florestal

Ano: 1964

Autor: sem informações

Sobre o autor: sem informações

Descrição: O problema florestal, representado pelo uso irracional das reservas florestais, tem ganhado espaço de discussão e tem aparecido em declarações de representantes do governo, jornais, palestras e etc. O uso irracional é oposto ao uso “correto” e “organizado” das áreas florestadas. Esse uso incorreto e desorganizado tem sacrificado florestas nativas e diminuído o insuficiente suprimento de madeiras.

TEXTO 50

Título: Texto do Código Florestal

Ano: 1965

Autor: Texto do Código Florestal Brasileiro (1965)

Sobre o autor: texto do Código Florestal Brasileiro (1965)

Descrição: Republicação do texto do Código Florestal Brasileiro publicado em 1965.